

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 13 de Abril de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1114 • Director: Carlos Brito

**Trabalhadores** Pág. 13  
**continuam a luta**

# RENAULT

# CARLOS CARVALHAS ACUSA GOVERNO DE CUMPLICIDADE COM MULTINACIONAIS

Álvaro Cunhal em Coimbra

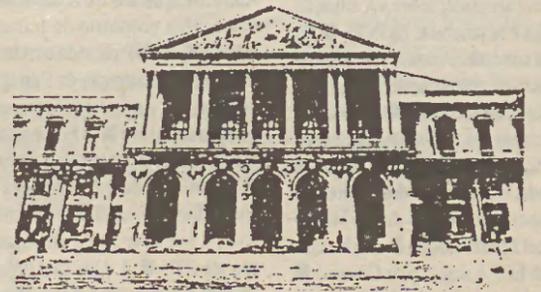
# A batalha ideológica trava-se no concreto

Pág. 6

# Dos saltos altos do PS ao jogo de máscaras do PSD

• artigo de  
Carlos Luís Figueira

Pág. 18



# Decreto contra autarquias vai à AR no dia 21

Págs. 11 e 12

# SCHENGEN

## Caminhos perigosos

• José Neto

Págs. 20 e 21

**Panasqueira**

**As minas da ira** Reportagem  
por Henrique Custódio Centrais



Carlos Carvalho em visita às gravuras de Foz Côa

## RESUMO

5  
Quarta-feira

Álvaro Cunhal participa num debate, em Carnaxide, sobre «A situação política e as propostas do PCP» ■ Na AR, a comissão eventual para a transparência do sistema político é aprovada por unanimidade ■ A Renault anuncia um despedimento colectivo de 144 trabalhadores ■ Na Marinha Grande, o Sindicato dos Vidreiros denuncia um desvio de verbas na Manuel Pereira Roldão ■ A privatização da EDP é adiada pelo Governo ■ O presidente indonésio Suharto é vaiado, na Alemanha, por centenas de manifestantes ligados à defesa dos direitos humanos e do ambiente ■ A justiça belga apresenta um pedido para interrogar Willy Claes, o secretário-geral da NATO, sobre o seu possível envolvimento no caso Agusta ■ O êxodo dos hutus do Burundi para a Tanzânia atinge uma dimensão inquietante ■ Depois de confrontos entre manifestantes e forças de segurança, o Governo iraniano decreta o estado de emergência em Akbar Abad ■ A União Europeia exige o fim da ofensiva turca no Norte do Iraque ■ Em Cabo Verde, na Ilha do Fogo, a lava avança por Chã das Caldeiras.

6  
Quinta-feira

Carlos Carvalho desloca-se a Foz Côa ■ Os Verdes visitam as pegadas de dinossauro da serra de Aire, de forma a recolher informações para levar o caso ao Parlamento ■ A Brisa e o Governo firmam um acordo sobre concessão de auto-estradas, que inclui a abolição da portagem de Alverca ■ O Presidente da República parte para uma viagem por Macau, China e Paquistão ■ A União Europeia aumenta unilateralmente as suas quotas de pesca, enquanto o Canadá volta a cortar redes a barcos espanhóis ■ O Parlamento Europeu propõe o envio de uma força militar para o Burundi, sob a égide das Nações Unidas ■ Travam-se violentos combates, nas Filipinas, entre o exército governamental e grupos armados islâmicos.

7  
Sexta-feira

Álvaro Cunhal está presente numa noite de confraternização, em Coimbra ■ A Procuradoria-Geral da República afirma que a investigação sobre fraudes na UGT vai ser concluída até Junho e admite a existência de outros crimes ■ Pacheco Pereira demite-se da liderança parlamentar do PSD ■ A peseta sobe o seu valor, enquanto o escudo desce ■ Um «destroyer» italiano abalroa uma corveta portuguesa, no Tejo ■ Um agente da PSP, acusado de ter morto um cidadão de etnia cigana, é condenado por homicídio negligente ■ A propósito da imigração clandestina, a França ameaça sair do Acordo de Schengen ■ É noticiado que Yitzhak Rabin deu o seu aval, por escrito, à entrada das forças sírias no Líbano, em 1976.

8  
Sábado

Num comício no Barreiro, Carlos Carvalho afirma que os fundos

comunitários estruturam «uma rede clientelar» ligada ao PSD ■ Álvaro Cunhal desloca-se a Aveiro e a S. João da Madeira ■ A CGTP mantém um encontro com o membro da Administração dos EUA em visita a Portugal, a propósito do trabalho infantil ■ A EDP abrande o ritmo de trabalho da construção da Barragem do Côa, até que se encontre uma solução definitiva ■ O Europarque é inaugurado, em Santa Maria da Feira ■ Os ministros das Finanças da União Europeia definem as formas do ecu, que deve entrar em circulação até 2003 ■ A Aliança Atlântica ameaça a Rússia de congelar a cooperação económica, caso Moscovo suspenda o seu programa de desarmamento ■ É anunciado que José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi se vão reunir a curto prazo.

9  
Domingo

Carlos Carvalho intervém num almoço-convívio em Vila Franca de Xira ■ Álvaro Cunhal, em Vila Real, apela ao fim do compadrio, corrupção e injustiça social ■ Yasser Arafat condena dois atentados anti-israelitas, que provocam sete mortos ■ A oposição peruana denuncia uma «fraude organizada» nas eleições presidenciais, num momento em que as sondagens indicam a reeleição de Fujimori ■ Passam 50 anos sobre a libertação do campo de concentração de Buchenwald.

10  
Segunda-feira

Os trabalhadores da Renault de Setúbal organizam um protesto contra os recentes despedimentos na fábrica ■ A Espanha adverte que as negociações com o Canadá sobre a palmeta podem abrir uma «crise profunda» na UE ■ A adesão de seis países de Leste à União Europeia começa a ser discutida em Bruxelas ■ O Governo de Angola aceita que o encontro entre Eduardo dos Santos e Savimbi se realize fora do país ■ A oposição alemã exige a demissão do chefe dos serviços secretos, depois de ser noticiado que uma apreensão de plutónio terá sido um golpe desses serviços ■ A polícia palestina prende 170 islamitas, na sequência de dois atentados suicidas que ocorreram em Gaza ■ A erupção na Ilha do Fogo provoca novas destruições.

11  
Terça-feira

Carlos Carvalho desloca-se a Setúbal e acompanha os trabalhadores da Renault em luta contra os despedimentos ■ Na Marinha Grande, os trabalhadores da Pereira Roldão ocupam as instalações das Finanças, em luta pela viabilização da empresa ■ Morre em Lisboa a pintora Menez que em 1990 recebeu o Prémio Pessoa ■ Mário Soares continua a visita à China onde é recebido por Jiang Zemin ■ Cavaco Silva anuncia medidas eleitorais na área da educação ■ Marrocos e a União Europeia retomam as negociações sobre as pescas.

## EDITORIAL

## Em força pelas autarquias

A última Nota da Comissão Política do PCP chamou a atenção para a extrema gravidade de um celerado diploma do Governo que proíbe as autarquias locais de realizarem obras por administração directa de valor superior a 20 mil contos.

Trata-se do Decreto-Lei 55/95, de 29 de Março, que o PCP de imediato chamou a ratificação e que será apreciado pela Assembleia da República, no próximo dia 21 de Abril.

O Decreto que o Governo aprovou sem esperar pelo parecer da Associação Nacional de Municípios, que a ele se opôs por unanimidade, foi caracterizado naquela Nota da Comissão Política do PCP como «uma intolerável ingerência na autonomia de gestão dos municípios que vem comprovar mais uma vez o carácter centralista e autoritário do PSD e do seu Governo».

Este novo atentado contra o poder local foi urdido pelo Governo, hipócrita e prepotentemente, a pretexto da transposição para a ordem jurídica interna de directivas comunitárias, contrabandando e impondo soluções que destas não resultam e que transcendem claramente o seu âmbito.

O conhecido estilo cavaquista.

O objectivo governamental é privatizar e abrir aos negócios, por força da lei, um vasto número de obras públicas até agora realizadas por administração directa das autarquias, com especial eficácia, apreciável redução dos custos e grande benefício para as populações e as regiões, especialmente as mais carenciadas.

Para favorecer as negociatas e a especulação, o Governo e o PSD não hesitam em provocar o despedimento de milhares de trabalhadores, o desperdício de importantes equipamentos e recursos técnicos de que as autarquias se apetrecharam, golpeando o que tem sido um dos principais factores de desenvolvimento regional.

Cavaco, que já se gaba de ocupar o 3º lugar no «ranking» mundial dos «privatizadores», parece ter enlouquecido na ânsia da privatização não querendo deixar de fora nada que possa ser abocanhado pelo negócio e o lucro capitalistas, mesmo as pequenas obras de valor superior a 20 mil contos.

A Direcção Nacional do STAL, ao manifestar a sua firme oposição a este «Duro golpe no Poder Local e nos trabalhadores», como designou o Decreto, salientou que os «operários, técnicos, administrativos e os trabalhadores das

autarquias, em geral, ficariam mais ameaçados quanto à sua segurança no emprego». E sublinha mais à frente: «A ser aplicada tal legislação, surgiria desde logo a possibilidade da criação de excedentes nas autarquias.»

O Governo está perfeitamente ciente deste risco e apesar do número de desempregados se aproximar do meio milhão, incita, pela boca do ministro da tutela, Valente de Oliveira, as autarquias a despedir.

Além do gravíssimo problema do desemprego junta-se-lhe o da desertificação do interior, onde as autarquias são os grandes empregadores que ainda fixam uma parte considerável das populações mais jovens.

Podem imaginar-se as desastrosas consequências económico-sociais e a nível do desenvolvimento regional resultantes deste diploma se, como o Governo e o PSD pretendem, for drasticamente reduzida o poder operacional das autarquias e a sua capacidade

*Neste vasto movimento, devem estar activamente envolvidos todos os trabalhadores municipais e as suas organizações representativas, todas as autarquias e as suas associações, as forças políticas democráticas e as populações para exigirem a profunda alteração do Decreto antiautárquico na parte em que atinge os interesses do Poder Local ou a sua revogação, pura e simples.*

de criar e de manter os postos de trabalho.

Cavaco Silva nunca escondeu um certo rancor ao Poder Local e ao seu estatuto constitucional. Ainda na recente entrevista ao «Público» observou para descarregar responsabilidades: «todos os governos, incluindo os meus, receberam imiscuir-se naquilo que eram as atribuições desse poder local».

O Decreto que apreciamos, aliás como muita outra legislação e práticas dos Governos de Cavaco, é a mais descarada e até inconstitucional imiscuição nas atribuições das autarquias e nas competências dos seus órgãos.

Desde logo, o presente diploma governamental pretende confiscar poderes às Assembleias Municipais,

retirando-lhes a competência para fixar o valor a partir do qual se torna obrigatória a abertura de concurso público. Além disso, conduz à redução da capacidade real das Assembleias exercerem o seu papel de fiscalização sobre a actividade dos executivos municipais.

Mas não se fica por aqui, o Decreto-Lei nº55/95 é um verdadeiro colete de forças com o qual o Governo pretende impor modelos à gestão do Poder Local na base de critérios, objectivos e motivações de uma declarada política antiautárquica.

A circunstância de estar fixada, para o próximo dia 21, a apreciação pela Assembleia da República, em processo de ratificação, deste Decreto antiautárquico, constitui mais um motivo para que o movimento de protesto que contra ele está em curso se desenvolva rapidamente, em amplitude e dinamismo.

Neste vasto movimento, devem estar activamente envolvidos todos os trabalhadores municipais e as suas organizações representativas, todas as autarquias e as suas associações, as forças políticas democráticas e as populações para exigirem a profunda alteração do Decreto antiautárquico na parte em que atinge os interesses do Poder Local ou a sua revogação, pura e simples.

Da parte dos trabalhadores, tão perversamente visados pelo Governo, são imprescindíveis expressivas acções de massas que traduzam o seu protesto e para as quais seria muito importante que fossem sensibilizadas as populações que o Decreto também prejudica seriamente.

Da parte das autarquias, alvo mais uma vez dos rancores do poder centralista e autoritário, são indispensáveis significativas posições conjuntas que traduzam o enérgico repúdio por uma lei que visa subverter a sua autonomia de gestão.

Da parte das forças políticas democráticas é o momento de se definirem com clareza em relação às magnas questões que o Decreto antiautárquico põe em causa, tais como, a autonomia administrativa e financeira do Poder Local, o papel que a este cabe desempenhar no desenvolvimento regional e a segurança do emprego dos trabalhadores das autarquias locais.

O PCP já exprimiu claramente uma posição condenatória com a Nota da sua Comissão Política e a chamada a ratificação, pelo seu Grupo Parlamentar, do celerado decreto. Mas faz mais do que isso: apela para uma mobilização em força contra esta nova ameaça às autarquias locais.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socim Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricular: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE'S:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,  
— 1100 Lisboa  
Tel.: (01) 815 34 87 / 815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Tel.: (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Cais Rosa — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B. L1. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Beska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)  
50 números: 6 750\$00;  
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA  
50 números: 13 300\$00

EUROPA  
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU  
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA  
50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## A alarvice tecnocrática

Ao responder aos jornalistas que o interrogavam sobre as gravuras rupestres de Foz Côa, «Santuário, só conheço um, o de Fátima», o ministro Mira Amaral exprimiu aquela alarvice tecnocrática que lhe é pessoalmente tão peculiar e tão comum no pessoal dirigente do cavaquismo.

Confirmando que é «o membro do Governo mais reticente quanto à paragem das obras» da barragem, como tem sido revelado pela imprensa, o ministro da Indústria fez gala de asseverar, com idêntica rudeza, que as obras foram apenas «atrasadas».

Estamos evidentemente perante um daqueles exemplares de quem já Camões dizia: «Tão rudos e de engenho tão remisso/Que a muitos se lhe dá pouco ou nada disso.»

Outro aspecto muito curioso destas falas de Mira Amaral, que tem negado qualquer vínculo com a construtora da barragem, a EDP, a que pertenceu como alto funcionário, foi quando o ministro assumiu abertamente a sua parceria com a empresa, nestes termos: «Ainda ninguém me viu, a mim ou à EDP, a falar de arqueologia.»

A alarvice tecnocrática, que tem dominado a governação do país nesta última década, anda, frequentemente, de mãos dadas com os

negócios e é responsável, também, pelos maiores atentados à economia nacional.

Especial condimento da política de direita, a alarvice tecnocrática dos Mira Amaral e, antes de tudo, naturalmente, de Cavaco Silva, é grande responsável pela destruição do aparelho produtivo nacional, nomeadamente, pelo afundamento das nossas indústrias tradicionais, sacrificadas à miragem da «modernização» baseada nos «grandes projectos», sustentados pelo investimento estrangeiro.

Onde estão eles?

A «Renault» desmente todos os vaticínios e garantias que o ministro assegurava, ainda há poucas semanas atrás, ao manifestar o crescente desinteresse em permanecer em Portugal, ao reduzir significativamente a produção da sua fábrica de Setúbal e insistindo no brutal despedimento colectivo de 144 trabalhadores desta unidade.

A «Auto Europa» (Ford-VW) vai arrancar já bastante diminuída em relação ao projecto inicial e suscitando as maiores preocupações em relação ao seu curso futuro.

Foram talvez os reverses desta estratégia «modernizadora» que levaram Mira Amaral, noutra acção de alarvice tecnocrática, a reco-

mendar aos empresários portugueses que investissem preferentemente no estrangeiro, «nos países de mão-de-obra mais barata»...

Voltamos a Foz Côa e às declarações do ministro da Indústria, que só agora é que se preocupa com a «vontade espanhola de nos mandar água quando quer», como supremo argumento para defender a prioridade da construção da barragem em relação à salvaguarda das gravuras rupestres.

Há três anos que alertamos para os perigos do projecto hidrológico espanhol perante o optimismo tolo e a passividade governamental.

O argumento da água surge assim como um expediente de última hora, da parte do Governo, para se furtar à indeclinável obrigação de salvaguardar um bem cultural único do património da humanidade.

Concordamos que a este respeito «Portugal não precisa de lições de ninguém». Quem precisa de lições dos portugueses é o Governo de Cavaco Silva, todo, e em especial o ministro Mira Amaral, que envergonham o país com as suas posições e declarações...

■ Carlos Brito

## Transparências

Os «exames» semanais do Professor Marcelo constituem a mais flagrante expressão do ridículo e da mediocridade reinantes. Se dúvidas houvesse sobre a calamitosa situação a que chegou o País, elas seriam totalmente varridas perante o facto dramático de ainda haver gente que leva a sério a semanal mascarada marcelista.

O professor acumula a sua função de examinador político com a de dirigente do PSD, situação que o faz sentir-se como peixe na água, particularmente no que respeita à magna tarefa de examinar e pontuar comportamentos, posições e práticas políticas.

Esta semana, o professor que tais práticas utiliza debruçou-se - vejamos bem! - sobre a transparência. E num desvario semelhante ao que, em dado momento, o levou a atirar-se ao Tejo, «ensina» que foi o PRD o primeiro partido a abordar esta temática, nos idos de 85. Depois - continua o professor a «ensinar» ao mesmo tempo que lamenta «a memória curta dos homens» e enaltece a sua (dele, Professor) longa memória - foi a vez de Cavaco «assumir esta mensagem» e fazer dela o seu cavalo de batalha eleitoral em 85 e 87. Depois, por razões muitas e fortíssimas, o Chefe deixou cair «esta bandeira». Por acaso, ia ali a passar o «líder do CDS», que aproveitou e, lampeiro, se apoderou do cobiçado estandarte. É então que entra em cena, o transparentíssimo Eng. Guterres que, com a impetuosidade verbal que se lhe conhece, foi «ainda mais longe». Mas a transparência global, estava reservada a Fernando Nogueira o qual, aproveitando a ausência de Pacheco Pereira, ressuscitou a semana passada, e apareceu na Assembleia da República a tomar as rédeas da transparência e a recolocar nas mãos do seu (deles: Nogueira, Cavaco, Pereira, Professor) partido a dita bandeira.

Tão meritório acto teria de ser alvo de adequada pontuação. O partido do examinador merecia nota alta. E teve-a: saiu um 32 para o PSD. Melhor dizendo: um 16 para Nogueira pela transparente facada que deu nas costas de Pereira; e um igual 16 a Pereira pela transparência com que reagiu ao esfaqueamento.

Com tantas e tão edificantes estórias, e também por uma questão de hábito adquirido, o notável analista dedicou uma frase do seu caudaloso texto ao PCP. Entre parêntesis: («o PCP foi sempre cauteloso neste tipo de combate»). Frase cautelosa e reveladora ou de uma profunda ignorância ou de uma incomensurável má-fé. Para o caso de se tratar apenas de ignorância, lembro ao Professor que: quando da discussão na AR das subvenções vitalícias, em 1984, o PCP foi o único Partido que votou contra, enquanto todos os outros votaram a favor; em 1985, o PCP apresentou um projecto de revogação dessa lei que foi derrotado pelos votos somados de todos os outros partidos.

E já agora aconselho o Professor a consultar as posições das várias forças políticas em matéria de financiamento dos partidos. E a dar uma vista de olhos às contas publicadas pelos vários partidos. E a anotar que enquanto Nogueira (tal como Guterres há um mês atrás) vem agora propor a não acumulação de cargos no exercício da acção política, os eleitos do PCP já praticam essa modalidade há muitos anos.

E que, nestas e outras coisas, é assim: mais do que o que se diz conta o que se faz. Como o Prof. nos demonstra todas as semanas.

■ José Casanova

## A reescrita da História

Sob o título «Era mais difícil desertar do que fazer a guerra», o «Público» do passado dia 10, relatava, em texto assinado por Fernando Dacosta, um dos colóquios sobre «A guerra colonial e o 25 de Abril» promovidos pela Biblioteca-Museu República e Resistência.

Nesta notícia o que mais impressiona e causa indignação é sobretudo uma nova tentativa de reescrever a História na base de clamorosas deturpações e falsificações da orientação do PCP.

É o que faz, com todas as letras, Fernando Dacosta.

Com efeito, este jornalista começa por afirmar que «recusar a guerra, virar-lhe as costas como desertor (...) tornou-se o comportamento mais radical que então se tinha perante ela. E o mais polémico - partidos da oposição». Sentencia depois que «fugir à guerra era secá-la e isso não interessava nem aos que, organizadamente, a defendiam e combatiam, isto é, aos que a utilizavam como arma das suas estratégias. Por fim, Dacosta proclama que «individualistas, os desertores recusaram-se aos jogos em jogo». Como se vê, neste cozinhado de mentiras e omissões e nesta prosa doente de ignorância atrevida ou de anticomunismo rasteiro pouco falta para que o PCP seja apresentado, não só como um feroz opositor das deserções, mas também como um

desprendido colaborador do esforço de continuação da guerra colonial que, envolvido nos «jogos em jogo», olharia como mera «arma das suas estratégias».

Fugindo ao impulso compreensível para sacudir uma calúnia tão repugnante com uma linguagem mais forte, digamos apenas que as mentiras e falsificações de Fernando Dacosta têm, pelo menos, dez vezes a sua altura.

Para o provar, se necessário fosse, poder-se-iam citar centenas de documentos, de acções e de factos que atestam, como parte integrante da orientação do PCP na luta contra a guerra colonial, uma constante valorização das deserções, nomeadamente de carácter colectivo, e, simultaneamente, uma firme orientação visando o desenvolvimento da luta democrática e revolucionária dentro das Forças Armadas e no próprio teatro da guerra.

Por todos, basta citar a este respeito a «Resolução sobre as deserções» aprovada pelo Comité Central do PCP em Julho de 1967. Aí se afirmava que «as deserções constituem a expressão do amplo movimento de protesto e resistência da juventude portuguesa contra (...) a guerra colonial» e se salientava que «é dever do Partido insistir (...) para que prossigam as recusas em massa a prestar serviço militar e as deserções de soldados e oficiais» e que «os militares comunistas devem trabalhar para estimularem e organizarem as deser-

ções». O documento salientava, entretanto, num ponto cuja importância esquerdistas da época e palermas de hoje como Dacosta não querem perceber, que os militantes comunistas «não devem desertar senão quando tenham de acompanhar uma deserção colectiva ou corram iminente perigo de serem presos em resultado da sua acção revolucionária» porque «se todos os elementos revolucionários abandonarem as Forças Armadas, estas converter-se-iam num instrumento dócil e mais eficiente da política fascista». Neste contexto, aquela Resolução do CC sublinhava que «os militares comunistas devem continuar corajosamente o seu trabalho revolucionário nas Forças Armadas, tanto em Portugal como nas colónias, esclarecendo os seus companheiros, organizando os militares mais decididos, estimulando e organizando deserções e outras formas de acção e protesto contra a guerra, desde a resistência passiva à sabotagem».

É talvez isto baste para se poder perceber que, se a discussão sobre se era «mais difícil desertar ou fazer a guerra» padece de alguma falta de grandeza humana e de sensibilidade, o que não pode oferecer dúvidas, para quem conheça a génese do 25 de Abril, é que também esta orientação do PCP para ela muito contribuiu.

■ Vítor Dias

# ARGENTINA

## Crise e eleições

Um mês da eleição presidencial, a Argentina vive momentos de particular instabilidade política, económico-financeira e social. O recente anúncio duma nova reforma fiscal, a profunda crise económica a par do amplo movimento de protesto popular, a inesperada confissão de um oficial assassino sobre os crimes da ditadura e como «desaparecidos» os «desaparecidos», são factos novos que não favorecem as expectativas eleitorais de Menem.

Todo o esforço que Carlos Menem pôs - associando num compromisso os radicais de Alfonsín - na revisão constitucional com o objectivo de se poder recandidatar, vai necessitar de o reorientar para fazer frente ao actual agravamento da situação.

Forte abalo sofreu o sistema financeiro com o afundamento, há 3 semanas, de dois importantes bancos. As repercussões em toda a economia são ainda imprevisíveis. Sendo também reflexo da crise mexicana, tal situação resulta, contudo, essencialmente da orientação neoliberal do Governo que privilegia as transferências para o exterior em detrimento do consumo interno e duma maior justiça social. Enquadram-se igualmente nesta perspectiva, as condições altamente desfavoráveis aceites para o pagamento da dívida externa, que em 5 anos passou de 46 para 70 mil milhões de dólares.

Coincidindo a actual crise financeira com a campanha eleitoral, o FMI (que necessita que os seus testa-de-ferro permaneçam no poder) prontamente disponibilizou um empréstimo de 6.700 milhões de dólares. Que se traduzirá após as eleições num «super ajuste».

Atão apregoada e sólida «estabilidade», principal bandeira de Menem, cai por terra. A crise põe a nu a instabilidade. Aliás, demasiado conhecida do povo argentino. Ela significa: menos 200 mil funcionários só nos 2 primeiros anos do actual governo; 20% de desempregados e subocupados; privatização e destruição de empresas; corrupção e impunidade; restrições à liberdade de imprensa; repressão. Tal política tem encontrado resistência. A luta social desenvolve-se. Mas surgem dificuldades no plano político. A Frente Grande - aliança das forças de oposição - que há um ano se evidenciou como a primeira força em Buenos Aires, desarticulou-se. O bipartidarismo (peronistas e radicais) então ferido, encontra assim novas condições para se reconstituir. E a Aliança Sul, agora criada como pólo unitário de oposição e resistência, terá provavelmente dificuldades de afirmação. Portadora dum programa de carácter nacional, democrático e popular, propõe um projecto alternativo ao actual modelo opressor e subserviente. Apresenta como candidato a Presidente o realizador Pino Solanas e a vice-presidente o comunista Carlos Imizcoz, destacado dirigente popular do movimento dos reformados.

Na campanha eleitoral estarão também presentes as revelações recentes dum militar sobre os crimes da ditadura fascista. O conhecimento directo que Menem declarou ter sobre o assunto traz para primeiro plano as suas responsabilidades pelo indulto que promoveu. A tese de então, da necessária reconciliação nacional, não pode prevalecer. As mães da Praça de Maio possuem hoje mais elementos para exigir o direito a toda a verdade e o castigo dos responsáveis.

Estas eleições, a par da intensificação da luta de massas e apesar do quadro contraditório em que se realizam, poderão contribuir para pôr fim ao caos e à impunidade, ao alinhamento e à submissão aos EUA. A democratização da sociedade, sendo uma exigência de hoje, é parte integrante da luta por uma alternativa que responda às aspirações e aos interesses do povo argentino.

■ Manuela Bernardino

## DORS apela ao reforço da CDU Política de direita faz estragos em Setúbal

Com o desemprego a atingir mais de 48 mil pessoas, no distrito de Setúbal, correspondendo a uma taxa de 15 por cento, enquanto em alguns concelhos ultrapassa mesmo os 20 por cento, os comunistas não vislumbram sinais da tão propalada «retoma económica» com que o Governo do PSD pretende iludir o País.

Reunida na passada sexta-feira, a Direcção Regional de Setúbal concluiu existirem «profundas dificuldades» em diversos sectores de actividade, e que «alguns projectos recentes estão aquém das expectativas».

A par do espectro do desemprego que paira sobre muitos milhares de trabalhadores, a DORS sublinha que «mantêm-se os salários em atraso, acentua-se a precariedade e cresce a violação dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente do direito à contratação colectiva».

Por outro lado, os comunistas de Setúbal chamam a atenção para três aspectos da acção do Governo «com especial incidência no distrito», designadamente a passagem de grandes empresas para as mãos do grande capital e das multinacionais; a entrega aos grandes proprietários latifundiários de mais de 60 milhões de contos a título de lucros perdidos; e a decisão de proibir as autar-



A DORS reuniu na passada sexta-feira

quias locais de realizarem obras por administração directa de valor superior a 20 mil contos.

Esta última medida, recentemente decretada pelo Governo, a ser concretizada, afirma a DORS, «ameaçaria um largo número de postos de trabalho, diminuiria o nível de investimento e a realização das autarquias e afectaria a capacidade de captar e aplicar fundos comunitários».

A DORS solidariza-se com as movimentações sociais de descontentamento com a política do Governo, de que se destacam as lutas dos trabalhadores da Torralta, da Renault, da indústria naval, da Viegas

e Lopes, da Valfrio, da Portugal Telecom, do grupo CP, das autarquias locais, têxteis, bem como dos professores, dos médicos, dos jovens e das populações contra as instalações da incineradora de resíduos industriais.

Mais adiante, o comunicado da DORS realça «a importância do êxito obtido pelas autarquias, com a prevista assinatura do protocolo para o projec-

to de desenvolvimento do Metropolitano Sul do Tejo, que foi lançado e desenvolvido pelas câmaras de Almada, Seixal, Barreiro e Moita, todas de maioria CDU. Ainda na área das comunicações, é exigido o início dos estudos e projectos para a construção de uma nova travessia do Tejo (Barreiro/Chelas) que contribua nomeadamente para desbloquear os grandes congestionamentos de tráfego da ponte 25 de Abril.

Sobre a actividade partidária no distrito, a reunião da DORS refere o êxito no distrito do «Debate com o país para uma nova política», o elevado número de iniciativas no âmbito do 74º aniversário do Partido, o arranque da campanha dos 150 mil contos. Regista-se também um significativo afluxo de novos militantes ao Partido e à JCP, comprovado por 146 adesões nos primeiros três meses do ano.

A reunião debateu ainda a acção para os próximos meses, definindo como linha política prioritária de acção a preparação das eleições legislativas.

## DORAL analisa turismo algarvio

### «Não bastam planos»

Na sequência da ratificação do Plano Regional de Turismo do Algarve (PRTA), a DORAL do PCP divulgou uma nota que publicamos

A contragosto, o Governo do PSD reconheceu uma das reivindicações do PCP, única força pública a exigir há já 14 anos a elaboração de um Plano para o turismo na região. De facto, em 1982, o PCP reivindicava «o desenvolvimento do turismo no Algarve, no quadro de uma política regional que integre de forma harmoniosa todas as fontes de riqueza e aponte para o melhoramento das condições de vida materiais e culturais da população», acrescentando que «o turismo tem de ter o seu Plano próprio de desenvolvimento sectorial».

Embora tarde e a más horas, completou-se o ciclo de ratificação do Plano Regional de Turismo do Algarve (PRTA). Com a pompa habitual nestas circunstâncias, o Governo empossou o seu gestor e a respectiva Comissão de Acompanhamento. O Governo do PSD anuncia agora a disposição de ordenar o caos que incentivou a criar, no qual imperou a regra da especulação imobiliária e do lucro a qualquer preço. Políticas que colocaram o Algarve em risco destino turístico de qualidade, e se cifram numa pesada factura a ser paga em termos de crise económica e de destruição ambiental.

Refira-se que também não existiu por parte do PS (partido que detém a maioria da gestão das autarquias na região) uma posição firme na defesa dos interesses do Algarve e dos recursos naturais existentes, produtores de condições únicas para um turismo de qualidade.

Mesmo dando o braço a torcer, o Governo ratificou o Plano sem contudo dizer uma única palavra quanto aos instrumentos necessários à sua efectivação. Sem verbas atribuídas, todos os programas consagrados no Plano dependerão do governo central e como diriam os pescadores algarvios, o desenvolvimento do turismo na região continua à babuja dos fundos que decidirem canalizar para o Algarve.

Na mesma linha centralista, o PSD e o seu Ministro, nomearam uma comissão de acompanhamento que não reflecte as realidades regionais e se limita a fazer de câmara de eco dos organismos governamentais desconcentrados.

De igual modo, foi subalternizada a Região de Turismo do Algarve, cujas competências são cada vez mais restringidas, como se não bastasse a actual Lei Quadro das Regiões de Turismo e o seu claro pendor para desvalorizar estas estruturas.

Por outro lado, o Governo insiste em consagrar no PRTA uma linha conflitual com o poder local, com a invasão de competências atribuídas às autarquias, acrescida da transferência de responsabilidades – designadamente no saneamento básico – sem as devidas contrapartidas financeiras.

Temos assim um Plano sem verbas atribuídas, um gestor sem nenhuma experiência na actividade turística remetido a figura decorativa para executar ordens do poder central e uma comissão de acompanhamento feita à medida do Governo.

Privado de mecanismos essenciais de funcionamento e ainda que globalmente positivo, o Plano de regional só tem o nome, pois o Governo rodeou-se de todas as cautelas para impedir os algarvios de decidirem sobre a sua actividade principal, onde se movimentam cerca de 150 milhões de contos de divisas por ano, das quais, aliás, a região pouco usufrui.

Neste quadro, não é difícil perceber que o Governo do PSD não tem intenções de aplicar este Plano embora tivesse sido obrigado a elaborá-lo devido às crescentes pressões da sociedade algarvia que consecutivamente vêm reclamando a necessidade de terem uma participação mais activa na definição das orientações face ao desenvolvimento da região.

O PCP, que desde há muito reclamava a urgente necessidade de se elaborar um Plano Regional de Turismo para o Algarve, entende que não bastam planos. A estes é necessário associar meios financeiros que lhe dêem consistência e uma nova política para o turismo capaz de cumprir os objectivos consagrados no PRTA de forma a que a região se torne um destino turístico de qualidade e o turismo uma actividade geradora de desenvolvimento de emprego estável e de bem-estar das populações. Este objectivo é indissociável de uma maior participação dos algarvios na definição das políticas a executar quanto ao desenvolvimento da região só possível através de um poder regional eleito, isto é, com a criação da Região Administrativa do Algarve.

## DOREV denuncia

### Governo atrasa programas ocupacionais

Em recente nota à imprensa, a DOREV considera «escandaloso que desde Dezembro se mantenham milhares de trabalhadores desempregados sem receberem quaisquer subsídios e que o Ministério do Emprego atrase propositadamente os programas ocupacionais para que a sua duração termine no acto eleitoral que se avizinha».

Acusando o Governo de eleitoralismo, a DOREV afirma que «são notórias as crescentes dificuldades que atravessam os principais sectores económicos do distrito» com reflexos directos no agravamento da precarização do trabalho e aumento do desemprego.

A Direcção Regional de Évora repudia, por outro lado, que «a pretexto de decisões comunitárias, o Governo pretenda amputar os poderes legalmente definidos às assembleias e câmaras municipais, nomeadamente no que respeita às obras por administração directa, cujo projectos orçados em 20 mil contos serão obrigatoriamente objecto de empreitadas».

No mesmo comunicado, a DOREV divulga o balanço do «Debate com o País para uma nova política» realçando que se realizaram no distrito durante o

primeiro trimestre 40 iniciativas em que participaram mais de duas mil pessoas.

### 3ª Assembleia em Évora

A concelhia de Évora realizou, no passado sábado, a sua 3ª Assembleia de Organização que analisou a situação social e económica, elegeu a nova equipa de direcção e definiu as linhas principais de actuação futura dos comunistas no concelho.

Durante os trabalhos, os delegados abordaram vários aspectos da realidade do concelho e da actividade partidária, tendo sido dada especial atenção às tarefas imediatas, em particular, à campanha de fundos dos 150 mil contos, que foi motivo de uma resolução. Refira-se, entretanto que a campanha já atingiu no concelho 30 por cento da meta estabelecida, e só durante a assembleia foram reunidos 45 contos.

Relacionada com os fundos do Partido, foi sublinhada a importância da quotização, decidindo-se lançar uma campanha de recolha quotas atrasadas, que tem como objectivo alcançar até ao final do ano 60 por cento das contribuições em falta.

No plano do trabalho de direcção, foram introduzidas algumas alterações consideradas positivas, que determinaram a redução dos membros da Comissão Concelhia. Eleita por unanimidade, a nova Comissão é agora constituída por 24 camaradas, com uma média de idades de 44 anos.

A encerrar os trabalhos, interveio Diamantino Dias, do Secretariado da DOREV, que salientou a importância da Assembleia para o trabalho

futuro, chamando a atenção para os problemas que se colocam aos trabalhadores do concelho e para as tarefas políticas do Partido.

No uso da palavra, seguiu-se-lhe Edgar Correia, membro da Comissão Política, que referiu os principais traços da situação política nacional e a a necessidade de reforçar a organização do Partido, tendo em conta as próximas batalhas políticas, designadamente as eleições legislativas e a situação no Alentejo.

## DORBE reúne Conselho Regional

Reunida na passada sexta-feira, a DORBE do PCP decidiu convocar para o próximo dia 22, o Conselho Regional do PCP, órgão que integra mais de uma centena de quadros.

Na sua reunião, analisando a gravíssima situação económica e social no distrito, a DORBE acusa o Governo de «continuar a tentar esconder o crescimento do desemprego, a atrasar e manipular com intuídos eleitoralistas os programas ocupacionais sazonais e a ignorar as dramáticas consequências da seca, recusando medidas urgentes há muito pedidas pelas autarquias para abastecimento de água às populações e apoio a agricultores e criadores de gado».

Também a Regional de Beja se pronunciou contra a legislação agora publicada que impõe limitações às câmaras municipais nas obras por administração directa, diploma que sendo aplicado levará a despedimentos nas autarquias e a enormes prejuízos para os municípios.

# Carlos Carvalhas no Barreiro

## Governo prossegue uma política de destruição

Perante uma multidão que encheu completamente o vasto salão dos "Penicheiros", no Barreiro, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, responsabilizou duramente o Governo do PSD pela situação catastrófica que se vive no nosso país, fazendo um levantamento minucioso quer dos problemas socioeconómicos, quer da demagogia governamental a iludir as questões e a procurar desresponsabilizar-se da situação que criou.

O Comício foi promovido pela organização local do Partido e teve três oradores a anteceder a intervenção de Carlos Carvalhas, nomeadamente António Vicente, pela Comissão Concelhia do PCP, André Lopes, pela JCP, e o presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Pedro Canário.

A intervenção incisiva de Pedro Canário foi particularmente aplaudida pela assistência. Centrando-se nos problemas do Concelho, Pedro Canário assinalou a responsabilidade directa da política governamental na situação de crise económica e social que se vive no Barreiro, sublinhando os estrangulamentos financeiros impostos deliberadamente à autarquia e, até, uma atitude persecutória por parte do Governo, nomeadamente ao ameaçar esta Câmara com penhoras, ameaça que não fez a qualquer outra Câmara do País. "Não tiveram sorte", esclareceu Pedro Canário. "Apesar das dificuldades impostas pelo Governo, reduzimos, já, em 30% as dívidas, diminuimos a dívida à banca em mais de 200.000 contos, conseguimos que os transportes colectivos do Barreiro continuassem a funcionar, temos crédito e continuámos a fazer investimentos". E ironizou: "A CDU e o Barreiro não são assim tão

fáceis de deitar abaixo!", sublinhando que "nós estamos no bom caminho, é preciso é que o País entre também no bom caminho", apeando o PSD do poder. Após recordar que "a CDU é a única força política

que tem um programa próprio - que não é dela, mas de toda a população", concluiu com um aviso à navegação, fortemente aplaudido pela assistência: "O futuro pertence a quem trabalha!".



## Intervenção de Carlos Carvalhas

(...)

O Barreiro ilustra bem, infelizmente, o que tem sido o processo destrutivo da nossa indústria, o saque do património público, a regressão social com o aumento do desemprego e a liquidação de regalias e direitos duramente conquistados, em consequência das políticas de direita e da sujeição à tutela de Maastricht.

Milhões e milhões que deveriam ser canalizados para fomentar a produção e o emprego, são dirigidos para as actividades especulativas e parasitárias e para a posse de riquíssimo património público, actividades e operações que não criam nem um emprego, nem um "grama" de produção.

Enquanto quem trabalha e quem está ligado à produção só encontra dificuldades, as actividades especulativas são incentivadas, dando origem a fortunas meteóricas que, com o pano de fundo do clientelismo e da corrupção caracterizam bem o que tem sido a política do PSD. Política que tem proporcionado uma boa vida aos licenciados em Fundos Comunitários e aos que enriquecem dormindo à sombra da Bolsa, das actividades especulativas e do capital financeiro.

Os Fundos Comunitários apresentados com o objectivo de reestruturar a nossa economia, foram no essencial delapidados estruturando sim uma rede clientelar ligada ao partido do Governo, de tal modo que hoje podemos dizer que além de algumas auto-estradas e vias rápidas o que nos resta é uma agricultura arruinada, uma frota pesqueira em liquidação, uma Marinha Mercante destruída, uma indústria em queda com a liquidação de importantes sectores industriais, contando-se pelos dedos das mãos os poucos casos de empresas industriais com sucesso. Tudo isto com uma muito maior dependência e subordinação da nossa economia aos centros de decisão externos. E é uma realidade que quanto maior é a dependência, menor é a força que se dispõe para defender os interesses nacionais. Aliás há uma manobra que tem que ser constantemente denunciada e desmascarada e que se tem verificado na nossa história económica recente, nomeadamente no processo de integração europeia.

E que é a manobra de amarrar o país a compromissos com graves consequências para depois se declarar a inevitabilidade da política a seguir. É sabido que criar um constrangimento para depois se submeter, é o caminho habitual que precede todos os recuos sociais. Quando o que o grande capital aspira é de tal modo inaceitável, aqueles que o servem entendem que o melhor é então poderem declarar não terem outra escolha...

Mas é necessário que fique claro que Portugal não está condenado a ficar debaixo da tutela de Maastricht, ou da tutela de um directório de grandes potências, que Portugal não está condenado a ser uma coutada das transnacionais, uma economia de actividades de fraco valor acrescentado, periférica e subcontratada e com alguns espaços turísticos para gozo dos estrangeiros.

Mas para isso é necessário uma nova política que dê resposta aos graves problemas nacionais. Uma política que incentive a actividade produtiva e o investimento criador de emprego, uma política que rompa com os critérios da direita e que melhore o nível de vida e o poder de compra das populações, alargando o nosso mercado interno, uma política que defenda intransigentemente os interesses nacionais. E não há malabarismos que disfarcem esta necessidade.

O PSD descobriu agora o grave problema do desemprego e das injustiças sociais.

Que hipocrisia quando se sabe que a política do Governo tem conduzido à progressão do desemprego, da pobreza e da exclusão social, à desvalorização da produção nacional, à crescente substituição da produção nacional pela produção estrangeira.

O Governo continua a mascarar os problemas, ressuscita a "teoria do oásis" e propaganda uma "retoma", que só se vê na retoma dos lucros financeiros e especulativos, ao mesmo tempo que mantém a pressão sobre os salários, as reformas e acentua o fosso entre os chamados "rendimentos do trabalho e os rendimentos do capital".

## As manobras do PSD

Como em anteriores épocas eleitorais, o PSD veste agora a sua "pele de cordeiro", distribui sorrisos e promessas, concentra inaugurações, distribui dinheiros dos sacos azuis e esconde os seus graves projectos em preparação que atinge o mundo do trabalho, a juventude e uma boa parte da população: supressão maciça de empregos, aceleração das privatizações, liquidação da contratação colectiva, desmantelamento da segurança social.

E este quadro seria ainda agravado com a marcha forçada da entrada do país na terceira fase da UEM e com o apoio à aceleração do processo de Maastricht a caminho da moeda única, da redução das despesas sociais e públicas e da gene-

ralização da "flexibilidade" do trabalho para favorecer a especulação de capitais.

Para derrotar esta política e estes planos, a intervenção e a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras e de todas as camadas agredidas pela política de direita é da máxima importância nesta fase. O Governo receoso da conflitualidade social, está mais voltado para o adiamento dos problemas do que para a sua resolução na linha da sua estratégia eleitoral.

Por isso, o desenvolvimento e a intensificação da luta dos trabalhadores constitui a mais decisiva e determinante arma no combate, quer à demagogia eleitoralista do Governo, quer à prossecução da política de direita.

Por isso daqui saudamos todos os trabalhadores em luta e manifestamos o nosso apoio solidário aos trabalhadores da Torralta, da Renault, da indústria naval, da Cabos D'Ávila, da Sorefame, da Dextra, dos ferroviários, do sector dos Transportes, do sector Químico, da Administração Central e Local.

A luta contra a política anti-social e contra a política de direita, a luta pela melhoria dos salários, nas empresas Químicas, Ferroviárias e Administração Central e Local; pela defesa dos postos de trabalho na RMC - Palasquia e Quimiparque, RST e ATIB - ferroviárias; pela defesa dos direitos conquistados e contra as discriminações salariais mostram que apesar de todas as dificuldades e pressões os trabalhadores não baixam os braços e que há hoje, no mundo do trabalho, quer no concelho, quer no distrito, quer no País, uma grande indignação, revolta e descontentamento com a política que vem sendo seguida.

Nós não aceitamos a política de subserviência e de abdicção em relação à Renault, que recebeu do Estado Português 47 milhões de contos e que agora "quer arrumar as malas", com o Governo a fazer sucessivas ameaças para a opinião pública ver, sem quaisquer efeitos práticos. Exigimos que o Governo abandone "os tiros da pólvora seca" e tome sim, com firmeza, medidas concretas em defesa dos trabalhadores e do interesse nacional.

Nós não aceitamos esta política, nós não aceitamos a política de concentração de riqueza, a política dos factos consumados e alertamos as trabalhadoras, os trabalhadores e o povo português para as manobras do PSD de, por um lado, se aproveitar dos dinheiros públicos e do aparelho de Estado e de acelerar a política que conduziu o país à desastrosa situação em que se encontra e por outro, de procurar apresentar o seu novo Presidente com uma nova postura, pretensamente renovadora, distanciada da política do Governo e dos seus malefícios, numa clara encenação autodesresponsabilizadora em relação aos aspectos mais gritantemente negativos da política do Governo.

Num quadro em que se confirma o agravamento económico e social, o PCP nas instituições e fora delas concentra as suas energias na defesa dos trabalhadores, na resolução dos problemas das populações e no alargamento e intensificação da corrente de opinião, pela necessidade de se derrotar a direita e a política de direita, pela necessidade de uma nova política que sirva o povo e o país.

No domínio da política social, o PCP tem manifestado a sua solidariedade activa aos trabalhadores e às mais diversas camadas e grupos sociais, de que são exemplos recentes os encontros sobre os problemas dos reformados, sobre o desenvolvimento da região Duriense, sobre as mulheres trabalhadoras, sobre a privatização da Telecom; com os projectos de lei sobre os salários em atraso, sobre as indemnizações aos hemofílicos, sobre medidas de protecção aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, alargando a noção de acidentes de trabalho e o aumento das pensões e indemnizações...

Esta é a nossa postura, esta é a postura do PCP, sempre ao lado dos trabalhadores, dos injustiçados e explorados, pela justiça social, por uma política de esquerda, por um Portugal de progresso e justiça, numa Europa de paz e cooperação. (...)

## Vila Franca de Xira

Carlos Carvalhas usando da palavra no almoço-convívio realizado no passado domingo em Vila Franca de Xira, no Pavilhão do Cevadeiro, onde também discursou o presidente da edilidade vilafranquense, Daniel Branco. A iniciativa reuniu centenas de pessoas, com assinalável presença da juventude



## Álvaro Cunhal em Coimbra

# «A batalha ideológica trava-se no concreto»

Ainda assinalando o 74º aniversário do PCP, Álvaro Cunhal participou, sexta-feira passada, num animado jantar-convívio, que teve lugar numa das cantinas universitárias de Coimbra, promovido pela Comissão Concelhia do Partido e pelos sectores sindical e intelectual, e que reuniu quase 400 pessoas.

No decurso da iniciativa foram exibidas imagens inéditas do 25 de Abril e do 1º de Maio, filmadas em Coimbra em 1974 e 1975 e agora passadas a vídeo. Fernando Taborda e Rui Damasceno declamaram Pablo Neruda e Ary dos Santos.

Álvaro Cunhal falou, durante cerca de uma hora, sobre os 74 anos do PCP e a forma como a direcção do Partido decidiu assinalar este aniversário, ligando-o muito directamente às tarefas do presente e, em particular, à necessidade de reforçar a votação nos comunistas e na CDU nas próximas eleições legislativas. Para garantir um maior rigor na interpretação das suas palavras, o presidente do Conselho Nacional do Partido, cuja intervenção foi feita de improviso, fez questão de ler os extractos que a seguir publicamos.

«Acerca dos propósitos de limitações e perversão das liberdades e da democracia e da agudização da luta ideológica integrante de projectos e actuações de grande alcance, duas questões gostaria ainda de referir. Uma relativa ao movimento sindical, outra aos partidos políticos.

### Sobre o movimento sindical

«Uma das linhas da ofensiva ideológica, política e organizativa das forças do capital, associadas a forças políticas reaccionárias e conservadoras, respeita às organizações de classe dos trabalhadores e antes de mais ao movimento sindical.

A ofensiva contra o movimento sindical, contra o sindicalismo de classe, independente, unitário e democrático, que tem como grande expressão a CGTP e os seus sindicatos, essa ofensiva conhece cada dia novos desenvolvimentos.

São particularmente significativas algumas teorizações, opiniões e propostas de conhecidas individualidades num colóquio organizado pela própria CGTP, no dia 14 de Março último. A comunicação social deu-lhes, como seria de esperar, grande relevo.

Foram várias as intervenções nesse sentido. Hoje, aqui em Coimbra, apenas desejo referir uma: a do professor catedrático na Universidade, Boaventura de Sousa Santos.

Quais são os aspectos mais salientes das ideias, teorizações e propostas do professor? Libertado da densa ganga de discutíveis referências à história do movimento sindical e de capciosos argumentos envolventes, as ideias mais significativas na sua longa intervenção são as seguintes:

- a ideia de que o movimento sindical deve afastar-se da "ideia obsoleta do patrão como inimigo, uma ideia inviável na prática e psicologicamente inibidora", e deve inserir-se "num mais amplo e arrojado arco de solidariedade" que, pelo que expõe, se pode concluir seria a "solidariedade" do

movimento sindical para com o capital (teoricamente claro) também do capital para com os trabalhadores; - e isto é dito numa situação em que o capital agrava dia a dia a exploração e as condições de trabalho e dia a dia procura liquidar direitos vitais dos trabalhadores;

- a ideia da concertação social como o local certo para "a discussão e a luta pela qualidade e dignidade de vida" - e isto é dito numa situação em que o capital procura impor a concertação social e as suas condições e perverter e mesmo liquidar a contratação colectiva;

- a ideia de que o movimento sindical deve "reestruturar-se profundamente" visando a "sua transnacionalização", o que significaria no concreto referente ao caso português "a integração" do movimento sindical português, capitulando da sua identidade própria, no quadro de um movimento sindical à escala da integração capitalista europeia;

- a ideia de que o movimento sindical (o conselho é para a CGTP evidentemente) deve reestruturar o seu funcionamento interno, não se inibindo o professor de indicar como devem ser concebidas as eleições das comissões sindicais;

- a ideia de que o movimento sindical (e o professor está falando directamente da CGTP) deve sofrer uma alteração profunda: perder a sua natureza de classe afirmando-se o trabalhador cada vez menos como trabalhador e cada vez mais como "cidadão" - ideia esta que não se pode separar de uma outra, a saber, a ideia da integração do movimento sindical no sistema institucional, o que traz à memória a lei de 1933 querendo forçar os sindicatos livres a integrar-se na organização corporativa do Estado;

- a ideia de que o sindicalismo deve ser "menos partidário", afirmando com que estamos nós inteiramente de acordo, mas que, dito no Colóquio da CGTP, ou é (e pelo resto não parece ser) uma crítica à pública intervenção do PS e do PSD na vida dos sindicatos através de tendências sindicais partidárias organizadas e com posições

públicas, ou é uma expressão amargurada pela conhecida realidade de que, por escolha e voto democrático dos trabalhadores, a acção e a influência dos comunistas é muito grande no movimento sindical;

- e (para terminar estas referências que poderiam prosseguir) a ideia de que, lutando-se por "um capitalismo civilizado" (!) já não há qualquer justificação para um movimento sindical dividido - pelo que o professor aponta o caminho da fusão da CGTP e da UGT.

Fracassado como fracassou o plano de constituição de uma UGT que ultrapassasse a CGTP, os promotores e apoiantes da acção divisionista da UGT ao longo dos anos vêm agora ensinar à CGTP que deve unir-se à UGT. Os autores e apoiantes da divisão sindical tornam-se agora os campeões da "unicidade". Para fazer avançar o processo unificador, o professor fez na altura um apelo solene para que este ano o 1º de Maio seja comemorado em conjunto pelas duas centrais. Acrescentando mais uma invocação histórica, lembra que a última vez que as duas centrais comemoraram em conjunto o 1º de Maio foi em 1974. Que escorregadeira, professor! Qualquer trabalhador sabe que em 1974 não existia ainda a UGT, que só em Janeiro de 1979 foi criada, no seu I Congresso que, é bom lembrar, contou com a participação de fortíssimas delegações do PS, PSD e CDS chefiadas respectivamente por Mário Soares, Sá Carneiro e Amaro da Costa.

Para terminar, sobre esta questão, é de salientar que nesse colóquio, o camarada Luís Sá, da Comissão Política do Comité Central, referiu oportunamente a necessidade para os trabalhadores e para o País de uma política de esquerda.

De salientar também que,



Os temas abordados por Álvaro Cunhal foram seguidos com grande atenção

nesse mesmo colóquio, o camarada Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, sublinhou que, perante a grave situação dos trabalhadores e "a ofensiva do capital para restaurar as relações laborais do século passado", se torna necessário "salvaguardar o muito que foi conquistado, através de duras lutas de gerações de trabalhadores" e fortalecer "o papel insubstituível dos sindicatos".

Nesse mesmo colóquio, o Presidente da República fez um rasgado elogio à CGTP como aliás todos os participantes o fizeram. A CGTP merece bem os elogios.



A juventude, presente e entusiástica, no jantar-convívio de Coimbra

Naturalmente pelo que tem sido e é. Não naturalmente (e quem o ousaria, não é verdade?) na suposição de que venha a aceitar sofrer uma profunda transformação que a levaria a perder a sua natureza de classe, a sua natureza independente, unitária e democrática, a sua ligação visceral à classe operária e a todos os trabalhadores, que fez e faz dela um poderoso movimento organizado, uma realização de valor histórico e um legítimo motivo de orgulho dos trabalhadores portugueses.

### Sobre os partidos

«Entre ideias e propostas anti-democráticas podem considerar-se também as que recentemente têm sido divulgadas e que, a serem concretizadas, significariam graves limitações impostas à liberdade e direito de associação, mais concretamente à liberdade e direito dos partidos políticos.

É útil lembrar um pouco a história.

Nos 48 anos de ditadura, não era permitida a formação de partidos políticos, a não ser do partido fascista, a União Nacional (UN), depois Acção Nacional Popular (ANP).

Derrubado o governo fascista pelo heróico levantamento mili-

anulou porém tão grave propósito de limitação de liberdade de associação. Apoiados pelas massas populares, o partidos existentes passaram a actuar livremente à luz do dia com o apoio dos sectores mais progressistas das forças armadas.

A direita não desistiu porém dos seus propósitos.

Logo no I Governo Provisório, Sá Carneiro, ministro sem pasta, fez, em 21 de Junho, uma proposta de lei sobre os partidos políticos. Alguns dos princípios e normas que pretendia fazer aprovar caracterizam bem os objectivos. Assim:

- só seriam "reconhecidos como partidos as associações políticas com mais de quinze mil membros" (artº 1, nº 2);

- a organização interna dos partidos deveria obedecer a várias regras, como "o conhecimento público" da "identidade dos associados" (artº 6, nº 2), as eleições "por forma adequada" (como a entendia o proponente), "um sistema de renovação periódica" e "a igualdade de quotização de todos os associados" (artº 4º);

- no que respeita a "sanções contra os associados" deveria haver "possibilidade de recurso para o Supremo Tribunal Administrativo" (artº 17, nº3);

- seria obrigatório o envio ao Supremo Tribunal de Justiça da relação nominal dos associados em número suficiente referida ao cadernos eleitorais" (artº 18, nº 2 e 3);

- o Supremo Tribunal de Justiça poderia impor aos partidos várias sanções, como "suspensão dos titulares dos órgãos responsáveis", "demissão de titulares", "dissolução de um ou mais órgãos do partido", "interdição de escolha de certos associados para cargos directivos", "dissolução", etc.

Esta proposta, que tinha fundamentalmente em vista atingir e controlar institucionalmente o PCP, foi rejeitada.

Rejeitada a proposta, os anos passaram sem que a direita instalada no poder, apesar das suas campanhas, tivesse conseguido limitar como pretendia a liberdade de associação dos partidos.

Agora volta à carga. Acompanhando a política da direita de perversão da democracia e da liberdade e direito de associação, reaparecem as ideias antidemocráticas relativas aos partidos.

Particularmente significativas são as opiniões de um professor da Faculdade de Direito de Lis-

boa, Jorge Miranda (*Público*, 18.1.95 e 19.2.95).

Este senhor defende a aprovação de uma lei que estabeleça o "Direito interno dos partidos". Que direito interno é esse? Quais os princípios e normas que entendem deverem ser impostos por lei aos partidos com o que chama "um ordenamento jurídico democrático"?

Nada menos que: a declaração anual e nominal dos militantes ao Tribunal de Contas, o voto exclusivamente individual, a proibição de voto por célula, secção ou organização, a obrigatoriedade de voto secreto e de candidaturas com garantia de neutralidade e imparcialidade do aparelho partidário, o conhecimento dos cadernos eleitorais por todos os candidatos, a representação proporcional nas assembleias de todos os graus, a eleição directa em todos os graus, a garantia de acesso a Tribunal para apreciação da validade dos actos eleitorais; e ainda (como se não chegasse tanta imposição) "seria desejável no interior dos partidos, a prática do referendo". E pondo inadvertidamente ainda mais a claro qual é o seu alvo, ataca o que chama "uma estrutura de tipo leninista controladora".

Solenemente, defendendo "a reforma do sistema político" proclama que ela "tem de começar pelos partidos políticos".

Se não é particularmente grave (além do significado preocupante) que um professor de Direito, ainda por cima constitucionalista muito citado na nossa praça, avance tais propostas, tais propostas traduzem conceitos impositivos e ditatoriais que acompanham a restauração do capitalismo monopolista e do seu poder económico e político.

A questão torna-se ainda mais preocupante pelo acolhimento e mesmo aprovação que tais conceitos estão recebendo em altas esferas do poder. Assim, se a imprensa fala verdade, na comemoração dos 20 anos da Comissão Nacional de Eleições, o Presidente da República, ao lado de Jorge Miranda, defendeu em nome da transparência, a revisão das leis eleitorais incluindo as da vida interna dos partidos (*Público*, 23.3.95).

Pode não haver perigos imediatos. É porém necessário ter presente que a batalha ideológica se trava no concreto.»

## Álvaro Cunhal em Trás-os-Montes

# "PCP é o portador da real alternativa"

Empenhados numa campanha de fundos destinada a angariar a verba necessária à compra de um Centro de Trabalho, os comunistas transmontanos promoveram no último domingo um "almoço de solidariedade" que encheu o refeitório da Escola Preparatória Diogo Cão, em Vila Real. Com esta iniciativa, a que aderiram mais de duas centenas e meia de pessoas, entre membros e outros amigos do Partido, e que contou também com a participação de Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional, um novo impulso foi dado ao reforço da organização partidária, com os olhos postos nas próximas legislativas e na necessidade de contribuir para uma alternativa à política de direita.

A ganhar, desde logo, ficou também a Campanha de Fundos, que, a partir de agora, conhece decisivamente uma nova fase, com os militantes comunistas e suas organizações empenhados em reforçar a dinâmica actual com vista a cumprir todos os objectivos traçados na sua II

campanha de fundos -, inserindo-os na acção desenvolvida pelos comunistas de Trás-os-Montes contra uma política que na região tem deixado de um rasto de desemprego, encerramento de empresas (sobretudo no sector mineiro) e desertificação.

Coube a Frederico Neves, por

numa sentida saudação aos presentes, realçou, por sua vez, a importância da aquisição de um CT, manifestando a sua convicção de que esta será uma casa que sendo dos comunistas será sempre "uma casa aberta aos problemas dos transmontanos e durienses", uma "porta aberta, nunca fechada, a escutar, a reflectir, a ajudar quantos por ela entrarem".

Desenvolvendo o seu pensamento sobre esta matéria, Agostinho Lopes realçou ainda o entendimento de que o CT deverá ser "uma casa nossa, para ser cada vez mais dos outros. Dos trabalhadores, dos jovens, dos agricultores, de todos os que trabalham e lutam. Uma casa nossa para nos dar mais força, para dar mais força à razão da nossa luta".

Dessa luta falou ainda sumariamente Agostinho Lopes, recenseando, entre outras, a luta dos povos dos baldios, dos camponeses "que não desistem da sua dignidade de trabalhadores da terra", das lutas de quantos nas aldeias "têm resistido ao fim do comboio, à retirada dos postos dos CTT, à eliminação dos postos de saúde, à liquidação das escolas primárias".

### Transformar protesto em voto

Da luta dos comunistas portugueses por uma nova política, poderosa corrente para onde convergem no fundo as múltiplas acções de quantos desejam igual mudança, falou também Álvaro Cunhal, num discurso acolhido com atenção e frequen-



Mais de duas centenas e meia de pessoas juntaram-se no "almoço de solidariedade" inserido na campanha de fundos para a compra de um CT em Vila Real

temente sublinhado com fortes aplausos pelos presentes.

Para primeiro plano foi chamado concretamente o descrédito do Governo e a sua "posição de derrota", bem como a grande movimentação social que lhe está associada, alargada a sectores que constituem habitualmente a base eleitoral da direita, mas que reconhecem nos comunistas os principais defensores dos seus interesses.

"Transformar este protesto e descontentamento social em votação na CDU, convencer que é necessária substituir a política de direita é um passo que temos que ganhar", salientou a propósito o dirigente comunista, antes de referir que o PS, partido que "em aspectos fundamentais se identifica com o PSD", não protagoniza essa "nova política".

Álvaro Cunhal pôs ainda em relevo a necessidade de dar firme combate à ideia de que o voto útil é no PS - procedendo para o efeito a um simples exercício matemático onde demons-

tra as diferenças resultantes, por exemplo, de o PCP ficar com dez ou com trinta deputados, daí dependendo, disse, num caso, o prosseguimento pelo PS da política de direita, no outro, o maior grau de dificuldade em executar uma tal política -, após o que reiterou a sua convicção de que "se há voto útil não é no PS mas sim na CDU".

Recordado por Álvaro Cunhal foi ainda o "Debate com o País", em que participaram cerca de dez mil pessoas, que trouxeram o seu contributo e "reflexão à nossa política", iniciativa esta que em sua opinião veio revelar que o "PCP é o portador da real alternativa" à política de direita.

### Abrir espaço aos jovens

O reforço do PCP, quer no plano orgânico (designadamente ao nível do recrutamento) quer no domínio da renovação foram

ainda temas que polarizaram a atenção do dirigente comunista.

Particularmente sublinhada, neste capítulo, depois de referir que por vezes não ocorre a abertura necessária e que "não basta dizer que se tem confiança na juventude", foi a ideia de que renovação significa "abrir espaço aos quadros mais jovens e mais dinâmicos".

Detendo-se nos aspectos relacionados com a identidade do PCP e com o seu projecto de sociedade, Álvaro Cunhal equacionou por último aqueles que do seu ponto de vista são os "três alvos sucessivos" da nossa luta: a luta imediata, no dia-a-dia, aos diferentes níveis de intervenção; a luta num prazo ligeiramente mais alargado que passa pela batalha eleitoral das legislativas e pela derrota da direita; a luta por uma nova sociedade, sem exploradores nem explorados, afinal de contas, observou, a própria "razão de ser do PCP".

J.C.



Assembleia de Organização Regional realizada em Novembro último.

Uma aposta que, a avaliar pela mobilização em curso (de que é um precioso testemunho a própria iniciativa do almoço), bem como pelo espírito de confiança evidenciado, reúne todas as condições para se concretizar com êxito.

### Mobilização em curso

Foi, por conseguinte, em ambiente de festa e de animado convívio que os participantes - depois de uma magnífica refeição (feijoadas à transmontana, pois claro...), toda ela confeccionada com produtos oferecidos -, puderam ouvir as palavras dos quatro oradores presentes na mesa dirigida pelo camarada José Gonçalves, da Comissão Concelhia de Vila Real.

Fernando Mendes, da DOR-VIR, destacou o duplo objectivo da iniciativa - mobilizar com vista às legislativas e contribuir para a

sua vez, falar com algum detalhe sobre a Campanha de Fundos, designadamente sobre as razões que levaram ao seu arranque, sua importância enquanto factor decisivo capaz de ajudar a concretizar a compra do novo Centro, bem como sobre o seu desenvolvimento, iniciativas em curso e metas a atingir.

Depois de salientar que a proposta de compra de um centro de trabalho de há muito constitui um desejo dos comunistas transmontanos, numa alusão ao significado da iniciativa, Frederico Neves salientou que ela vem demonstrar que, ao contrário do que alguns tentam fazer crer, os comunistas não se estão a desfazer do seu património, antes "estão interessados em comprar". "Queremos o centro de trabalho como coisa nossa", concluiu.

### Uma porta aberta

Agostinho Lopes, da Comissão Política e do Secretariado,

## Justa satisfação em Aveiro para prosseguir o trabalho

Álvaro Cunhal esteve no passado sábado no distrito de Aveiro, onde participou num importante conjunto de iniciativas que visaram, em primeiro lugar, a divulgação e o esclarecimento das posições do PCP, nomeadamente das que dizem respeito à afirmação do Partido como «a esquerda necessária para uma nova política», e também contribuir para a mobilização dos mili-

tantes e simpatizantes para a importante batalha das eleições legislativas.

Em Estarreja, concelho fortemente marcado pela política de continuada destruição do aparelho produtivo (em particular do sector agrícola e também da Quimigal, onde restam apenas 250 dos 1500 trabalhadores que ali laboravam no final da década de 80), Álvaro Cunhal interveio num

almoço-convívio promovido pela organização concelhia do PCP, que congregou oito dezenas de participantes, dos quais cerca de metade não estavam inscritos no Partido. Entre os camaradas de Estarreja era manifesta a satisfação pelos resultados desta primeira participação de Álvaro Cunhal num acto público no concelho: pelo número de participantes, acima do objectivo colocado; pela elevada adesão de democratas sem filiação partidária; pelo impulso à campanha dos 150 mil contos; e também pelas dois novos militantes que se inscreveram no Partido nesta ocasião.

O presidente do Conselho Nacional do PCP esteve depois em Aveiro, no 3º Encontro Distrital da JCP, durante o qual foram debatidos problemas e aspirações dos jovens do distrito e eleita a Comissão Distrital da JCP, estrutura a que cabem novas e acrescidas responsabilidades, num momento que é considerado

como particularmente favorável ao desenvolvimento da organização e intervenção dos jovens comunistas.

A última etapa da jornada cumpriu-se em S. João da Madeira. A sala polivalente da escola preparatória, completamente cheia, albergou cerca de 180 pessoas para ouvir e questionar Álvaro Cunhal acerca da actual situação política, da história do Partido e da luta contra o fascismo e na construção do regime democrático, do ideal comunista e experiências de construção de sociedades socialistas. Na generalidade das intervenções reflectia-se a consciência da necessidade de mudar de política e de para tal ser indispensável a participação do PCP, bem como a confiança em que, com o reforço da actividade e do empenhamento de militantes e activistas o objectivo de derrotar a direita e conseguir uma efectiva nova política pode ser conseguido.



Entre os participantes no almoço-convívio em Estarreja estavam muitos democratas sem partido, dois dos quais decidiram nesse dia inscrever-se no PCP



## S. Maria da Feira realiza assembleia

Sob o lema «PCP - a esquerda necessária para uma nova política» decorreu no passado dia 25 de Março, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, a 3ª Assembleia concelhia do PCP.

Lúis Quintinho e Manuela Silva, ambos da Direcção Regional de Aveiro, salientaram nas suas intervenções a importância da assembleia, que fez o balanço da acção desenvolvida, definiu orientações para o futuro e elegeu o novo organismo dirigente.

Ricardo Jorge, eleito da CDU na Assembleia Municipal, falou sobre o trabalho realizado naquele órgão autárquico, destacando a unanimidade que obtiveram as propostas que apresentou sobre o 25 de Abril e o Dia Internacional da Mulher.

Depois da eleição da nova comissão concelhia, que conta agora com 25 elementos, foi dada a palavra a Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política, que referiu alguns aspectos da situação política nacional, criticando a imagem bipolarizadora, em torno do PS e PSD, dada pelos órgãos de comunicação, que sistematicamente minimizam e ignoram as iniciativas que o PCP realiza por todo o país com assinalável êxito.

## Vitória contra portagens de Alverca

O recente anúncio do Governo e da Brisa de isentar de portagem o lanço entre Lisboa e Alverca da auto-estrada do Norte «constituiu uma vitória para os utentes e vem no seguimento de antigas e legítimas reivindicações, encabeçadas pelo PCP», afirma uma comunicadora da DORL, que reivindica a extensão da isenção até ao Carregado, de modo a que todo município de Vila Franca de Xira seja abrangido.

A DORL recorda o projecto de lei apresentado pelos comunistas, ainda em 1991, na AR, que propunha a abolição do regime de portagens no lanço Lisboa-Vila Franca de Xira e considera indispensável a construção dos nós de Santa Iria da Azóia e de São João da Talha, transformando aquele troço da AE1 numa via suburbana sem portagens.

Alertando para «razões de ordem eleitoralista» que terão motivado a isenção, a DORL rejeita eventuais tentativas para a reposição da portagem assim como é contra quaisquer contrapartidas que podem ter sido prometidas à Brisa pelo Governo em outras zonas da área de Lisboa.

## Visita a Vizela

A convite da coordenadora da CDU da freguesia de Infias, António Lopes, membro da Comissão Política do PCP, Cândido Capela, vereador da CDU na CM de Guimarães, Ana Amélia e Adão Martins, coordenador da concelhia de Guimarães do PCP, ambos eleitos na Assembleia Municipal, deslocaram-se à freguesia de Infias e à vila de Vizela, acompanhados de outros membros do PCP e da CDU local e pelo presidente do MRCV, Manuel Campelos, e outros dirigentes deste movimento que luta pela criação do concelho de Vizela.

A visita incluiu a passagem pelas instalações dos Bombeiros Voluntários de Vizela, pela Rádio Vizela, pela empresa Companhia de Banhos de Vizela e pelo Hotel Sul-Americano.

Em Infias, visitaram a nova Igreja em construção, o Centro Cultural e Recreativo Raul Brandão, tendo sido informados sobre alguns problemas da freguesia, nomeadamente o abastecimento de água inquinada ao fontanário e tanque públicos, no Lugar do Paraíso.

Em breve entrevista à Rádio local de Vizela, António Lopes disse «que não era a primeira vez que o PCP realiza visitas a Vizela para constatar e observar mais de perto os problemas existentes», sublinhando «que cada vez mais, face ao natural crescimento de Vizela e das freguesias vizinhas, se justifica e confirma a necessidade urgente da criação do concelho de Vizela».

Este dirigente reafirmou o apoio do PCP à criação do concelho de Vizela, na Assembleia da República, e a certeza da manutenção desse apoio pelos deputados comunistas que vierem a ser eleitos nas próximas eleições. António Lopes confirmou ainda a visita, em breve, àquela vila do deputado comunista e vice-presidente da Assembleia da República, José Manuel Maia.

## Em Vila Real

# Pela compra de um Centro de Trabalho Comunistas transmuntanos lançam mãos à obra

Attingir, até ao final do ano em curso, uma verba de 12 mil contos, destinada à aquisição de um Centro de Trabalho do PCP, tal é o objectivo da «Campanha de Fundos» que envolve as organizações e militantes comunistas do distrito de Vila Real. Em pleno desenvolvimento, a Campanha conheceu um ponto alto no almoço que reuniu, no domingo, mais de 250 pessoas e que com a sua presença solidária proporcionaram uma receita que rondou os 300 contos.

Entusiasmo, muito entusiasmo, e confiança no propósito de cumprir todos os objectivos traçados, eis, entretanto, a nota dominante entre os camaradas directamente responsáveis pelo planeamento e estruturação desta Campanha, que, sendo embora uma ideia antiga, só se materializou com a definição rigorosa dos seus objectivos em Novembro de 1994, no decorrer da II Assembleia da Organização Regional de Vila Real.

## Renda asfixiante

Nos seus contornos gerais - como explicaram em conversa com o «Avante!» os camaradas Manuel Leão, Frederico Nunes, Fernando Mendes, Joaquim Barros e António Ribeiro, responsáveis pela Comissão de Fundos criada para o efeito -, a questão da titularidade da posse de um Centro de Trabalho colocou-se a partir do momento em que se chegou à conclusão de que cerca de quarenta por cento da totalidade das despesas fixas correspondiam à renda paga pelas actuais instalações em Vila Real.

Daí que, sublinharam, esta fosse uma questão de há muito em amadurecimento, para a qual havia que encontrar resposta, tanto mais que o valor da renda a partir de determinada altura veio progressivamente a aumentar.

Acrescem, por outro lado, razões que se prendem com o facto de nas actuais circunstâncias (instalações alugadas) não ser possível efectuar, como seria desejável, investimentos ao nível designadamente das infra-estruturas e do arranjo interior, capazes de proporcionar melhores condições de funcionamento e de um mais atractivo acolhimento.

Ora com o novo centro, já na posse do Partido, grande parte destes problemas serão ultrapassados, com ganhos evidentes no plano de uma maior operacionalidade e da criação de melhores condições de trabalho. Disso mesmo não têm dúvidas os nossos interlocutores, para quem o novo Centro, para além de ser naturalmente um lugar privilegiado de trabalho, não poderá deixar de ser, simultaneamente, uma casa aberta a todos os transmuntanos e durienses, um espaço de convívio e reflexão.

E a verdade é que não faltam desde já ideias a este respeito, como é o caso, para citarmos um exemplo, da criação de um espaço de sociabilidade com zona de bar, onde haverá sempre lugar para trocar dois dedos de conversa.

## Afirmação de vitalidade

Acolhida de imediato com grande receptividade pelos membros do Partido, a ideia de adquirir um Centro de Trabalho próprio - que não exclui a possibilidade de vir a ser o actual edifício, bem no coração de Vila Real, onde os comunistas têm o seu espaço há cerca de dez anos - configura ainda, noutro plano, uma importante afirmação política do PCP e um sinal evidente da sua vitalidade e da sua inserção no seio dos trabalhadores.

Para este mesmo aspecto chamaram igualmente a atenção os camaradas com quem falámos, que sublinharam ao mesmo tempo a importância do novo Centro enquanto factor capaz de introduzir também ele uma nova dinâmica de trabalho, sobretudo ao nível do restabelecimento de contactos com militantes desligados e da cobrança de quotas.

## Um automóvel pelo Natal

Quanto à Campanha propriamente dita e ao seu desenrolar, bem como às suas iniciativas e materiais, merece destaque o sor-



teio pela Lotaria do Natal de um automóvel, para o qual foram feitos dez mil bilhetes com um valor nominal de mil escudos, iniciativa esta que pela sua amplitude terá de ser muito dirigida para fora do Partido e para a qual prevêem contar com o apoio das

organizações do PCP noutras regiões.

Nota de realce vai também para o chamado «cartão dourado», que é nem mais nem menos do que uma contribuição especial (com um valor mínimo de dez mil escudos), ou, se se quiser, um compromisso dos militantes que aderirem e que terão de attingir esse valor até final do ano.

Outra direcção forte de trabalho até ao final da campanha, que encerrará com uma iniciativa idêntica à do almoço de domingo passado - todo ele, registre-se, confeccionado com produtos oferecidos -, são as abordagens junto de outros democratas e amigos do Partido, sendo de assinalar a este propósito a boa receptividade que tem vindo a ser encontrada nos contactos já efectuados.

De assinalar é ainda o propósito da Comissão de Fundos, de acordo com a informação prestada, em aproveitar todas as iniciativas do Partido para poderem estar presentes com a Campanha, designadamente na Festa do «Avante!» de Setembro próximo onde implantarão uma tómbola gigante no stand político de Vila Real.

Embora esteja centralizada em Vila Real por uma questão de maior operacionalidade - e este foi outra nota que os camaradas quiseram deixar claro na conversa com o «Avante!» -, a verdade é que a Comissão de Fundos tem um âmbito distrital e no êxito do seu trabalho estão igualmente empenhados outras organizações concelhias, como é o caso de Régua e de Chaves, esta última, aliás, envolvida em obras de beneficiação no seu Centro de Trabalho cujo custo será suportado precisamente pela actual Campanha.

Devido ao enorme esforço financeiro que está subjacente a uma campanha desta envergadura - no preciso momento em que decorre a Campanha Nacional dos 150 mil Contos -, e para que não haja dispersão de energias nem duas iniciativas idênticas a decorrer em simultâneo, a Organização Regional de Vila Real entendeu integrar a sua Campanha pelo CT na Campanha Nacional, articulando-as para o efeito com a transferência para esta última de uma determinada percentagem dos valores obtidos.

Ao virem-nos à memória as ameaças e aquilo que foram alguns ensaios frustrados de tentativa de assalto ao então Centro de Trabalho do PCP, no ano de 1975, não pode deixar de se concluir que esta Campanha dos comunistas transmuntanos pelo novo CT constitui não apenas uma manifestação de «força e vitalidade», como fez notar Alvaro Cunhal, como é também um acto de grande confiança simultaneamente revelador de que «não estamos virados para o passado mas para o futuro».

# Campanha Nacional de Fundos Este é o momento para garantir o sucesso

Neste período que nos separa do Verão, altura de férias que antecedem outro período de campanha eleitoral, este é o momento decisivo para fazer avançar em termos práticos a Campanha Nacional de Fundos que o PCP lançou com o objectivo de angariar 150 mil contos que o ajudem a fazer face às despesas das batalhas políticas que se avizinham. A experiência até agora tida mostra que existem boas condições para fazer evoluir, rápida e positivamente, a campanha, mas será necessário que em todas as iniciativas do Partido, envolvendo todos os camaradas, não esquecendo a abertura para o exterior, se concretizem na prática as boas indicações recebidas até agora.

Elemento fundamental para a dinamização de iniciativas é o cartaz sobre a Campanha Nacional de Fundos, que pode ser usado em bancas, decoração de sedes e reuniões, colagens públicas em locais escolhidos e o mais que a imaginação dos camaradas envolvidos nesta iniciativa permitir organizar.

## Cupões de 500 a 50 mil escudos

Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campanha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido car-

taz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram participar nesta Campanha, complementando os outros atrás referidos.

## Actualizar quotas

Para além da vertente contributiva pontual esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

As quotas são pois uma área da Campanha que devem ser

encaradas de modo combinado, do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das organizações que devem definir objectivos quanto à elevação do volume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da quota média recolhida.

Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).

Surgem entretanto exemplos de bom andamento desta Campanha. É o caso do relato até nós chegado da Comissão Concelhia da Moita, que regista nos meses de Fevereiro e Março um grande número de iniciativas ligadas a esta Campanha.

O destaque foi um almoço na Baixa da Banheira com cerca de



100 participantes e outro com meia centena em Alhos Vedros que renderam bastantes fundos.

Ainda nesta concelhia organiza-se uma iniciativa da Páscoa em todas as freguesias com a venda de alfices, laranjas, flores bem como a feitura e venda de filhotes na Baixa da Banheira.

Duzentos contos renderam três outras iniciativas: um passeio de bicicleta na Baixa da Banheira, a listagem de 100

amigos em Alhos Vedros e um baile em Sarilhos Pequenos com mais de 200 pessoas.

Esta concelhia organizou, ainda, no domingo, almoços em Alhos Vedros e Baixa da Banheira e tem programado a 30 de Abril outro almoço na Moita e uma excursão ao 1º de Maio em Lisboa, organizada pela Comissão de Freguesia da Baixa da Banheira, programada para 14 de Maio.

## «Vale a pena e é preciso!»

O Grupo de Trabalho Central de Acompanhamento da Campanha fez uma avaliação da evolução da iniciativa e constatou que foi realizada a divulgação dos seus objectivos sendo agora necessário passar a outro período, que agora decorre até ao Verão, considerado decisivo para o sucesso da Campanha.

Por isso este Grupo de Trabalho faz um vivo apelo a todos os militantes e apoiantes do PCP e da CDU e a todas as organizações do PCP para um empenhamento organizado na dinamização de iniciativas de fundos e na recolha de contribuições que possibilitem uma dinâmica e esprecedora campanha eleitoral.

E de lá que vem este apelo: "Todos contam! O empenhamento de cada um e de todos na Campanha, vale a pena e é preciso!"

## CGD 0680/002 022 431 Conta aberta para a campanha

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram participar nesta Campanha, complementando os outros, nomeadamente os cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil e dez mil escudos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego

(Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

Obviamente que, para além da referida conta e aquisição de cupões, qualquer pessoa pode dirigir-se a qualquer organização do PCP para efectivar a sua contribuição.

## A EP está à venda!

É verdade. Daqui a pouco é Verão e temos logo aí a Festa do «Avante!» para a qual é preciso mobilizar recursos, para que esta continue a ser a mais importante iniciativa político-cultural, de massas e regular, organizada no nosso país. A EP começa a estar disponível nos Cen-

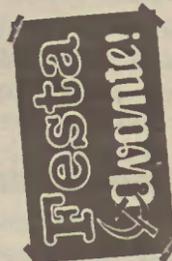
tros de Trabalho do PCP e a sua compra antecipada é um acto de solidariedade com a Festa e certamente decisivo para concretizar o desejo de todos nós: uma Festa sempre melhor e mais bonita.

Entrada - SEXTA	Entrada - SÁBADO	Entrada - DOMINGO
1	2	3

Festa Avante!  
Órgão Central do Partido Comunista Português



ATALAIA  
AMORA  
SEIXAL  
1.2.3  
SETEMBRO  
1995



N.º  
QUINTA DA ATALAIA  
1.2 e 3 de Setembro de 1995

Este Talão não dá entrada na Festa

## Nota do Gabinete de Imprensa

Privatização  
do hospital Amadora-Sintra  
é escândalo

A propósito da entrega a privados da gestão da nova unidade hospitalar da Amadora e Sintra, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou a seguinte nota:

A privatização da gestão do Hospital Amadora-Sintra por decisão do Ministro da Saúde, Paulo Mendo, de 30 de Março, e que representa objectivamente a instituição, num hospital público destinado a servir meio milhão de habitantes, de atendimentos de 1ª e 2ª classes (este último obviamente destinado aos utentes do Serviço Nacional de Saúde), constitui um escândalo para o qual importa chamar vivamente a atenção da opinião pública.

É particularmente escandaloso o facto do Ministro da Saúde ter decidido pagar ao Grupo Melo (Império) uma verba anual, actualizável, de 7 milhões 808 mil contos (cerca de 21 mil e 500 contos por dia) pela gestão privada do Hospital Amadora-Sintra, quantia que é superior em cerca de um milhão e 300 mil contos por ano ao montante necessário para assegurar a gestão da mesma unidade de saúde em regime público.

Este facto acresce ainda à gritante omissão, nas condições estabelecidas para a privatização da gestão do Hospital Amadora-Sintra, do pagamento pela entidade privada de qualquer contrapartida para o Estado relativa à exploração lucrativa de instalações e equipamentos que envolveram o vultoso investimento público de 18 milhões 160 mil contos durante o período 1987/95.

O PCP, ao mesmo tempo que exprime a sua indignação e o seu protesto perante este verdadeiro escândalo, renova a denúncia de que o Ministério da Saúde, no seu afã de favorecer a exploração privada de instituições do Serviço Nacional de Saúde, **viciou o programa do respectivo concurso** (constante da Portaria n.º 704/94), nele prevendo uma modalidade de remuneração pelo Estado das prestações de saúde realizadas pelas entidades privadas, que não está sequer legalmente prevista no Decreto-

-Lei n.º 11/93 (Estatuto do SNS). E salienta que, nestas condições, o resultado do concurso agora vindo a público está **ferido de nulidade legal**.

O PCP reclama o pronto esclarecimento e debate públicos das responsabilidades do Ministro da Saúde e do Secretário de Estado da Saúde neste processo. E renova o seu alerta aos utentes e aos profissionais do SNS, às organizações sociais e ao poder local democrático e à

opinião pública em geral, contra a destruição do Serviço Nacional de Saúde que o Governo PSD está a levar por diante.

O PCP apela ao prosseguimento de um amplo movimento de opinião contra a privatização da gestão do Hospital da Amadora-Sintra e em defesa do direito à protecção da saúde e de um serviço nacional de saúde que verdadeiramente o assegure, tal como está constitucionalmente consagrado.

Salão de Literatura  
no Vitória

Terminou ontem o 1º Salão de Literatura Portuguesa, iniciado no passado dia 27 de Março e que decorreu no Vitória- Espaço Cultural, em Lisboa. Esta iniciativa do PCP, que teve a participação de 36 editoras e de edições de autor, foi visitado por milhares de pessoas.

Na inauguração, além da actuação da cantora Mísia, declamou-se poesia. Nesta sessão estiveram presentes Carlos Carvalhas, José Casanova, Carlos Brito, Elvira Nereu, Helena Medina e Modesto Navarro.

No dia 30 de Março, realizou-se o primeiro encontro com escritores. Nele tomaram parte Alexandre Babo, Alexandre Cabral, Alice Vieira, Ana Maria Pessoa, António Damião, Ernesto Sampaio, Francisco Silva, Leandra Baptista, Luís Cláudio Ribeiro, Maria Rosa Colaço, Mário de Carvalho, Melo e Castro, Modesto Navarro, Orlando da Costa, Sérgio Ribeiro e Tereza Soares.

O encontro com jovens escritores, realizado a 4 de Abril, adquiriu vivo interesse. Em debate estavam, entre outras questões, a literatura e a vida, o papel do indivíduo, e a criação. Neste dia, o Salão contou com a participação de Alexandre Andrade, Diogo Bobone Carvalho, José Mário Silva, Margarida Amaro, Margarida Botelho, Pedro Lomba, Pedro Mexia, Sandra Augusto França e um público numeroso.

Na passada quinta-feira, os poetas Virgílio Alberto e António Cabrita participaram num novo encontro. A actriz Leonor Lains leu alguma poesia e Sebastião, vocalista do grupo *A Quadrilha*, cantou alguns poemas de Gedeão, Torga e José Afonso.

Para esta terça-feira, estava programado um debate sob o tema «Os problemas do Livro e da Edição», com Alberto Oliveira Pinto, Isabel Almeida Santos, José Risso Direitinho e os jovens escritores referidos acima. Ontem, foi a vez do último encontro com escritores, para o qual confirmaram a sua presença João de Melo, José Cardoso Pires, Mário Castrim, Ondina Braga, Urbano Tavares Rodrigues, Filipe Leandro Martins, Ruben de Carvalho, Ângelo Cristo, Carlos Porto, Dácio, Garcez da Silva, Glória Marreiros, Jorge Galveias, Leonilde Leal e Vítor Serrão.

## CAMARADAS FALECIDOS

## Oliver Bártolo

Faleceu **Oliver Branco Bártolo**, ex-tarrafalista e militante comunista de há longos anos. Oliver Bártolo possuía uma elevada formação política e ideológica, estando organizado na Freguesia de Santa Catarina, em Lisboa, onde era muito estimado. O funeral realizou-se da Igreja das Mercês para o Cemitério do Alto de S. João.

## Manuel Dias

Faleceu, com 63 anos, **Manuel Silva Dias**. Carteiro dos CTT aposentado, pertencia à célula da Zona Nascente dos Olivais. Camarada muito dedicado às tarefas do Partido era um vendedor exemplar do «Avante!». O seu funeral realizou-se no passado dia 21 de Março.

## Manuel Guerreiro

Faleceu recentemente, vítima de acidente, **Manuel António Guerreiro**. Tinha 45 anos de idade, era membro do Partido desde 1975, pertencendo à organização de Silves. Como eleito nas listas da CDU, desempenhou funções de 1º secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia de Silves.

## Daniel Pires

Faleceu, no passado mês de Fevereiro, com 54 anos, **Daniel Macedo Pires** (conhecido por «Madeira»). Membro do Partido desde 1974, foi funcionário do Partido na organização do Alentejo.

## José Piteiro

Faleceu, no passado dia 4 de Março, vítima de acidente, **José Joaquim Piteiro**, de 64 anos. Trabalhador da CM de Alcochete, foi durante vários anos membro da Comissão Concelhia.

## Manuel Serafim

Faleceu **Manuel António Serafim**, que contava 72 anos de idade e era natural de Cabeça Gorda (Beja). Militante do PCP antes do 25 de Abril, integrava actualmente a organização de freguesia da Baixa da Banheira.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Novas freguesias  
em Sintra

A concelhia de Sintra do PCP veio recentemente a público comentar «a pressa eleitoralista, com que alguns - agora e em cima das eleições legislativas - afirmam propor a criação de novas freguesias» no concelho de Sintra.

Segundo os comunistas, a criação de novas freguesias resulta do natural crescimento urbano que se tem verificado no concelho. Contudo, tal medida, ao abrigo da legislação em vigor só terá efeitos práticos aquando das próximas eleições autárquicas, em Dezembro de 1997. Não pode sequer ser criada uma comissão instaladora antes de Junho desse ano, afirma o PCP.

«Ao inverso desta desta corrida eleicoeira», acrescenta a declaração da Concelhia, «o PCP, no âmbito da CDU e consciente das suas importantes responsabilidades autárquicas, está a estudar maduramente a redefinição da divisão administrativa do concelho. Pretendemos que ela venha a corresponder a um largo consenso, obtido através da audição das vontades das populações e deixamos claro que, em tempo útil, apresentaremos propostas à Assembleia da República».

Por outro lado, a concelhia considera que «embora importante, a criação de novas freguesias não resolve por si só os graves problemas com que se defrontam as populações do concelho. É para a resolução destes problemas que, neste momento, dirigimos, sem guerrilhas institucionais ou guerras fratricidas, toda a nossa actividade a nível do Poder Local», conclui a nota.

Entretanto, aquela concelhia que marcou a sua 3ª assembleia para o próximo dia 27 de Maio, anunciou uma série de iniciativas públicas no âmbito da CDU de Sintra, subordinadas ao título genérico «Sete problemas, sete temas para discussão, sete propostas de solução». Estas sessões serão dedicadas à análise e debate de vários problemas do concelho, nomeadamente acessibilidades e transporte; saúde, emprego, desemprego e precariedade; ensino, formação e saídas profissionais; habitação; segurança das populações; e património, ambiente e qualidade de vida».

## Grunig

## PSD e PS

## acordam tarde

Em comunicado, a DORBA acusa o governador civil e líder do PSD em Bragança de ter «acordado tarde de mais para o problema dos resíduos tóxicos e para a situação laboral da Grunig». O PCP afirma ainda que o presidente da Câmara Municipal, do PS, «tinha análises sobre os resíduos na gaveta» e nada disse.

As acusações são também extensíveis à Quercus que, segundo os comunistas, também conhecia as análises dos resíduos e manteve o silêncio.

Estas entidades acabaram por ter de «dar a cara» depois da regional de Bragança do PCP, através do Grupo Parlamentar comunista, ter apresentado na Assembleia da República três requerimentos.

O primeiro, dirigido ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, exige esclarecimentos sobre o cumprimento da legislação laboral portuguesa por parte da administração da Grunig, onde, segundo a CGTP-IN, existem salários em atraso, falta de pagamento de subsídios de férias, Natal e alimentação. A central refere ainda que não é observado o contrato colectivo

de trabalho e que não são entregues as contribuições à Segurança Social.

O segundo requerimento é dirigido ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais pedindo informação sobre a natureza dos resíduos que são queimados na empresa e quais os riscos para a saúde e qualidade de vida das populações. Os deputados comunistas querem ainda saber se os resíduos são importados, qual o país de origem e quem concedeu autorização para a sua entrada na empresa que confina com o Parque Natural de Montesinho.

Por último, o PCP pergunta se a Câmara Municipal de Bragança tinha conhecimento da existência de resíduos, fumos e poluição das águas, nomeadamente dos rios Igrejas e Sabor, e que medidas adoptou ou pensa adoptar.

A DORBE denuncia o silêncio do PSD e do PS, só quebrado após o caso ter vindo a público, e exige uma resposta cabal das entidades responsáveis, que dê garantias de manutenção da empresa e dos postos de trabalho.



## Comunistas de Gaia aprovam manifesto

Realizou-se, no passado sábado, no Auditório da Assembleia Municipal, a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Gaia do PCP. Na sessão estiveram presentes, entre outros, o eurodeputado do PCP, Honório Novo, a Vereadora da Câmara do Porto e membro da DORP do PCP, Ilda Figueiredo, o independente e activista da CDU, Alberto Andrade, e ainda Emídio Ribeiro, da Comissão Política do CC do PCP.

Os 120 delegados que enchem a sala votaram por unanimidade a versão final de dois importantes documentos: as «Linhas de orientação da actividade do Partido no Concelho» e o «Manifesto à população de Gaia», produto de um trabalho preparatório que se estendeu por vários meses e implicou dezenas de reuniões por todo o Concelho, durante as quais várias centenas de militantes contribuíram com as suas opiniões e experiência para os textos agora aprovados. Igualmente por unanimidade foi eleita a nova Comissão Concelhia, de 34 elementos, que brevemente reunirá para eleger um Secretariado.

As quase três dezenas de intervenções reflectiram a realidade social, cultural e económica do Concelho, destacando-se as palavras de Antero Pires, vereador na Câmara de Gaia, que denunciou a total desorientação e descalabro da gestão da

maioria absoluta do PS na Autarquia, que tem originado uma situação que se vai aproximando da ruptura, devido ao sectarismo, falta de visão e de propostas para o futuro que revelam, com desastrosos resultados que cada vez menos conseguem esconder, apesar de múltiplas tentativas nesse sentido.

Foi aprovada, por unanimidade, uma Moção de apoio às trabalhadoras da fábrica de calçado JIPE, da Rua General Torres, cujo proprietário abandonou a empresa na passada quinta-feira, sem pagar salários e em situação de falência.

Na intervenção de encerramento, Emídio Ribeiro destacou a responsabilidade do Governo PSD no agravamento da situação económica do País e do Concelho, que assiste ao crescimento impetuoso do desemprego, acompanhado da destruição das unidades produtivas.

Por outro lado, assinalou três áreas a ter em conta: os descontentes que desejam uma nova política e estão dispostos a mudar o voto; os desanimados que caíram na abstenção de esquerda; e os sensíveis ao voto útil, vítimas da bipolarização e suas mistificações. Salientou, ainda que uma política de desenvolvimento económico deve assentar na defesa da indústria agricultura e pescas, e que a política económica é inseparável da política social.

## Lacticínios Loreto querem despedir

O Grupo Lacto-Ibéria pretende fazer dezenas de despedimentos nos «Lacticínios Loreto», numa operação que já terá o aval do Governo Regional dos Açores e que está prevista decorrer até ao final do próximo mês de Junho e que implicará o desmantelamento da Loreto.

Em comunicado, a Comissão de Ilha de S. Miguel recorda que o Grupo Lacto entrou na região autónoma «com pezinhos de lã», num momento em que os dirigentes do PSD, CDS/PP e do PS proclamavam em uníssono que o arquipélago não podia viver sem grandes grupos económicos.

O grupo Lacto depressa se apoderou da quase totalidade do sector industrial de lacticínios de S. Miguel e para calar as vozes incómodas dos representantes da lavoura, trabalhadores e do PCP/Açores, prometeu de que não iria fazer despedimentos, nem desmantelar a Loreto, acenando com preços favoráveis à lavoura. Mas apesar destas garantias, a verdade é que cedo despediu todos

os trabalhadores contratados a prazo e tem vindo a quebrar todos os preços acordados com a produção.

Poucos meses após tais declarações públicas, o grupo transferiu meios humanos e máquinas da Loreto para a Lacto-Açoriana e para a Lacticínios da Covoada, e vem agora anunciar a «rescisão por mútuo acordo» de, segundo a expressão utilizada, «duas dúzias» de trabalhadores. Ao mesmo tempo, reconhece que na Loreto ficaria apenas a torre de secagem, sendo tudo o resto transferido para outras empresas até Maio próximo.

O PCP acusa o grupo de pretender simplesmente arrasar a Loreto e fazer um chorudo negócio com os terrenos, exigindo esclarecimentos sobre a forma como eventualmente poderão a estar a ser entregues os dinheiros públicos, ao abrigo das normas comunitárias, nomeadamente as que estão previstas para a transferência de unidades fabris para fora das áreas urbanas.

## Aniversário do PCP comemorado em Benavente

Cerca de 140 pessoas participaram num jantar comemorativo do 74.º aniversário do PCP, promovido na passada sexta-feira pela Comissão Concelhia de Benavente.

Na mesa, além dos oradores José António Ganhão, membro da DORSA e presidente da Câmara, e Carlos Brito, membro da Comissão Política e director do «Avante!», estavam os camaradas Armando Rodrigues, do CC e da DORSA, e os membros da Comissão Concelhia, Daniel Marçalo e António Vieira.

António Ganhão salientou o papel do PCP no Poder Local e na sua obra. Carlos Brito, que se lhe seguiu no uso da palavra, falou das características essenciais do PCP e do seu papel na vida portuguesa, apontou como um grande objectivo do presente lutarmos por um estatuto específico dentro da União Europeia, que permita ao nosso País criar o seu projecto próprio de desenvolvimento e, considerando os muitos independentes presentes, apelou ao recrutamento para o PCP.

## Em causa diploma que restringe acção dos municípios

### Um novo ataque ao poder local

Foi já agendado para a sessão plenária do próximo dia 21 o pedido de ratificação subscrito pelo PCP ao decreto-lei que impõe às autarquias locais limites ao recurso a obras por administração directa, proibindo concretamente a sua realização sempre que estas tenham um valor superior a 20 mil contos.

Trata-se de uma medida da maior gravidade que, a ir por diante, prejudicará seriamente a acção desenvolvida pelos municípios que dispõem dos recursos técnicos e humanos para efectuar essas obras e que, de um momento para o outro, se vêem obrigados a entregá-las em concurso a empresas privadas por imposição do Governo.

Para além de constituir um grave atentado à autonomia do Poder Local, como foi já sublinhado pelo PCP em nota da sua Comissão Polí-

tica, o diploma em causa não poderá deixar de ter reflexos igualmente negativos no plano do despedimento de muitos trabalhadores das autarquias locais, bem como na diminuição da sua capacidade de investimento, porquanto, com a sua adjudicação a particulares, as obras ficarão seguramente mais caras.

Com este Decreto-Lei, que transpõe para a ordem jurídica interna directivas comunitárias, resulta ainda claro que o Governo se aproveitou desta transposição para introduzir abusivamente um modelo que as directivas não impõem, modelo esse que obedece a uma estratégia que tem por objectivo privatizar as obras públicas, em violação do princípio constitucional da descentralização e do referido respeito pela autonomia das autarquias locais.

## Portugal sem política de pescas

O deputado comunista António Murteira acusou o Governo de não ter uma política para o sector das pescas, nem de defesa dos interesses nacionais no quadro da Política Comum de Pescas das União Europeia. A questão foi suscitada numa das sessões plenárias da semana transacta, em declaração política estruturada a partir da ideia de que Portugal não pode continuar a aceitar a actual Política para o sector conduzida pela União Europeia.

Desde logo, de acordo com as razões expostas por António Murteira, pelos enormes prejuízos que uma tal política está a causar, como sejam a diminuição da frota e da produção global, o aumento das importações de pescado e a diminuição das quotas portuguesas nos bancos de pesca.

Daí que, do ponto de vista da bancada comunista, a questão tenha obrigatoriamente de ser colocada em termos de saber se se quer aceitar de braços caídos esta política lesiva dos interesses nacionais, ou, pelo contrário, se é o momento de optar por uma proposta de revisão da Política Comum de Pescas alicerçada nas especificidades das pescas portuguesas.

Questão essencial é também a que se prende com as 12 milhas do mar territorial português, «uma reserva estratégica da qual não se pode abrir mão», segundo as palavras de António Murteira, que deixou o aviso de que se tal vier a acontecer, nomeadamente com a sua abertura em 2002 às restantes frotas comunitárias, sobretudo à espanhola, estaremos perante «o dobre de finados do nosso sector pesqueiro e das comunidades do litoral».

Defendida pelo parlamentar comunista foi ainda uma nova política nacional para as pescas que potencie a utilização dos fundos do II Quadro Comunitário de Apoio, bem como uma maior transparência e informação por parte do Governo no que se refere às negociações de acordos bilaterais com outros países, nomeadamente com Marrocos.

Criticado por António Murteira, numa referência à crise da Palmeta, foi a falta de informação à Assembleia da República e ao País, bem como a falta de firmeza quando não o silêncio do Governo sobre as negociações em curso, numa posição que contrasta com a reacção do seu congénere espanhol.

## Solidariedade com os trabalhadores da Renault

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, acompanhado de uma delegação do Grupo Parlamentar, constituída pelo seu presidente, Octávio Teixeira, e pelos deputados José Manuel Maia, Odete Santos e Paulo Rodrigues encontrou-se terça-feira com a Comissão de Trabalhadores da Renault.

A actual situação da empresa, particularmente a tentativa de despedimento colectivo de mais de uma centena de trabalhadores, esteve no centro da conversa, tendo a delegação comunista manifestado a sua solidariedade para com os trabalhadores em luta.

A situação na Renault Portuguesa motivava já, aliás, mais que uma diligência da formação comunista junto do Governo, a última das quais através de requerimento onde reitera o seu pedido de esclarecimentos quanto à posição governamental, até agora ambíguo, sobre o assunto.

Subscrito por Octávio Teixeira e Alexandrino Saldanha, o texto do requerimento coloca concretamente a questão de saber qual o entendimento do Governo face às possíveis soluções que terão sido propostas por outras empresas, susceptíveis de permitir a salvaguarda dos postos de trabalho e potenciar mesmo o seu aumento.

Interessa saber, mais exactamente, do ponto de vista da bancada comunista, se «o Governo exclui à partida qualquer hipótese de venda, parcial ou total, da Renault, com manutenção e previsível aumento de postos de trabalho, a fim de poder vir a conseguir uma indemnização».

Desta visita dos parlamentares comunistas ao concelho de Setúbal constou ainda um encontro com o presidente e os trabalhadores da Sesibal (Cooperativa de Pesca de Setúbal, Sesimbra e Sines) e um almoço com as ORT's da empresa Valfrio nas instalações do Futebol Clube das Curvas.

## O 8.º Congresso do Algarve

Em Vilamoura, no Marinetel, realizou-se no fim-de-semana passado a 8ª edição do Congresso do Algarve, da responsabilidade do RACAL Clube de Silves. Completou-se assim um ciclo de 15 anos de realização destes Congressos que bianualmente têm reunido algarvios e residentes, técnicos, dirigentes de movimentos sindicais e associativos, representantes de vários quadrantes políticos, gente que de forma interessada se empenha em levar ao Congresso à sua visão multifacetada sobre os problemas que a região enfrenta ou as soluções que, na visão de cada um, entendem poder contribuir para a sua resolução.

O prestígio ganho por estes eventos faz deles hoje um ponto de referência incontornável para quem de uma forma séria pretende conhecer e estudar a região.

O 8º Congresso reuniu em sessões permanentes divididas em vários blocos, com algumas centenas de participantes que ouviram e discutiram o conteúdo das cerca de 120 intervenções aí produzidas, as quais, num passado presente, abarcaram áreas tão diversas como a cultura, o património, a agricultura, as pescas, o turismo, o Poder Local e, necessariamente, a regionalização.

Passados estes anos de integração na União Europeia, ao longo dos quais foram empregues na região elevados montantes de fundos provenientes de ajudas comunitárias, particular interesse suscitava a avaliação que no Congresso se faria sobre os efeitos por estes produzidos no tecido produtivo algarvio.

Nesse sentido, várias intervenções sublinharam preocupações acerca das fragilidades e dependências que a economia algarvia continua a comportar, com a actividade económica ainda mais dependente do turismo, num quadro marcado negativamente pela perda de peso de outros sectores, designadamente na agricultura, nas pescas e na indústria transformadora. Isto porque, às infra-estruturas entretanto construídas (rede viária, aeroporto, porto de Olhão, Portimão e Baleeira, a própria Universidade), não ter correspondido a necessária dinamização da actividade produtiva.

### Regionalização

Mas, prato forte do 8º Congresso foi sem sombra de dúvida o debate sobre a Regionalização que polarizou a atenção de grande número de congressistas. O tema que ocupou duas sessões nas secções do Congresso, teve também (em dois debates à margem, realizados sexta e sábado à noite, o primeiro com a participação de João Jardim e o segundo com representantes dos quatro partidos com assento parlamentar) momentos muito vivos de debate de ideias, sabendo-se, como se sabe, que a Regionalização tem no Algarve um interesse particular.

A abordagem do tema nas secções, e nos debates temáticos realizados, demonstraram, com particular evidência, os embaraços que causou ao PSD o abandono desta importante reivindicação. Mas também ilustraram pelo tipo de intervenções e propostas avançadas pelos seus representantes, até onde pode ir a falta de escrúpulos e o desrespeito para com as pessoas que caracteriza a actividade dos membros do partido do Governo.

Na dificuldade de assumirem que são contra a criação das Regiões Administrativas, avançam uns com a ideia da realização de um referendo nacional (procurando escamotear os resultados obtidos com as duas consultas já efectuadas às Assembleias Municipais de todo o País — cujo resultado, como se sabe, deu um apoio em mais de 90% à instituição das Regiões Administrativas), enquanto que outro elemento do PSD aparece a defender a criação, no Algarve, de uma Região Autónoma, proposta aparentemente maximalista porque na realidade, pela impossibilidade constitucional, mais não é do que um cínico artifício para torpedear a concretização das Regiões Administrativas.

Curiosa é também a posição do CDS que, colocando-se inicialmente contra a criação das Regiões Administrativas, apanha, depois, a boleia do comboio do referendo lançada pelo PSD.

Mas porque a criação da Região Administrativa do Algarve tem constituído uma contínua reivindicação dos sucessivos Congressos do Algarve, porque corresponde a um sentimento profundo dos algarvios, é importante sublinhar que qualquer daquelas propostas, apesar de tal ter sido tentado, não tiveram acolhimento na votação global das Conclusões do 8º Congresso.

Para que tal tivesse sido possível é, apesar de tudo, importante referir o combate que lhe foi dado por membros e dirigentes do PCP, que de forma particularmente viva intervieram neste importante debate.

■ Carlos Luís Figueira

Membro da Comissão Política do CC do PCP

## Governo dá golpe nas autarquias Obras só para o privado

A contestação ao novo regime com empreitadas de obras cresce entre as autarquias, confrontadas com uma séria limitação à sua capacidade de realização directa de obras, bem como entre os trabalhadores da administração local, que através do STAL dizem que «a ser aplicada tal legislação, surgiria desde logo a possibilidade de criação de excedentes nas autarquias». O decreto surgiu no Diário da República no passado dia 29 de Março e a sua contestação vai ter forma institucional na Assembleia da República através de um pedido de ratificação proposto pelo PCP e que está agendado já para 21 de Abril (ver notícia na página 11). Se o Parlamento ratificar, esta nova legislação entra em vigor no próximo mês de Junho.

No seu ponto mais polémico, o Decreto-Lei em causa estabelece que as autarquias têm como «o limite até ao qual é possível a realização de obras por administração directa é o valor previsto na alínea b) do nº. 2 do artigo 7º do presente diploma», o que, trocado em miúdos, significa que as autarquias só podem promover obras através dos seus próprios serviços se não gastarem mais de 20 mil contos.

Um valor muito baixo que impediria, caso esta legislação estivesse em vigor há 20 anos, uma grande parte das realizações do Poder Local Democrático em áreas como o saneamento básico, habitação social ou infra-estruturas desportivas, por exemplo. Não porque as Câmaras estivessem impedidas de avançar com projectos, mas porque a contratação de empreiteiros encareceria de tal forma essas obras, que muitas delas acabariam por não poder sair do papel, à espera de um qualquer financiamento.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, que não foi ouvida antes da saída deste decreto, já se pronunciou contra ele, por unanimidade, e encara agora as formas de actualização para impedir a sua concretização.

### Empregos em causa

Em causa está também a capacidade empregadora dos municípios já que, como se lê numa nota do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, «operários, técnicos, administrativos e trabalhadores das autarquias em geral, ficariam mais ameaçados quanto à sua segurança no emprego» pois «sem obras para realizar por administração directa, poderão ser "libertados" operários, técnicos, auxiliares e administrativos por ficarem subutilizados».

Para o PCP, esta medida, além do mais, «prejudicaria gravemente o desenvolvimento regional, penalizando de forma altamente gravosa as zonas do interior», lê-se no comunicado da Comissão Política da semana passada.

porque as obras ficariam seguramente mais caras» e «afectaria a capacidade de captar e investir fundos comunitários».

### Bodo dos empreiteiros

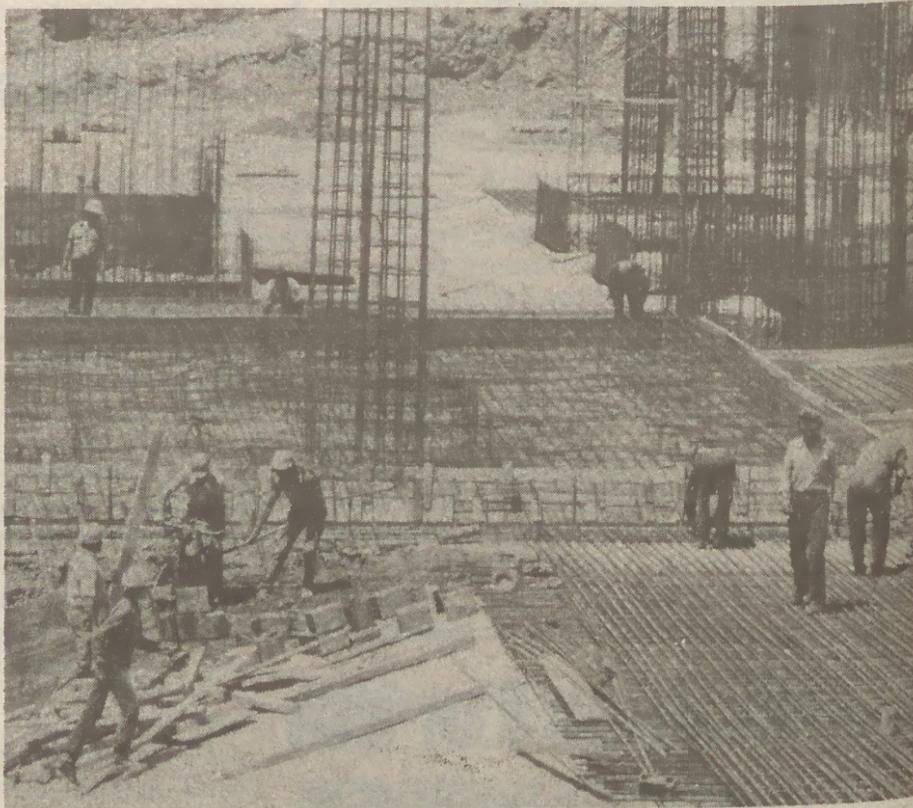
O pretexto governamental para estas medidas é a «transposição» de regulamentação comunitária para o nosso país o que, segundo o PCP, não corresponde à verdade: as directivas comunitárias existentes não impõem, pura e simplesmente, esta limitação.

Cabe assim ao Governo toda a responsabilidade pela

produção desta legislação, talvez «sensibilizado» pela eventual pressão dos interesses ligados aos grandes empreiteiros da construção civil.

Por outro lado, os comunistas pensam que a medida viola o princípio constitucional da descentralização e do respeito pela autonomia das autarquias locais.

No debate suscitado pelo pedido de ratificação do Decreto-Lei, os deputados comunistas propõem-se introduzir um conjunto de alterações profundas ao texto da norma, de maneira a eliminar todo o articulado que prejudica o Poder Local do país.



A verba que o Governo pretende estabelecer como limite para os municípios poderem fazer obra pelos seus próprios meios, não dá para grandes trabalhos... talvez para um chafariz e pouco mais

## JCP Encontro Distrital em Castelo Branco

Realizou-se, no passado sábado, dia 8 de Abril, na cidade da Covilhã, o VI Encontro Distrital de Castelo Branco da JCP. So o lema «Há sempre alguém que resiste, luta e não desiste», este Encontro foi presidido por Marco Gabriel, e fez a apresentação do documento em discussão, Vasco Cardoso.

O Encontro contou com a participação de mais de meia centena de jovens de vários concelhos do nosso distrito, possibilitando uma análise sobre os problemas e perspectivas da juventude, que está reflectida no documento que foi aprovado por unanimidade.

Assim, o quadro político, económico e social, em que hoje a juventude portuguesa e restante população vive, está muito longe das reais necessidades e aspirações do nosso povo. Ficaram assim assinalados a destruição do aparelho produtivo atirando milhares de jovens para o desemprego, o aumento da corrupção política e financeira, a reconstrução dos grandes grupos económicos, o aumento da marginalidade e o alastramento de fenómenos particularmente penosos para a juventude, como sejam os casos da prostituição e toxicodependência.

Muito criticada foi também a política de ensino que se verifica, porque se pauta cada vez mais por uma desresponsabilização por parte do Governo, transmitindo os seus deveres para a iniciativa privada, agravando assim as despesas e encargos que crescem no ensino e que se traduzem na elitização do mesmo, assim como os brutais cortes no Orçamento Geral do Estado para o sector.

Os jovens comunistas consideram que o PS não é alternativa dando o exemplo das Câmaras Socialistas, acusadas dos mesmos defeitos.

O documento do Encontro contém também as inúmeras propostas da JCP para a resolução dos problemas nos diferentes sectores da juventude e mereceu também uma reflexão aprofundada, a situação orgânica da JCP no distrito, bem como as principais linhas de acção futura desta organização.

Foi eleita por unanimidade a nova direcção distrital da JCP e, no final do Encontro, Francisco Lopes, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, falou sobre alguns problemas da juventude portuguesa, assim como da situação política em geral.

## CAMIONISTAS EM GREVE

Segunda-feira e terça vão estar em greve os trabalhadores dos transportes rodoviários de mercadorias. A luta foi convocada pela federação sindical do sector (FESTRU/CGTP-IN), que aponta como motivos a recusa da associação patronal em negociar aumentos salariais, a par da tentativa de retirar direitos e agravar ainda mais as condições de trabalho dos camionistas. Estes, refere a federação, trabalham diariamente 15 ou mais horas, são frequentemente obrigados a dormir na cabina dos camiões, auferem um salário contratual muito baixo, e são contratados a prazo, à viagem, ao quilómetro e ao frete.

## IPSS DIA 20

A comissão criada pelo Governo para actualizar a regulamentação de trabalho das Instituições Privadas de Solidariedade Social reúne-se dia 20, após duas dezenas de dirigentes sindicais se terem concentrado sexta-feira frente ao Ministério do Emprego, protestando mais uma vez pela não actualização da PRT que vigora desde 1985 e que «necessita de alterações, nomeadamente quanto a horários de trabalho e salários» - como Vítor Duarte, dirigente da Federação dos Sindicatos da Função Pública, disse à agência Lusa. Para resolver o problema, que afecta cerca de 33 mil trabalhadores, foi criado em Janeiro um grupo de trabalho, integrando elementos dos sindicatos, das IPSS, e dos ministérios do Emprego, Saúde e Educação, mas o Governo não nomeou os seus representantes.

## SANTA MARIA DA PRECARIEDADE

Há mais de 1700 trabalhadores com vínculo precário só no Hospital de Santa Maria, exercendo funções em regime de trabalho subordinado e para responder a necessidades permanentes dos serviços. Verificando que o Governo evidencia clara falta de vontade política para adoptar as medidas legislativas de excepção necessárias para a sua integração nos quadros, os trabalhadores naquela situação decidiram deslocar-se ao Ministério da Saúde no dia 26, entregando nessa altura um abaixo-assinado actualmente em circulação - informou o sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

## ULTIMATO DOS ENFERMEIROS

Cansados de esperar pela aplicação da bonificação devida desde 1993 ou 1994, por prestação de trabalho nos Cuidados de Saúde Primários (que significa redução do tempo de progressão na carreira e respectiva actualização da remuneração), os enfermeiros da ARS de Lisboa e Vale do Tejo decidiram na semana passada, em plenário, entrar em greve a 16 de Junho, caso o conselho de administração da ARS não liquide a dívida até ao fim de Maio. O SEP revelou ainda que, também para exigir o pagamento de retroactivos em dívida, os enfermeiros do Hospital Miguel Bombarda admitiram, num plenário recente, recorrer a formas de luta que poderão culminar com uma greve.

## TORRALTA VAI PAGAR

Durante esta semana os trabalhadores da Torralta devem receber quatro meses de salários em atraso, devendo os restantes dois ser pagos até final de Abril, disse à Lusa fonte sindical. Enquanto se aguarda pela viabilização definitiva da Torralta, «a notícia deste pagamento vem, obviamente, trazer um certo contentamento que deverá prolongar-se até aos finais de Abril», referiu Manuel Pisco, da União dos Sindicatos de Setúbal. Segundo a federação da Hotelaria (FESHOT/CGTP-IN), «aguarda-se a todo o momento que o Governo se decida definitivamente pela viabilização».

## IPANEMA VIOLA

O sindicato da Hotelaria do Norte acusa a administração do Ipanema Park Hotel, do Porto, de adoptar um «comportamento inaceitável de violação dos direitos dos trabalhadores». Em declarações à Lusa, um dirigente sindical acusou aquela unidade hoteleira de oferecer «as piores condições de trabalho entre os hotéis de cinco estrelas da cidade do Porto» e de, nos seus 150 trabalhadores, apenas «cerca de uma dezena» serem efectivos.

## BRUNO GIARETTA

Segunda-feira os trabalhadores da têxtil Bruno Giaretta, sediada em S. João das Lampas (Sintra), concentraram-se à porta da fábrica para impedir que a entidade patronal retire a totalidade das máquinas e matérias-primas ali existentes e para protestar contra o atraso de salários e o despedimento colectivo de que estão a ser alvo.

## MP ROLDÃO

A salvaguarda dos postos de trabalho, com a viabilização da empresa, é o objectivo principal que tem movido o sindicato dos Vidreiros e os cerca de 350 trabalhadores da Manuel Pereira Roldão. Na passada sexta-feira, o sindicato denunciou a continuada delapidação de dinheiros da empresa por Carlos Antero, que pôs em risco o abastecimento de combustível para manter os fornos em funcionamento. Nesse dia, o administrador Mário Sousa anunciou que abandonaria o cargo segunda-feira. Desenvolvendo inúmeros contactos e mantendo as acções de luta do pessoal da empresa, o sindicato considera a situação «dramática» e os próximos dias «decisivos», exigindo do Governo, credor maioritário da MPR, medidas para evitar o encerramento iminente.

# A Renault não pode despedir

Com a conivência do Governo, o acordo de 1980 só foi cumprido na parte das benesses do Estado português para a instalação da empresa no País

O abandono do despedimento colectivo e a adopção de medidas que obriguem a Renault a cumprir os acordos firmados com o Estado português e evitem o falado encerramento da fábrica de Setúbal são os principais motivos das acções desenvolvidas pelo pessoal desta unidade, e que se intensificaram desde dia 4, quando foi oficial-

Anteontem, enquanto decorria mais uma acção dos trabalhadores à entrada da fábrica, deslocou-se ao local uma delegação do PCP, que integrava o secretário-geral, o presidente do Grupo Parlamentar e os deputados José Manuel Maia, Odete Santos e Paulo Rodrigues.

Carlos Carvalhas acusou a Renault de fazer investimentos ao

lado do PCP para com os trabalhadores, exigiu que o Governo tome uma atitude de firmeza em relação ao problema da fábrica da Renault em Setúbal. O dirigente comunista recordou que a Renault recebeu mais de 47 milhões de contos em apoios do Estado português e, até 1993, teve 30 milhões de contos de lucros líquidos.

país do Terceiro Mundo, mas sim um país da União Europeia, e que o Governo tem de defender os interesses nacionais, reclamou firmeza face à Renault e garantiu que o PCP vai denunciar a situação da fábrica da Renault em Setúbal na AR e no Parlamento Europeu, de modo a defender com voz firme os interesses dos trabalhadores e do País.

Segunda-feira, em nota do departamento de informação, a CGTP-IN solidarizou-se com a luta dos trabalhadores da Renault/Setúbal e exigiu ao Governo uma acção eficaz contra a intenção da empresa de despedir 144 operários. A central considera que o Governo deve «contrariar a vontade da empresa, que é a de acabar, pura e simplesmente, com a laboração em Portugal».

Para a *Inter*, «a preocupação do Governo de levar a empresa a tribunal não resolve a situação e apenas parece mais um paleativo de quem quer sacudir a água do capote». Sublinhando que o acordo celebrado em 1980 com a Renault «nunca foi cumprido», a CGTP lembra que o Governo garantiu à empresa um conjunto de benesses, nomeadamente juros bonificados (mas também nos critérios de aplicação do imposto automóvel), com a contrapartida da criação de 6 mil postos de trabalho em Setúbal e Aveiro, e a montagem de 800 veículos por dia, valores que ficaram muito longe de ser atingidos.



Carlos Carvalhas, Octávio Teixeira e os deputados comunistas levaram aos operários a solidariedade fraterna e combativa do PCP e a reafirmação do empenhamento na batalha em defesa dos postos de trabalho e dos interesses nacionais

mente comunicada a intenção de despedir 144 trabalhadores.

Os operários da Renault/Setúbal, nestes dias (com destaque para quinta-feira, integrados numa jornada de luta dos metalúrgicos a nível nacional), já fizeram vários plenários, greves, cortes de estradas e manifestações na capital do distrito.

estilo de beduíno (levanta a tenda e parte sem rasto, quando o negócio deixa de dar ou quando consegue preços mais baratos noutros sítios) e defendeu que o Governo português não pode resolver o problema do eventual encerramento da fábrica com tiros de pólvora seca.

Depois de reafirmar a solidarie-

Carlos Carvalhas defendeu a necessidade de o Estado português e o Parlamento Europeu legislar em sentido de prevenir os casos das empresas que se deslocalizam e protestou por a Renault não ter cumprido as suas obrigações e ter abusado, com a conivência do Estado português.

Frisando que Portugal não é um

## Resultados positivos nos têxteis

Os trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado desenvolveram uma jornada de luta nos passados dias 7 e 8, pela redução do horário de trabalho para um máximo de 40 horas numa semana de 5 dias. Naquele período, os trabalhadores decidiram praticar um horário de trabalho que não ultrapassasse o máximo legal que reclamam.

Num primeiro balanço, a federação sindical do sector (Fesete/CGTP) registava já resultados positivos. Em algumas empresas foi possível estabelecer negociações e compromissos de redução para as 40 horas. Durante a semana realizaram-se, em todo o País, dezenas de plenários de trabalhadores, onde se debateu os objectivos desta luta e onde foram recolhidas assinaturas de apoio a uma peti-

ção, que será apresentada na Assembleia da República, para que esta discuta e aprove legislação consagrando o horário máximo de 40 horas em 5 dias de trabalho. Como afirma a federação, «esta petição corresponde aos compromissos assumidos pelo PSD e por Cavaco Silva em 1991 e nos acordos económicos e sociais que se seguiram».

A Fesete «espera que esta demonstração inequívoca dos trabalhadores têxteis encontre eco no patronato do sector para a negociação desta matéria, ao nível sectorial ou empresarial. Caso contrário, a luta irá continuar».

Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, participou no dia 5 em várias iniciativas enquadradas na jornada de luta deste sector.

## Desempregados protestam

Centenas de trabalhadores agrícolas desempregados, vindos dos concelhos do sul do distrito, desfilarão sexta-feira em Setúbal (foto). Intervindo na concentração que teve lugar junto ao Governo Civil, o coordenador da CGTP exigiu um claro compromisso dos partidos

políticos para a adopção de uma nova política de efectivo combate ao desemprego. Segunda-feira teve lugar em Évora uma reunião de delegações concelhias de desempregados, autarcas e sindicalistas alentejanos, com o objectivo de alertar a opinião pública e o Governo para os problemas sociais que afectam milhares de famílias e exigir medidas eficazes de protecção aos desempregados. Também na segunda-feira, a União dos Sindicatos do Porto divulgou um estudo que indica que entre 1991 e 1994 desapareceram cerca de 40 mil postos de trabalho no distrito, 20 mil dos quais na indús-

tria transformadora. A USP considera que a responsabilidade por esta situação está profundamente ligada à política económica e social praticada pelo PSD nos últimos 10 anos, que deu prioridade à convergência nominal com a União Europeia.



# Uns bebem o vinho a outros amarga a boca

“... e não se esqueçam, meus filhos, que de tudo se pode fazer vinho, até da uva!” O dito, que se julgava nacional, há muito que galgou fronteiras e fez escola por essa Europa fora. Por questões que nada têm a ver com a tradução, a parte referente às uvas ameaça perder-se nos meandros comunitários e no horizonte português - país de bons vinhos pelo saber dos homens e a graça dos deuses - perfila-se o perigo da liquidação da vinha e da invasão do mercado por mistelas tão pobres de sol como de qualidade.

A organização comum do mercado vitivinícola esteve a semana passada em debate no Parlamento Europeu, que apreciou a proposta de Regulamento apresentada pelo Conselho e o relatório sobre a matéria da autoria do deputado Fantuzzi. Como era de se esperar, a polémica foi grande, antes, durante e depois do tema ter subido a plenário.

Em causa está a necessidade de regulamentar um mercado em que a quantidade e a qualidade não formam uma combinação perfeita. Os que mais produzem, a ponto de se tornarem excedentários (os países do norte), são os que apresentam produtos de qualidade inferior; pelo contrário, os países do sul, com produções inferiores, pautam os seus vinhos pela qualidade. Seria elementar que a regularização do mercado tivesse como critério a qualidade, mas não é isso que se passa. A distorção dos critérios é tal que se corre o perigo real de obrigar países do sul, como Portugal, a arrancar boa vinha ou a destilar bom vinho sempre que a produção ultrapasse as quotas definidas por Bruxelas, enquanto países como a Alemanha, cujos vinhos (?) são enriquecidos arti-

ficialmente, continuam a colocar no mercado produtos sem qualidade.

Como afirmou no PE o eurodeputado do PCP, Honório Novo, é no mínimo estranho que a proposta do Conselho, contrariando o que costuma ser uma prática normal, não se preocupe em caracterizar padrões de qualidade. “Se o tivesse feito, tornar-se-iam bem evidentes elementos fundamentais que permitiriam facilmente distinguir o vinho de produtos de qualidade inferior, que não se lhe podem comparar, embora a tal aspirem de uma forma meramente artificial” - salientou o eurodeputado.

Fazendo notar que a pré-definição dos critérios de qualidade evitaria a controvérsia em torno da reforma da organização comum do mercado do vinho, Honório Novo concluiu que “tal esquecimento não é inocente, nem surge por acaso”, antes resulta do facto de os produtos vitivinícolas serem (ou deverem ser), no contexto da própria Política Agrícola Comum (PAC), potencialmente afectáveis às áreas de especialização dos países do sul da União Europeia, e de este Regulamento pretender, de uma forma artificial e injustificada, “continuar a privi-

legiar os interesses agrícolas dos países do norte”.

Acresce, por outro lado, que a ausência de padrões de qualidade acabará, num futuro próximo, por se voltar contra a própria produção vitivinícola da UE, com a abertura dos mercados, decorrente dos acordos do GATT.

## O voto português

Seria de esperar que o relatório Fantuzzi, cuja versão inicial foi objecto de 626 propostas de emenda (contra as menos de 500 relativas ao histórico relatório sobre a reforma da PAC, aprovada há três anos), viesse de algum modo “emendar a mão” ao Conselho, mas não foi isso que sucedeu.

Depois da sessão-maratona da comissão parlamentar especializada, a 21 de Março, os acordos e compromissos parciais e contraditórios a que se chegou (um consenso apoiado numa maioria de 21 votos contra oito, e cinco abstenções) não romperam com os aspectos centrais da proposta do Conselho. Segundo Honório Novo, o que se verifica é que “em certos domínios e para alguns países (como Portugal e a Espanha), designadamente nos métodos de determinação das quantidades comunitárias de referência, agravam as próprias orientações” do Regulamento apresentado pelo Conselho.

Razões de peso, portanto, para que (pelo menos) os eurodeputados portugueses votassem contra o relatório Fantuzzi. Não foi isso que sucedeu. Ao contrário dos eurodeputados comunistas, do lado dos socialistas, sociais-democratas e cen-

tristas vingou o “sim” àquele relatório.

Para Arlindo Cúnha (PSD), Fantuzzi (socialista italiano), propôs “um compromisso bem mais equilibrado que o proposto pela Comissão Executiva” com concessões aos vários interesses em presença.

O eurodeputado António Campos (PS) deplorou que os produtores das culturas mediterrânicas típicas (sectores do vinho e das frutas e legumes) sejam discriminados pela UE comparativamente aos produtores das grandes culturas extensivas (cereais e agro-pecuária), os maiores beneficiários das ajudas ao rendimento no quadro da PAC, mas considerou que, na ausência de uma alternativa melhor, urgia aprovar a proposta do Parlamento, dadas as previsíveis dificuldades em fazer passar no Conselho de Ministros e na Comissão Europeia um regime vitivinícola mais favorável aos interesses dos produtores portugueses.

Na mesma linha, Rosado Fernandes (CDS-PP) preconizou um parecer favorável, embora reconhecendo que o relatório parlamentar concede aos produtores de vinho do norte margem de manobra - por exemplo, prevê o prolongamento da prática de enriquecer o produto com sacarose nas regiões onde era autorizada até 1 de Setembro de 1994 - suficiente para se concluir que são alvo da “solidariedade” dos parlamentares do sul.

O PCP reagiu de imediato a esta “curiosa” tomada de posições, como se pode ler na nota do Gabinete de Imprensa que publicamos em separado.

## Nota do Gabinete de Imprensa do PCP sobre a aprovação no Parlamento Europeu da Reforma da Organização Comum do Mercado Vitivinícola

Todos juntos, os deputados do PSD, do PS e do CDS, entre os quais o dirigente da CAP, Rosado Fernandes, votaram hoje, no Parlamento Europeu, o Relatório Fantuzzi sobre a Reforma da Organização Comum de Mercado Vitivinícola proposta pela Comissão da Comunidade Europeia. Só os deputados do PCP votaram contra.

Assim, aqueles partidos levaram o vinho ao moinho dos países e regiões dos fabricantes de vinho com sacarose, às grandes multinacionais da agro-alimentar, em prejuízo dos interesses dos agricultores e da agricultura portuguesa.

Assim se consagraram quotas de produção sem ter em conta as produtividades das vinhas, sem ter em conta os países, como Portugal, que não produzem excedentes, sem ter em conta a diferente importância da vinha e do vinho na agricultura e na economia de cada país e, em particular, o seu elevado peso na agricultura dos países e regiões do Sul da Europa.

Assim se vai permitir a continuação de «martelango» de vinho a partir de massas vínicas com 6,5 graus de álcool natural e se adia o tratamento deste problema para as calendas.

É de esperar, pelo menos, que o PSD, o PS e o CDS poupem agora os viticultores e os portugueses à farsa da grande diferença de posições sobre questões políticas de grande relevância para o País e, em particular, em política comunitária. Que assumam o rasgar das promessas feitas aos agricultores portugueses quando nas eleições para o Parlamento Europeu, realizadas há menos de um ano!

E espera-se que o PS não venha, hipocritamente, representar, mais uma vez, o papel de quem se indigna e protesta em Portugal, enquanto os seus representantes no Parlamento Europeu votam favoravelmente medidas ruinosas para o País. Como já sucedeu aquando da Reforma da Política Agrícola Comum e da «venda» da 2ª etapa do período de transição da agricultura portuguesa.

Mais uma vez, apenas o PCP honrou os seus compromissos, renovados aquando das eleições para o Parlamento Europeu, em 1994, votando contra um documento que é um aval à destruição da viticultura portuguesa.

6 de Abril de 1995

O Gabinete de Imprensa do PCP

# PE condena intervenção turca no Iraque

O Parlamento Europeu condenou firmemente a intervenção militar turca no Norte do Iraque e considerou que a situação dos direitos humanos na Turquia é demasiado grave para permitir a concretização da união aduaneira UE-Turquia. Esta posição consta da resolução comum aprovada a semana passada no plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, com os votos de deputados de diferentes grupos políticos, incluindo os dos comunistas portugueses.

“A situação dos direitos humanos na Turquia é demasiado grave para permitir que se concretize actualmente a união aduaneira com este país”, lê-se no documento, onde o PE se manifesta “espantado pela dimensão desproporcionada” da acção empreendida por cerca de “35 mil tropas, apoiados por aviões de combate, tanques e outras armas pesadas”, contra aldeias curdas, provocando mais de 200 mortos, centenas de feridos e de prisioneiros civis inocentes.

Nos considerandos do texto, sustenta-se que “a dureza dos combates e a ausência de um prazo definido para esta operação militar” ultrapassam os limites de um “simples exercício do direito de perseguição”.

Temendo pela segurança de todos os habitantes da região e apreensivo pelo facto de a ter sido proibida a “presença de jornalistas independentes e de equipas de televisão, que teria permitido uma informação plena e não censurada da

opinião pública internacional”, o Parlamento manifesta a sua convicção de que “a solução do problema curdo não pode ser encontrada por meios militares”.

Por estes motivos, o PE “condena firmemente a intervenção turca e a violação do direito internacional dela decorrente”.

A propósito, o PE deplora que a operação tenha sido parcialmente levada a cabo com armas pesadas provenientes de estados-membros da UE e apoia as “advertências da presidência francesa ao governo turco, bem como a decisão do governo alemão de suspender o crédito para a compra de navios de guerra por parte da Turquia e o fornecimento de outras armas à Turquia”.

Paralelamente, o PE reafirma a condenação dos actos terroristas do PKK (movimento curdo armado) cujo

reforço, adverte-se na resolução, poderá ser causado pela repressão das “legítimas aspirações dos curdos na Turquia”.

Neste contexto, a Turquia é convidada a retirar imediatamente as suas tropas do território iraquiano e a encontrar uma solução pacífica para os conflitos nas suas províncias orientais.

Os Estados-membros da UE são instados, por outro lado, a não extraditarem os refugiados curdos enquanto prosseguir a acção turca contra o povo curdo com as excepções dos responsáveis dos movimentos integristas terroristas.

No último mês, a União Europeia e Turquia fixaram as bases de um acordo que visa a criação de um espaço de comércio livre mútuo cujo arranque está previsto para 1 de Janeiro de 1996 desde que o Parlamento da

UE dê o necessário parecer conforme.

A presente proposta de resolução nada tem a ver com o parecer que será formulado logo que os textos dos acordos dêem entrada no parlamento para ratificação.

Entretanto, a presidência e a troika comunitárias, a par de delegações dos grupos políticos do PE, vão desdobrar-se em contactos na Turquia num esforço para “cativar os sectores não democráticos do país, em particular no seio do exército”, disseram fontes comunitárias e parlamentares, em Estrasburgo.

Recorda-se que a União Europeia exigiu no dia 5 a retirada “no mais curto prazo possível” das tropas turcas estacionadas no Norte do Iraque, e exprimiu “a sua viva preocupação”, reafirmando a necessidade de um estrito respeito dos direitos humanos e do direito internacional humanitário”.

A declaração da UE lembra que a “troika” composta pelos ministros dos Negócios Estrangeiros francês, alemão e espanhol exprimiu já em 23 de Março, durante uma visita a Ancara a “sua preocupação a propósito da intervenção turca” no Norte do Iraque, e advertiu para “os riscos que incorrem as populações civis, nomeadamente os refugiados”.

No entanto, segundo uma fonte diplomática francesa citada pela agência Lusa, a UE não defende qualquer tipo de embargo de armas destinadas à Turquia (ao contrário do que foi decidido unilateralmente pela Alemanha), prevendo-se que a França comece a enviar nas “próximas semanas” os primeiros dos 20 helicópteros de transporte de tropas “ Cougar” adquiridos em 1993 pela Turquia, no montante de 253 milhões de dólares.

## França

# Manifestações em todo o país contra a exclusão social

Dezenas de milhar de manifestantes desfilarão, sábado passado nas ruas de Paris e de mais 53 cidades francesas, contra a exclusão social.

No Apelo à jornada de luta, subscrito por 103 organizações, destaca-se, como objectivo do movimento, a exigência de "direito ao trabalho, à habitação, à protecção social, à saúde, a um rendimento digno, à cidadania, educação, formação, cultura, tempos livres".

O documento sublinha que são cada vez mais numerosos os "franceses e estrangeiros, que, no nosso país vêm ameaçados os seus direitos humanos e conquistas sociais, ou de que deles já foram privados". Situação a que se vem a opor um número crescente de pessoas que "não se resignam a esta regressão social, às crescentes desigualdades, ao aumento da exclusão, do desemprego, das discriminações e do racismo".

Duas dezenas de associações e sindicatos do Val-de-Marne avançam números significativos desta realidade. A região conta com 71.000 desempregados registados, dos quais 40% não recebem qualquer subsídio. Por outro lado, 6.000 pedidos de habitação não foram satisfeitos. Uma situação que se repete um pouco por todo o país.

No apelo dirigido aos manifestantes, o abade Pierre, personalidade destacada do movimento pelo direito a uma habi-



Sete mil trabalhadores da Renault manifestaram-se, em Paris, por aumentos salariais e a semana de trabalho de 35 horas

tação, afirma a urgência de lutar "por direitos sem os quais o homem não passa de escravo da sobrevivência, e contra as exclusões, que a nossa riqueza poderia eliminar de imediato".

Riqueza concentrada nas mãos de poucos, num sistema cujo objectivo é alheio - e avesso - a dar resposta às necessidades humanas, mesmo as mais elementares. A lógica liberal imperante - em que a baixa do custo do trabalho se assume como fundamento da "eficácia económica" - ignora totalmente as pessoas e os seus direitos fundamentais.

Isso mesmo é ilustrado pelo que se passa hoje na Renault, que em 1994 registou lucros líquidos da ordem dos 3,7 mil milhões de francos, e que entretanto recusa os aumentos salariais reivindicados pelos trabalhadores da empresa.

## Recuperação económica e bloqueio salarial

O Instituto monetário europeu (IME), futuro Banco central, criado em Janeiro de 1994, defende explicitamente, no seu primeiro relatório sobre a moeda única, a redução ao mínimo dos custos salariais e das despesas públicas.

A primeira indicação do IME é de que "é preciso que os aumentos de salários continuem moderados e que sejam tomadas medidas energéticas de saneamento estrutural - nomeadamente em relação ao saneamento das finanças públicas - se se pretende que a recuperação seja mais durável e não ameace relançar a inflação".

O Instituto monetário considera ainda que "o crescimento económico (registado na Euro-

pa) oferece possibilidades de prosseguir com as necessárias medidas de adaptação das políticas orçamentais e de reduzir ao mínimo o custo social de uma política de finanças restritiva".

Por último, o relatório encoraja "reformas do mercado do trabalho" no sentido de uma ainda maior flexibilização.

A mensagem é clara. Recuperação económica, talvez, mas em benefício exclusivo do capital. E em claro detrimento dos trabalhadores.

Esta recuperação económica - com reflexos ao nível do comércio mundial, que em 1994 registou um acréscimo de 9% em volume - não apenas em nada beneficia os trabalhadores,

como regista grandes desigualdades a nível mundial e conta com bases bem frágeis, como ressalta das crises registadas nos mercados financeiros (facto assinalado pela OMC - Organização mundial do comércio).

Assim, as trocas comerciais sofreram um nítido aumento na Europa, nas Américas e na Ásia, mas deixaram de fora o Médio Oriente e, em particular, a África.

A fragilidade das bases desta recuperação está à vista nos próprios Estados Unidos, confrontados com uma grave crise monetária e financeira, ligada aos défices comerciais e orçamentais que alimentam uma dívida gigantesca.

## Mensagem de Carlos Carvalhas a Hans Modrow

Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido Comunista Português, enviou a Hans Modrow, presidente honorário do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, por motivo das perseguições de que este tem sido alvo, a mensagem que transcrevemos.

Temos tomado conhecimento com indignação das perseguições que vêm atingindo dirigentes e simples cidadãos da antiga República Democrática Alemã.

É inadmissível que a actual República da Alemanha se arrogue a pretensão de julgar e condenar, segundo as suas próprias leis e mesmo ao seu arripio, o comportamento passado de cidadãos de um outro Estado que existiu independente e reconhecido pela ONU, a prática generalidade dos Estados do mundo, e a própria República Federal Alemã, alegando pretensos factos que apenas poderiam ser apreciados segundo as leis e pelas autoridades desse mesmo Estado soberano. Tal prática é, além do mais, contrária às regras elementares de um Estado de direito.

São particularmente revoltantes as sucessivas tentativas de o incriminar a si, camarada Hans Modrow, com "acusações" irrisórias que relevam apenas dum propósito de represália *ad hominem*, com o objectivo de lhe dificultarem o pleno exercício dos seus direitos cívicos e políticos na Alemanha. O espírito de revanchismo contra os adversários políticos do passado, ofendendo o Direito e a Justiça, é uma acção antidemocrática e merecedora a nossa mais firme condenação.

Queremos por isso expressar-lhe pessoalmente, prezado camarada Hans Modrow, a nossa inteira solidariedade perante a nova tentativa do Supremo Tribunal de Justiça de Karlsruhe de o julgar pela sua acção política legítima e perfeitamente normal como dirigente do PSUA em Dresden em Maio de 1986.

Fazemos votos para que tal atentado aos direitos do Homem e às normas jurídicas internacionais não venha a fazer vencimento.

## Carlos Carvalhas saúda reeleição de Charles Ngakula

Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido Comunista Português, enviou a Charles Ngakula, secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano, por ocasião da sua reeleição, a seguinte mensagem.

É com satisfação que em nome dos comunistas portugueses o felicito pela sua reeleição para o cargo de secretário geral do Partido Comunista Sul Africano.

Em Portugal seguimos com interesse e solidariedade a luta dos comunistas da África do Sul pelos interesses vitais dos trabalhadores e do povo, pela consolidação e aprofundamento das conquistas democráticas alcançadas com a histórica vitória eleitoral do ANC em 27 de Abril de 1994. Valorizamos altamente a importância da aliança tripartida entre o ANC, o PC Sul-Africano e a COSATU para o futuro democrático e de progresso social do povo da África do Sul.

Por isso, desejamos-lhe, camarada Charles Ngakula, os maiores sucessos no exercício das suas funções à frente do Partido Comunista Sul-Africano, partido que hoje partilha com os seus aliados elevadas responsabilidades governamentais e estatais.

Manifestando-lhe a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem ainda mais os tradicionais laços de amizade e solidariedade entre os nossos dois partidos, queira aceitar as melhores saudações fraternais.

## Iráo

Várias pessoas foram mortas e dezenas feridas pela polícia iraniana durante manifestações realizadas na cidade operária de Akbar Abad, a cerca de 30 quilómetros a sudoeste de Teherão.

Os manifestantes protestavam contra os aumentos dos preços da gasolina e dos transportes públicos e a falta de água potável.

Na cidade de Ismachach, próximo de Akbar Abad, já se tinham registado também, em 1992, manifestações populares brutalmente reprimidas. Nos últimos meses, têm vindo a multiplicar-se manifestações de descontentamento contra a degradação da situação socioeconómica que reduz mais de metade da população a uma situação de miséria.

Milhares de iranianos têm vindo a fugir do país. Na Turquia, há já cerca de um milhão de refugiados.

## Argentina

O inquérito pedido pelos advogados das famílias de duas freiras francesas, desaparecidas quando da ditadura militar na Argentina, poderá levar a outros pedidos de investigação sobre a sorte dos desaparecidos. Há cerca de um mês o ex-oficial da Marinha, Alfredo Scilingo, confessou ter participado em operações em que foram lançados ao oceano Atlântico 1.500 a 2.000 presos políticos, largados - vivos - de aviões. As organizações de defesa dos direitos humanos calculam em cerca de 30.000 o número de presos desaparecidos entre 1977 e 1983.

## Somália

Algumas semanas decorridas após a saída dos capacetes azuis, prosseguem os combates entre fracções rivais. O caos marca a vida do país mais do que nunca, após uma operação internacional, encabeçada pelos Estados Unidos, e apresentada como de pacificação. Desconhece-se o número de mortes resultantes do prosseguimento de confrontos.

## Ruanda

Conferências, colóquios e manifestações silenciosas assinalaram em Kigali, Bruxelas, Londres, Melbourne e Paris, o genocídio do verão passado. Uma comemoração particularmente oportuna num momento em que outros massacres ocorrem, desta vez no Burundi, tendo já feito centenas de vítimas.

## Cuba

Cuba e o Chile decidiram restabelecer as suas relações diplomáticas após uma ruptura de 21 anos, foi anunciado simultaneamente pelos ministérios dos Negócios Estrangeiros dos dois países.

A ruptura das relações entre os dois países data de Setembro de 1973, quando do golpe fascista no Chile, liderado por Pinochet. Ambos os governos referem em nota enviada à imprensa que a medida foi tomada "para desenvolver os laços de amizade na base da igualdade de direitos, respeito da soberania e não ingerência nos assuntos internos de outros Estados e outros princípios contidos na Carta das Nações Unidas". Para Robaina, ministro cubano dos Negócios Estrangeiros, o mais importante é que "se abriu e existe um canal de comunicações pela vontade soberana de Cuba e Chile".

■ Texto de **Henrique Custódio**  
Fotos de **Sérgio Morais**

# Panasqueira

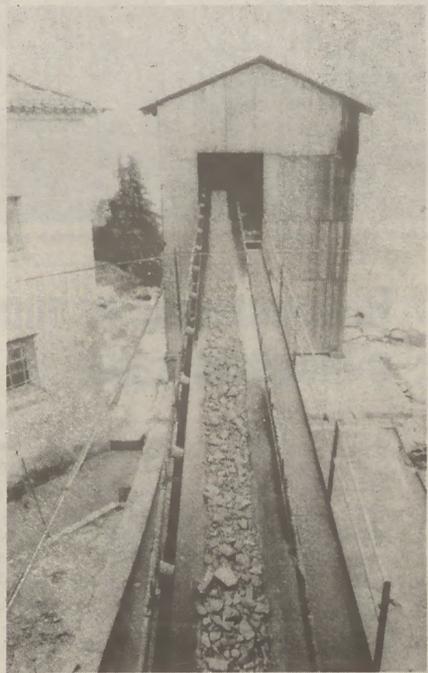
# As minas da ira

Quem chega, vindo do serpentejar verdejante pela serra, fica em primeiro lugar esmagado por montanhas lisas de areia e entulho empinando-se contra o céu. É uma paisagem lunar, brutal na surpresa dum deserto arrancado das entranhas da terra e subindo, quase a prumo, dos córregos do Zêzere à linha do horizonte. É o fruto mais visível de longos anos de extracção do volfrâmio nas minas da Panasqueira, através do labor de mineiros vindos dos três Concelhos que ali confluem: Covilhã (onde se situa o Couto Mineiro), Fundão e Pampilhosa da Serra. Até 1986, as minas da Panasqueira foram a maior empresa do Distrito de Castelo Branco e uma das 100 mais importantes do País, empregando 1.500 pessoas numa região totalmente dependente deste mercado de trabalho. Hoje, ocupam cerca de 160. Dez vezes menos, o que significa que, em nove anos, foram despedidos mais de 1.300 trabalhadores, através dum processo de desarticulação tecido por negócios, no mínimo nebulosos, entre multinacionais, sob o beneplácito do Governo de Cavaco Silva.

Mil e trezentos homens despedidos num Couto Mineiro que, ao longo de décadas, fez crescer à sua volta três povoações, significa a miséria sobre uma comunidade de milhares de pessoas sem quaisquer alternativas de trabalho na região ou, sequer, um palmo de terra para agricultura de sobrevivência.

A emigração surge como única porta de saída, mas nos tempos de crise que de novo varrem a Europa e o mundo, até essa estreitou tanto que é mais fácil, ao mineiro desempregado, atravessar o buraco numa agulha, o que nem sequer lhe garante o reino dos céus. Resta-lhe ficar por lá à espera que as coisas melhorem, com a ira a esvaír-se-lhe, lentamente, em desespero. Um desespero que os senhores da mina vão usando em seu proveito, impondo condições de trabalho e de contratação que, como num pesadelo, parecem empurrar a roda do tempo para trás, a caminho do século XIX. Lubrificada por este Governo, que prossegue o seu projecto de impor o passado como o futuro dum povo.

As minas da Panasqueira, começadas a explorar no período entre as duas Guerras Mundiais, foram, até 1986, a maior e a primeira empresa do Distrito de Castelo Branco, aparecendo a *Beralit Tin & Wolfram-Portugal-SA*, concessionária do Couto Mineiro da Panasqueira, como uma das 100 maiores empresas do País, quer em volume de negócios, quer como empregadora. Em 1987, a Beralit alegou a necessidade de reestruturação, de viabilização e, também, de dificuldades no mercado do tungsténio, para reduzir em cerca de 50% o número de trabalhadores e aumentar a produção mensal de 160 toneladas para 220 toneladas.



O urânio da Panasqueira é dos melhores do mundo e a maior reserva da Europa

## Do volfrâmio se fez fome

Tivemos nas mãos um dos contratos de trabalho que a Beralit Tin, como "primeiro outorgante", celebra actualmente com os mineiros, os "segundos outorgantes".

Diz o documento, no seu parágrafo 8º, que "o 1º outorgante pretende implementar e desenvolver este projecto (reabertura da mina) a partir de Janeiro de 1995", que "será desenvolvido em três fases com a duração de oito meses cada, autónomas e distintas", mas "podendo, contudo, terminar no fim de cada uma das referidas fases" (sublinhado nosso).

Este documento tem que se lhe diga. Em primeiro lugar, a Beralit Tin surge, estranhamente, como entidade empregadora directa quando, no tortuoso processo de estrangulamento da mina ocorrido nos últimos anos, a mesma Beralit Tin começou por vender a empresa, em 1990, à Minorco, multinacional sul-africana que a encerrou em 1993, reabrindo-a este ano após nova negociação com a firma canadiana AVOCET Ventures.

Isto comprova duas coisas: que a mina foi encerrada pela Beralit Tin em 1993 sem declaração de falência, e negociada com empresas estrangeiras sem que a Beralit Tin haja perdido o direito de concessão que detém há décadas. O que conduz a duas outras conclusões: a primeira, que todos estes negócios são estranhos; a segunda,

que a Beralit Tin, ao manter o direito de concessão, continua obrigada às responsabilidades inerentes que a lei exige, e a que se pretende furtar (fornecimento de água, luz e saneamento, manutenção do bairro mineiro e do hospital, etc.).

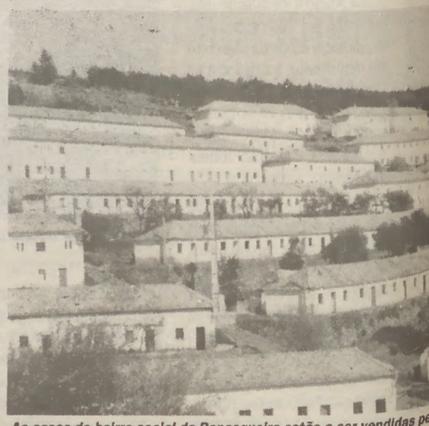
Finalmente, este contrato é flagrantemente ilegal por ser a prazo, o que é proibido nesta profissão de alto risco. Se acrescentarmos que os mineiros actualmente em laboração se sujeitam a usufruir salários de 70 contos quando deviam ganhar o dobro, segundo a tabela, vemos como o outrora mítico volfrâmio, se continua a enriquecer os mesmos de sempre, tal já acontece com impune espezinhamento dos mais elementares direitos dos mineiros.



Clube do Mineiro. Até a estas instalações a administração da Beralit Tin cortou qualquer apoio. Lá vai sobrevivendo na base da carolice e boa vontade

Neste entretanto, a empresa beneficiou de Fundos Comunitários na ordem do meio milhão de contos, através dos programas PEDIP, SIBR e FEDER para a mecanização da mina e o aprofundamento de novo nível de exploração, que permitiria a actividade da exploração mineira por mais 20 anos. Neste quadro, a sua exploração foi vendida em 1990 (sem que a Beralit Tin haja perdido a concessão) à multinacional sul-africana Minorco.

As expectativas então criadas em breve foram defraudadas: após sucessivos despedimentos colectivos sempre em nome da "viabilização", as minas acabaram por cessar a exploração e ser encerradas em



As casas do bairro social da Panasqueira estão a ser vendidas pela empresa aos mineiros na base de contratos-promessa sem valor jurídico. A empresa continua com a obrigação de cuidar da sua conservação, não podendo aliená-las

### Câmara PS da Covilhã

## Servir os senhores da mina e esquecer as populações

PS na Câmara da Covilhã igual a PSD no Governo

"É muito clara a estratégia da empresa ao encerrar as minas em finais de 1993 para as reabrir no princípio deste ano: despedir trabalhadores, passar para a Câmara os encargos sociais e reabrir com precariedade de emprego. E a Câmara caiu que nem um patinho!", denuncia Isaura Machado dos Reis, vereadora comunista na edilidade da Covilhã.

Caiu como? A história começa mais atrás. Por lei, a concessão da exploração mineira obriga a empresa a fazer o que a Beralit Tin fez na Panasqueira, ao longo de décadas: construir e conservar bairros sociais, fornecer gratuitamente energia eléctrica, água e saneamento aos mineiros, prestar cuidados de saúde, nomeadamente através da construção e assunção de funcionamento de um hospital (que, no caso vertente, tinha internamentos, cirurgia, especialidades e prestava assistência a toda a população da região).

"Ao encerrar as minas em 1993, a administração da Beralit Tin convenceu a gestão PS da Câmara da Covilhã, em cujo território está o Couto Mineiro, a assumir os encargos com a água, a electricidade e o saneamento, que deliberou fazer um protocolo para o efeito, entretanto ainda não concretizado. Mas concretizou deliberações para suportar as despesas", explicou Isaura dos Reis. "A mina reabriu este ano sem que a empresa haja declarado falência, pelo que esta continua obrigada às responsabilidades sociais que a concessão lhe impõe. Aliás - acrescentou - o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um requerimento em Outubro passado para esclarecer a situação, a que o Ministro da Indústria não respondeu."



Isaura Machado dos Reis, vereadora comunista na Câmara Municipal da Covilhã

E a situação ficou nisto: a Câmara Municipal da Covilhã está a suportar indevidamente encargos pesadíssimos. "A gestão PS não acautela os interesses do Concelho e, no fundo, está a dispendir o dinheiro de todos nós, munícipes, para favorecer os interesses privados da empresa", acusa a vereadora do PCP, que considera o facto "inaceitável, pois defrauda os interesses da população e do Concelho. Além de ser "um erro crasso, do ponto de vista político", acrescenta. "Agora as populações reivindicam junto da Câmara, em vez de reivindicarem junto da empresa."

E sublinha: "Obviamente queremos que a mina funcione e dê emprego. É um recurso natural importante da região e o único recurso de emprego para as populações. Mas não podemos admitir que quem esteja a pagar a reabertura das minas sejam as populações do Concelho."

Isaura dos Reis considera que "as minas da Panasqueira são uma questão nacional. Têm o urânio mais enriquecido da Europa e são um recurso com importância estratégica. É esta questão que a Câmara tem de colocar sobre a mesa, confrontando o Ministério e o Governo. Só que - acrescenta com ironia na voz - o PS aqui na Câmara é igual ao PSD no Governo, que tem praticado um inadmissível proteccionismo de Estado à empresa privada Beralit Tin".

Mas os problemas não ficam por aqui. Na própria transferência da água para a Câmara, a empresa pretende reservar para si o necessário para ser auto-suficiente, "o que é duvidoso, do ponto de vista legal", enquanto a autarquia teria de dispendir 100.000 contos só para pôr o sistema de fornecimento público a funcionar. Outra questão prende-se com a poluição provocada pela mina. "Segundo o princípio estabelecido na lei do poluidor-pagador, a mina não pode despejar os seus efluentes industriais na rede pública de esgotos, tem de - quem transferir para a autarquia. Isto não pode ser!", protesta a vereadora do PCP, que alerta para um facto preocupante: "Estudos longo do Zêzere, até à barragem do Castelo de Bode, que fornece água a Lisboa"...

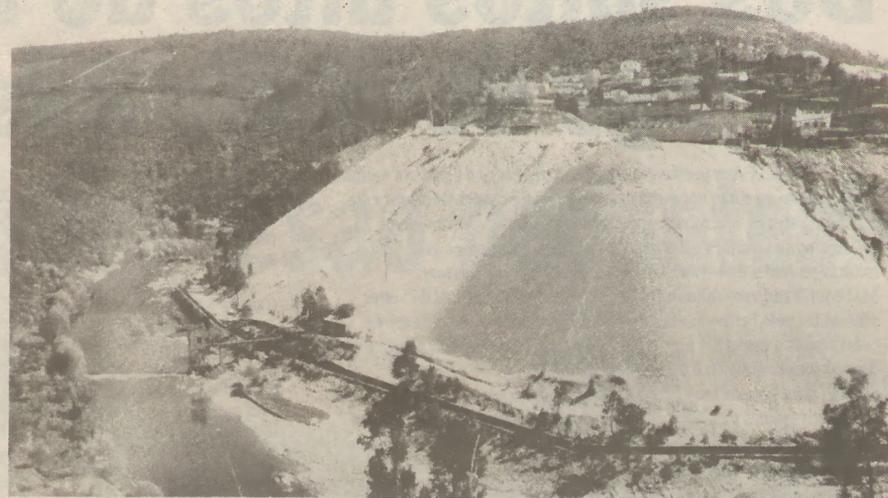
1993, com o conseqüente despedimento em massa dos trabalhadores. A justificação foi a quebra dos mercados internacionais.

Todavia não foi decretada a falência e a administração Beralit Tin manteve um pequeno grupo de 30 trabalhadores para fazer a manutenção da mina, num sinal evidente de que pretendia retomar a exploração.

Foi o que aconteceu no princípio deste ano, na sequência de novo "negócio", desta vez entre a Beralit Tin e a firma canadiana AVOCET Ventures, estando neste momento a trabalhar 150 trabalhadores contratados a conta-gotas e em condições infames, que espezinham direitos adquiridos e toda a legislação em vigor, mantendo-se o Governo de Cavaco Silva impávido, na cobertura permanente de todos estes atropelos e negociações.

### A grande fraude

"A Comunidade Europeia consome cerca de 5.000 toneladas de volfrâmio e a Panasqueira produzia 2.000 toneladas. Bastava que os países da Comunidade absorvessem toda a produção - como determina a directiva comunitária para que os produtos dos países membros tenham preferência - para que fosse assegurada a viabilização e a continuidade destas minas", afirmou-nos António José, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos



De súbito uma paisagem lunar, um deserto arrancado das entranhas da terra e subindo, quase a prumo, dos córregos do Zêzere à linha do horizonte



António José, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco

cos do Distrito de Castelo Branco e toda a vida mineira na Panasqueira. Naturalmente não foi chamado nesta reabertura das minas. Nem ele nem nenhum dirigente ou activista sindical. Está neste momento na Covilhã a frequentar um curso de formação de... "electromésticos de linha branca". Outros camaradas mineiros foram direccionados para cursos ainda mais abstrusos como cozinheiros, talhadores ou carpinteiros...

Não há nenhuma razão, nem económica, nem financeira, nem moral que justifique a paragem das minas da Panasqueira, as maiores e melhores da Europa. O Governo não faz valer os direitos e interesses nacionais. Deixa encerrar as minas de carvão do

Peão e agora importamos carvão da Bélgica e da Inglaterra, que têm excedentes. Isto é a lógica do capitalismo selvagem. Só com o dinheiro das indemnizações dadas para encerrar as minas, podia-se mantê-las em laboração durante três anos sem vender um grama de minério".

Entretanto a mina "reabriu sob a ilegalidade e com autorização do Instituto Geólogo e Mineiro, o organismo estatal que tem competência nestas matérias. Os trabalhadores estão com contratos a prazo, que não é permitido por lei, dado ser uma profissão de alto risco. Há trabalhadores a carregar fogo, tendo as Cartas de Fogo já caducadas. Não existe uma Comissão de Higiene e Segurança dentro da mina, como é obrigatório. Não há formação profissional (andaram a entreter-nos com cursos para cozinheiros...) e o horário de trabalho no fundo da mina passou de 37,5 horas semanais para 40 horas, quando em qualquer mina do mundo o horário já é de 35 horas, dada a violência e o risco do trabalho".

E concluiu, com um sorriso amargo: "O que andam a fazer é uma lavra rapinosa da mina, entregando os nossos recursos ao estrangeiro e abandonando os portugueses à exploração selvagem."

### S. Francisco de Assis

## Uma freguesia que não espera milagres

José Abrantes passou 25 anos na mina e três à superfície. Está reformado e é o actual presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco de Assis, a única de maioria CDU das três que compõem o Couto Mineiro da Panasqueira (as duas outras são S. Jorge da Beira e Barroca Grande). Comunista, desenvolveu intenso trabalho sindical quando trabalhava na mina. "Hoje devo ser o único, por aqui, que não tem medo de falar", disse-nos. "E percebe-se porquê. Não estou à espera de emprego, não preciso deles para nada!" Enérgico, chama o filho, Vitor Abrantes, jovem de 23 anos a trabalhar na mina desde os 18. Foi um dos 70 chamados pelos patrões desde o princípio do ano para trabalhar no fundo da mina. Pede-lhe a folha de fêria e mostra-a: 70 e tal contos por mês, cerca de metade do que a tabela obriga. "Tudo o que era dirigente sindical não foi chamado!", acrescenta, para completar a apresentação do quadro de intimidação exploradora que reina, actualmente, na Panasqueira.

Dá uma volta connosco pela Freguesia, desafiando as dificuldades brutais que se abateram sobre aquela comunidade mineira. "Mil e tal desempregados, novos de mais para a reforma e velhos de mais para outros trabalhos". No Clube do Mineiro, de que é dirigente, apresenta-nos o treinador do grupo de hóquei, Francisco Ferreira. Apesar do abandono

da empresa, que deixou de apoiar o Clube, a vida ainda mexe, à base da carolice. Dois jovens mineiros chegam-se a nós e contam, pedindo o anonimato, que se despediram dum trabalho a prazo no túnel de Montemor, em Loures, porque lhes prometeram trabalho na mina "e agora nem mina nem túnel! Isto é gozarem com a gente!"

"E há muitos outros nas mesmas condições", confidencia-nos, cá fora, José Abrantes, desafiando novo rosário: o desprezo da Câmara PS da Covilhã para com a Freguesia, ao mesmo tempo que accitou, indevidamente, substituir a empresa mineira nos encargos com água, luz e saneamento.



José Abrantes (à direita), mineiro reformado e presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco de Assis

# Dos saltos altos do PS ao jogo de máscaras do PSD

**A** POLÍTICA-espectáculo, especialidade dos que preferem ver os eleitores como um público a quem pretendem deslumbrar com máscaras e acrobacias, toma este ano foros de circo, nesta pré-campanha eleitoral. Rufam os tambores, acendem-se os holofotes, minhas senhores e meus senhores, o espectáculo vai começar. Mal equilibrado em saltos altos, o PS recorreu ao travesti de vestes ofuscantes pelo brilho das lantejoulas e ao aumento dos parceiros contratados a prazo até à próxima saison de Outubro para, a todo o custo, fazer de conta que não é o que parece. O PSD, num jogo de máscaras, tenta esconder o desgaste provocado por consecutivos anos de poder, cujas consequências pesam duramente no quotidiano da generalidade dos portugueses. Com cambalhotas e piruetas, procura ilibar-se dessas pesadas responsabilidades que comprometem seriamente o futuro do país, num número acrobático com toques de magia, como se tivessem sido outros a fazer tais dislates políticos.

Cara e coroa de moeda única, como se de oposição e críticos fossem de si próprios, aí os vamos ter ocupando espaço privilegiado em noticiários e comentários políticos como se a opinião deste país e as forças políticas e sociais que o integram estivessem predestinados a aplaudir acriticamente o espectáculo que previamente lhe montaram. Como se os portugueses fossem ao circo ou ao teatro escolher o seu futuro, participando num jogo que à partida, com a aceitação passiva de tais regras, antecipadamente se sabe estar viciado. O jogo e o espectáculo do nacional e "democrático" situacionismo.

Rufem pois os tambores, para que as emoções aumentem, a polarização das atenções se fixe e a dramatização se acentue. Para tal, é indispensável ir criando um carrossel de disputas e zangas que dêem maior veracidade ao ilusionismo de cada truque. Ou exibir as faculdades maiores dos parceiros contratados a prazo, para dar auxílio aos actores com números já demasiadamente vistos e, por isso, de credibilidade mais duvidosa. É necessário então disfarçar, iludir o que de essencial não separa as máscaras dos saltos altos. Que para o PS o Tratado de Maastrich é inevitável, as políticas comuns na agricultura e nas pescas têm mau aspecto mas são para cumprir, o desemprego é mau mas é o preço do bilhete para se estar na Europa, enquanto cá dentro vai aplaudindo a concentração da banca e acha pouco os 60 milhões que se deram aos antigos e actuais latifundiários.

Neste jogo de ilusões e travestimentos, o Algarve não foge à regra. O espectáculo aí está!

Por parte do partido do Governo a azáfama tem sido enorme. Os antigos cavaquistas decidiram mudar a cena. Mas sem avisar os actores principais da peça. Pé ante pé, tirando partido da provecida idade dos apoiantes da actual companhia, em madrugada adiantada quando as cabeças pendiam de sono, dão um golpe de teatro e destituem o actor principal.

Objectivo? Tentar convencer o público que o guião da peça era diferente e com isso obter aplausos que já iam escasseando. Alguns, mais atrevidos, defendem mesmo publicamente a mudança de algumas passagens da peça. À eficácia do espectáculo é sacrificado o rigor do texto. A concorrência assim o obriga!

O que é preciso é sangue! Muito sangue! Vai daí, o Viegas, amigo do Bota, mata o pai (coisa que não estava previsto no original) e a propósito da regionalização diz que não senhor, sempre a defendeu. Quem a abandonou foi o pai Cavaco; por esta altura, convinha, para esta circunstância, estar morto e enterrado.

Mais avisado nestas coisas, Bota vai dizendo que morto não está bem, ninguém de boa-fé pode defender um parricídio, acrescentando em surdina que só está numa situação de hibernação activa, pois até pode ser necessário ressuscitá-lo ao fim do septuagésimo dia para o mais alto cargo da nação. Assim como assim, em caso de dúvida, já lhe dizia o avô, paus por baixo!

Quem por debaixo do pano não desiste é o actor principal ingloriamente apeado. O também infatigável governador. Vai daí,

prepara a rentrée com extremo cuidado. Conhecedor exímio dos meandros e subtilidades do espectáculo, prepara cuidadosamente a nova maquilagem.

Consta nos bastidores que tem um argumento reforçado capaz de destruir a falta de rigor dos falsificadores do guião da peça. Há quem diga mesmo que é possuidor de cartas que autenticam por parte do pai morto ou hibernado que é ele, filho primogénito, quem vai ficar com a herança.

A imprensa dos fazedores de cartazes publicitários aguarda avidamente o prosseguimento dos próximos capítulos.

De saltos altos, lantejoulas e espantosa cabeleira, o PS procura parecer o que não é.

Reforçou a companhia e, numa procura de credibilidade, afixa-se a preparar os intérpretes de um show contraditório e conflituoso, num jogo de espelhos que dificilmente oculta as distorções de um texto que, procurando não ser o que é, é aquilo que parece, como dizia o avisado poeta algarvio.



Vai daí, para evitar mais convulsões (já bastam as corrupções na Câmara de Albufeira e a demissão do Presidente da Câmara de Faro), insiste num concentrado de unanimidade até Outubro, numa personagem celebrizada por se esquecer continuamente do seu papel. Trata-se, obviamente, do Madeira. Quem não gostou da graça foi o Vairinhos, investido europeicamente em autarca de sucesso, que já tinha declarado alto e bom som ele só podiam contar como chefe da companhia. Especializado em saltos mortais triplos com pirueta, Vairinhos, apesar de novidade, mas com pouco peso ainda, acaba por partir o pescoço se o número não for bem treinado. De Bruxelas e via satélite, o jovem e actual empresário da companhia, o Apolinário do Pechão, segue com ansiedade o desenrolar dos preparativos. Ainda por cima apanhado com o enterro das laranjas e a paralização da frota de Marrocos a



**CARLOS LUÍS FIGUEIRA**

Membro da Comissão Política

Mudar o sentido da história foi sempre tarefa difícil. Mas as personagens que marcaram o avanço foram sempre as que não se renderam ao fácil. A história próxima que temos que interpretar não necessita só de mudança de actores. Carece sobretudo que o argumento tenha a ver com a vida do nosso povo e as suas justas aspirações.

causarem soluções a quem como ele se mostra um europeísta convicto saído do barrocal e deslumbrado com o barulho das luzes e o entorpecimento da língua, salvo seja!

Em campanha, a correr por fora apareceram, em concorrência um tanto desleal, uns tantos defensores da chamada sociedade civil (conceito cujos contornos, significado e identificação está a causar a maior das perplexidades, pelo arrojado nome e vaguidade do conceito) propagandeando um número cujo grau de dificuldade não se conhece. Aguarda-se com ansiedade a sua apresentação, embora se levantem desde já as maiores suspeições. Ainda por cima tratando-se de quem se trata.

Porque fica-se sem saber, nessa tal sociedade a que chamam civil, quais são os militares e quem são os paisanos. Também não se sabe se os que têm ocupado, usufruído e beneficiado do poder estão na categoria do que não é civil e desconhece-se o papel e o estatuto que está reservado àqueles que, vítimas das características de classe do poder que tem sido exercido, podem ter passado à situação de paisanos, militares ou semimilitarizados.

Há quem veja nisto grossa marosca a pretender, como antes já aconteceu, atacar e destituir os militares de cargos por terem participado no derrube do antigo regime, e se aprestem agora a lançar uma suspeição generalizada sobre quem ocupa cargos de eleição independentemente do seu comportamento e das ideias que têm defendido, generalizando culpas para ocultar os verdadeiros culpados. Neste labirinto, há quem avisadamente alerte que no fundo se trata de gato escondido com rabo de fora.

Não ser espectador passivo destas farsas é caminho que está a animar muita gente. Mudar o sentido da história foi sempre tarefa difícil. Mas as personagens que marcaram o avanço foram sempre as que não se renderam ao fácil. A história próxima que temos que interpretar não necessita só de mudança de actores. Carece sobretudo que o argumento tenha a ver com a vida do nosso povo e as suas justas aspirações. Precisa, para isso, de ter como personagens, a marcar o seu curso, aqueles que no dia-a-dia lutam, defendem soluções para ganhar um futuro mais seguro, mais digno, mais próspero, mais feliz, para os verdadeiros agentes da história - os que na vida vivem do seu trabalho.

Carlos Carvalhas em Foz Côa

# «Parece que os governantes estão surdos e são pedantes»

«Eu quero aquelas gravuras/que trazem outras culturas/saberes, sentires de outrora» e «Parece que os governantes/estão surdos e são pedantes/a ignorância neles mora». Trata-se do refrão da «Canção do Côa», uma criação anónima surgida dos acontecimentos vividos nos últimos meses após a descoberta das gravuras do paleolítico superior e da indecisão das autoridades em fazer ou não suspender as obras de uma barragem que ameaça a integridade de algo que os especialistas reputam de suficientemente válido para ser considerado património mundial. Uma canção que serviu de sinal de boas-vindas dos estudantes da Escola Secundária de Foz Côa a Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que na passada quinta-feira visitou o local.

Para além dos estudantes, à sua chegada a Foz Côa, Carlos Carvalhas teve a recebê-lo elementos do Movimento Cívico de Salvaguarda das Gravuras Ruprestres do Côa, entre os quais estava José Ribeiro, simultaneamente membro do Conselho Directivo da escola secundária. O jovem arqueólogo Francisco Almeida, outros membros do Conselho Directivo e da Associação de Estudantes estavam também presentes e conduziram Carvalhas a uma pequena exposição sobre actividades diversas da Escola, nomeadamente sobre a sua intervenção em defesa das gravuras rupestres de Foz Côa.

## Extraordinário valor

Durante a visita às gravuras de Castelo Melhor (Penesosa), que encerraria a visita da delegação do PCP à região, Carlos Carvalhas teria oportunidade de constatar o valor extraordinário do conjunto de gravuras que atestam o valor patrimonial daquele vale.

Acompanhado por cerca de meia centena de pessoas, o secretário-geral do PCP pode ver como a falta de medidas atempadas de segurança e a terraplanagem mandada executar pela Câmara Municipal já causaram estragos naquele núcleo de arte rupestre que constitui um dos oito já descobertos nos 14 quilómetros do Vale e que ficariam submersos pela albufeira da barragem.

Estes achados, aliás, fazem sugerir que muitos outros tesouros estarão ainda por descobrir.

## O Vinho do Douro

Ainda de manhã, depois da recepção na Escola Secundária, a comitiva dirigiu-se para a Adega Cooperativa de Vila Nova de Foz Côa, onde foi recebida pelo presidente e membros da respectiva direcção. Carlos Carvalhas teve ensejo de saborear produtos da região e de trocar algumas palavras sobre problemas locais, com destaque para o fenómeno da desertificação do mundo rural, a falta de apoio ao desenvolvimento regional e a necessidade da defesa do vinho fino do Douro.



Carlos Carvalhas constatou no Vale do Foz Côa o elevado valor das gravuras rupestres

O Vinho do Porto, também produzido na região, tem sido alvo de ataques e de tentativas de controlo por parte de multinacionais, com prejuízo das associações representativas dos que têm a sua vida ligada a este vinho, e estes os produtores queixaram-se a Carvalhas da má defesa que o Governo tem feito do produto português.

No almoço que se seguiu, interveio José Ribeiro que saudou a presença do secretário-geral do PCP e que defendeu a tese de que a preservação das gravuras rupestres pode e deve ser um pólo de desenvolvimento regional, fomentando o turismo, atendendo até ao actual quadro de crise na agricultura. Recordando que nos últimos 10 anos o concelho perdeu 26 por cento da população, o membro do Conselho Directivo da Escola Secundária e da direcção do movimento de salvaguarda das gravuras, afirmou, referindo-se à política seguida: «têm-nos levado as águas, as terras, as gentes. A preservação das gravuras rupestres é a possibilidade que esta terra necessitava».

«A nossa luta vai continuar, nem que seja até ao fim do mundo», concluiu entre muitos aplausos, particularmente dos jovens de Foz Côa presentes.

## Apoios internacionais

Carvalhas falaria depois, referindo a importância e o estatuto de património mundial da arte rupestre de Foz Côa. Para o secretário-geral do PCP, será necessário que Portugal, não sendo um país de grandes recursos, obtenha apoios internacionais que possibilitem a defesa e a preservação das

riquezas arqueológicas e que potenciem o desenvolvimento da região.

Falando depois dos problemas da região, Carvalhas fez eco das preocupações manifestadas anteriormente pelos produtores de vinho do Douro. A necessidade de defender o vinho fino, de escoar os produtos agrícolas, de investir na educação dos jovens e no seu emprego na região foram algumas das linhas apontadas pelo dirigente comunista como fazendo parte de uma estratégia necessária para melhorar as condições de vida das gentes do Côa.

A denúncia da regressão social e económica resultante da política do PSD foi feita por Carvalhas que defendeu a necessidade e a urgência de uma nova política.

## Desenvolver e preservar

Finalmente, aplaudido pela juventude presente, referiu as posições do PCP de harmonizar o legado artístico e histórico do Côa com o desenvolvimento da região e garantiu a continuação da iniciativa política do PCP de acordo com estas orientações.

Seguiu-se depois a visita às gravuras rupestres de Castelo Melhor, sobre as quais o secretário-geral do PCP se manifestou vivamente impressionado.

Carvalhas ouviu as explicações de um arqueólogo do IPPAR e pôde observar, naquele lindíssimo vale do Côa, tudo o que falta fazer pela salvaguarda do património milenar, do país e da humanidade, e também o que há a fazer para desenvolver a região de Vila Nova de Foz Côa.



# Os perigosos caminhos de Schengen

■ José Neto

Há pouco mais de duas semanas, precisamente no dia 26 de Março, os

noticiários anunciaram a «boa nova» — a circulação de pessoas oriundas de sete países europeus passaria a fazer-se, entre eles, sem controlo fronteiriço de qualquer espécie, sem necessidade sequer do simples Bilhete de Identidade. Assim, simples e candidamente, com a sobriedade de um sábio e esperada decisão que todos aplaudiríamos. Afinal, a decisão não era sábia, nem simples, e os aplausos não se ouviram.

O que é o Acordo de Schengen? Qual o seu conteúdo? Que implicações tem para o Estado Português? Que vantagens e perigos traz para os cidadãos e o nosso país? Estas são perguntas a que, seguramente, a maior parte de nós, mesmo a maioria dos portugueses, não sabe responder. No entanto, é assunto que diz respeito a todos, que terá reflexos, sobretudo negativos, na nossa vida, na vida diária da comunidade. Trata-se de matéria da maior importância, relacionada que está directamente com o exercício das liberdades individuais.

## Uma história com 10 anos

O Acordo de Schengen foi assinado na cidade com o mesmo nome, no Luxemburgo, em Junho de 1985 por cinco países da CEE — Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha e França — que acordaram na necessidade e no objectivo de abolir entre si as formalidades e controlos fronteiriços de pessoas e mercadorias e de aprofundar as matérias respeitantes à segurança, à cooperação policial e à justiça criminal.

As medidas para implementação deste Acordo foram fixadas na Convenção de Aplicação de Schengen, de Junho de 1990. Ao grupo inicial solicitaram a adesão a Itália em fins de 1990, a Bélgica e Portugal em Junho de 1991 e a Grécia em 1992. A Convenção tem 142 artigos que abrangem áreas como a passagem de fronteiras internas e externas, circulação de estrangeiros, pedidos de asilo e extradição, polícia e segurança, sistema de informações Schengen, estrutura do Grupo Schengen, Comité Executivo (Conselho de Ministros), etc.

A estrutura prevista na Convenção Schengen é uma vasta e complexa teia de organismos e grupos de trabalho.

Com efeito, para além da macroestrutura, constituída pelo Conselho de Ministros (Comité Executivo), pelo Grupo Central, constituído por mais de uma centena de funcionários administrativos e polícias e pelo Secretariado, com sede em Bruxelas, existem quatro grandes grupos de trabalho Schengen, por sua vez subdivididos em outros grupos secundários. São eles: o Grupo sobre polícia e segurança, com subgrupos de telecomunicações, de harmonização de frequências de rádio da polícia, de peritos legais, de controlo de armas de fogo; o Grupo de trabalho sobre circulação de pessoas, com subgrupos de asilo e vistos; o Grupo de trabalho sobre transportes; o Grupo para trabalho das questões aduaneiras.

Estes grupos de trabalho, constituídos por centenas de funcionários, burocratas e policiais, têm funcionado à margem de qualquer controlo de natureza jurisdicional ou parlamentar.

Na estrita dependência de governos quase sempre conservadores, essas estruturas administrativas negociam protocolos e formulam um emaranhado complexo de medidas policiais e parapoliciais, em muitos casos de contornos dispersos e indefinidos, cujo conjunto já mereceu justamente o epíteto da «nebulosa Schengen».

A génese do Acordo de Schengen — que remonta a Julho de 1984, data do acordo de Sarrebruck, celebrado entre RFA e a França — até à sua entrada em vigor, Março de 95, em apenas sete países, ficando de fora a Itália, a Grécia e os restantes países, ficando de fora a Itália, a Grécia e os restantes países da Comunidade, mostra bem os obstáculos que teve que contornar em cada país, e que persistem, e as resistências que teve que vencer, e que ressurtem.

Resistências e obstáculos que vão desde fortes reservas quanto aos défices democráticos dos Acordos, à colisão das disposições da Convenção de Schengen com convenções das Nações Unidas, desde a prevalência de legislação interna sobre legislação internacional, até atrasos e incapacidades técnicas na implementação de infra-estruturas.

Desde logo, quer a Dinamarca, quer a República da Irlanda e a Grã-Bretanha não solicitaram a sua adesão ao Acordo, invocando

natureza técnica, como no caso da França, que mal esconderam intuídos dilatatórios.

Agora, são os problemas internos ou a impreparação de estruturas, a deixarem de fora a Itália e a Grécia.

O que verdadeiramente se passa é que este é um processo experimental, o da construção de um sistema que nenhum organismo controla — é sabido que a própria assinatura do Acordo de Schengen e da Convenção de Aplicação se processou à margem do controlo democrático do Parlamento Europeu.

Dentro de cada país, apesar do enorme défice de debate que tem existido, Schengen foi e continua a ser confrontado com a resistência de muitos parlamentares e a oposição de forças sociais e políticas — Amnistia Internacional, organizações de defesa dos direitos humanos, associações anti-racistas, organizações nacionais e internacionais de juristas, organismos da Igreja Católica, etc., continuam a levantar a sua voz contra a Europa-fortaleza, pela defesa da Europa dos cidadãos.

## Europa-fortaleza para os estrangeiros

Um dos primeiros objectivos expressos do Acordo de Schengen é a suspensão dos controlos nas fronteiras comuns dos Estados aderentes, com a transferência e o reforço dos controlos para as respectivas fronteiras externas.

Mas, se já hoje desapareceram completamente ou são praticamente irrelevantes os controlos em muitas fronteiras europeias — veja-se entre a Bélgica, Holanda e Luxemburgo, entre a Noruega e a Suécia, etc., então como explicar esta ênfase na abolição da fiscalização? E qual o seu preço?

A resposta vem no próprio Acordo de Schengen, segundo o qual, os países se esforçarão por «... adoptar medidas tendo em vista a salvaguarda da segurança e a luta contra a emigração ilegal de nacionais de estados não membros das Comunidades Europeias.» (art. 17.º)

Torna-se claro, assim, que se trata da construção da tão falada «Europa-fortaleza», de erguer rígidas barreiras ao crescente fenómeno da imigração e afluxo em massa de refugiados, por razões de ordem socioeconómica, no quadro de uma profunda crise económica e do aumento do desemprego.

No nosso país, o Governo PSD está desde a primeira hora imbuído deste espírito e desta prática xenófobos, ao reforçar a política restritiva face à imigração e ao direito de asilo — abrindo a porta à expulsão e extradição, numa linha em tudo contrária às tradições de humanismo e tolerância de Portugal. E, dado os compromissos sem reservas já assumidos, pode estar em

problemas de vária ordem designadamente esta última, manifestando frontal oposição à abolição das fronteiras.

Depois, foram os sucessivos adiamentos e atrasos da entrada em vigor, por dificuldades várias, alegadamente de

causa a preservação, por Portugal, das especiais relações com a África e o Brasil.

Simultaneamente a este espaço-fortaleza relativamente aos estrangeiros, é acordado em Schengen que, para prevenir os riscos em matéria de segurança e ordem públicas, os Estados estabelecerão medidas compensatórias e celebrarão acordos, designadamente, nos domínios da cooperação policial. Isto é, maior controlo policial relativamente aos de dentro.

## Mais controlo policial — um espaço rigorosamente vigiado

Do ponto de vista da articulação e cooperação policial europeia, o que está em marcha é uma verdadeira «Europa das polícias» — para além da forte presença, na Europa, da **Interpol**, existe desde 1975 o **Grupo TREVI** (sigla de terrorismo, radicalismo, extremismo e violência internacional) que integra todos os países da Comunidade, com largo número de funcionários e estruturas, e que já controla as polícias europeias, e ainda a **EuroPól**, que resulta do Tratado de Maastricht, tem sede em Estrasburgo e instalações em Portugal (Leiria) e se prefigura como o embrião de uma força policial única para a Europa.

A pretexto de conciliar a livre circulação com a segurança dos cidadãos, o que está a ser construído é um espaço policial generalizado, no qual a multiplicação dos órgãos no âmbito da cooperação policial assume contornos claramente federalistas e vai seguramente originar enormes défices democráticos e no domínio da protecção dos direitos, liberdades e garantias individuais.

A Convenção prevê ainda a possibilidade, no âmbito da chamada cooperação policial, de ser prosseguida, para além da sua fronteira, por agentes de um dado país, quer a vigilância de uma pessoa suspeita de crime (e por um período de cinco horas) quer a sua perseguição (no caso do protocolo entre Portugal e Espanha, até um raio de 50 km, e duas horas, no interior do outro país).

Este estranhíssimo direito de perseguição configura, só por si, uma grave ofensa à soberania nacional. Efectivamente, entendemos que há muito terreno, designadamente com os modernos meios de comunicação actualmente disponíveis, para avançar na cooperação e coordenação interpolicial sem ter que hipotecar as soberanias.

Não menos complexa e perigosa é a implementação do **Serviço de Informações Schengen (S.I.S.)** — ficheiro informatizado central, instalado em Estrasburgo (e ficheiros nacionais duplicados do central) acessível a todos os países aderentes que, segundo a Convenção, se destina a «coordenar o conjunto das actuações de polícia... com o objectivo de preservar a ordem e a segurança pública, incluindo a segurança do Estado, bem como a aplicação das disposições sobre a circulação de pessoas nos territórios dos países contratantes.»

Este supercomputador, que já contém 2,5 milhões de fichas e que poderá carregar cerca de 9 milhões, é um imenso banco de dados pessoas onde são registadas indicações, informações — pedidos de acção diversos, desde dados criminais, vigilância e controle específico, a detenção, recusa de entrada, extradição, etc., na base dos quais se desencadearão todos os processos.

Embora a Convenção remeta para cada país



# Assim vai a Agricultura Portuguesa Oeste e Pêras — da ficção à realidade

Um jornal da capital trazia na primeira página e em letras gordas «Pêra Rocha Petróleo do Oeste». Os produtores do referido fruto devem ter ficado surpreendidos com esta promoção a «sultões das petropêras».

Foi particularmente infeliz a escolha do referido título, num ano em que os preços caíram drasticamente depois de todas as despesas de frio e armazenamento, cuja situação está a criar dificuldades nos pagamentos contratados com a produção e pode-se antever que esta situação possa vir a ter consequências nos preços da próxima colheita. Para além disto, desde há vários anos que os preços na produção não acompanham a subida vertiginosa dos factores de produção. Cultura esta particularmente exigente em tratamentos fito sanitários, em energia, acondicionamento e mão-de-obra. Na sequência do abandono da vinha, houve como alternativa um grande incremento de plantações que ainda não estão a produzir. Entretanto, a capacidade de armazenamento cooperativo não foi aumentada e por isso não aceitam novos sócios. Convém lembrar que os grandes beneficiários do regulamento 355 (ajudas ao armazenamento) foram os armazenistas importadores e não os cooperativas, o que não augura nada de bom para a solução dos problemas de armazenamento dos novos produtores.

Pêra Rocha, fruto de características ímpares, é verdade! Tão verdade, que dizem alguns que no mercado externo são cada vez mais os apreciadores e afirmam que nenhum outro país possui esta maravilha, daí o seu escoamento assegurado.

Há ainda quem não tenha aprendido as lições do nosso passado recente, onde outras certezas nos foram asseguradas, para redundarem logo de seguida num fiasco.

Gostam-se rios de dinheiro na criação de entidades gestoras de marcas que depois gastam também muito dinheiro na promoção dos produtos. Só que, neste sacrossanto mercado, quem dita as leis são as multinacionais e as grandes Centrais de Compras, com a maximização e a banalização dos produtos. Veja-se o que estão a fazer com as marcas brancas dos hipermercados.

## Da Rocha Suprema à Williams Portuguesa

A título de exemplo, Foi feita uma prospecção para colocar Pêra Rocha no mercado alemão com a denominação Rocha

Suprema. Os alemães não gostaram e não estão nada interessados pela distinção deste nome atribuído à nossa Pêra Rocha, e propõem a designação de Williams Portuguesa e fazem assim tábua rasa da denominação de origem da Pêra Rocha que nada tem a ver com a variedade Williams.

Para as grandes centrais de compras, pêras são pêras, sejam elas de Portugal, da África do Sul, da Argentina, do Chile ou da Nova Zelândia.

Se estão registadas as marcas ou denominações de origem, estas terão de ser respeitadas no interesse dos produtores e consumidores, competindo ao Governo fazê-las respeitar nas instâncias próprias.

Assim, perdemos a denominação de origem TORRES para os vinhos da região de Torres Vedras, a favor da multinacional de Miguel Torres na Catalunha, que não teve qualquer dificuldade em fazer triunfar os seus privilégios em Bruxelas.

O nosso vinho do Porto, produto único no mundo, pode hoje ser imitado por outros países ao abrigo dos acordos do GATT.

Nada disto é fatalidade, mas falta de firmeza da parte de quem deve defender os interesses do País.

Há quem se defenda e seja defendido.

É o caso da região de Champagne e do famoso vinho espumante do mesmo nome. O Supremo Tribunal de Justiça Europeu decidiu que de futuro nenhuma empresa, nenhum viticultor — com excepção dos viticultores da região de Champagne — poderá utilizar nas garrafas de vinho espumante a referência «Método Champanhês».

Aguardemos para ver se as denominações de origem portuguesa têm igual tratamento.

Em conclusão, sendo neste caso utilizado o petróleo como um símbolo de riqueza, o Oeste pode tê-la não só através da Pêra Rocha, mas também através do vinho e dos produtos hortícolas essencialmente. Mas, para isso, será necessário uma outra política agrícola baseada em preços justos que paguem o trabalho e o investimento dos produtores e na contenção de importações desnecessárias.

■ João Vieira

aderente a obrigação de adoptar medidas legislativas relativas à protecção das pessoas face ao tratamento automatizado desses dados, nada nem ninguém impedirá a fichagem de qualquer cidadão, sobretudo se alegadamente puser em causa ou for considerado perturbador da «segurança do Estado».

A legislação e a prática em muitos países, como é o caso da conhecida «berufsverbot» alemã, indicam os perigos da generalização dessas perversões antidemocráticas. Esses perigos já são bem visíveis no nosso país. A prática do serviço de informações de segurança — SIS — em Portugal e da nunca desmentida fichagem de militantes de partidos políticos pelo SIS e pela DINFO não são de molde a afastar as fortíssimas preocupações quanto à evolução deste tenebroso e tentacular aparelho policial.

## Défice democrático e cedências na soberania

A resolução sobre a adesão de Portugal à Convenção de Aplicação de Schengen foi votada em 2 de Abril de 1992, na Assembleia da República, aprovada pelo PS, PSD e CDS, e teve o voto contra do PCP.

A aprovação culminou um processo de grande celeridade em que o PSD logrou fugir ao debate público e parlamentar, de facto transferindo a competência legislativa da Assembleia da República para o Governo e para a negociação diplomática, em matéria tão relevante como a que toca às liberdades fundamentais.

Foi dito na altura pelo nosso Grupo Parlamentar que «... em Portugal foi particularmente gritante a falta de participação e a carência de debate em todo este processo. A lista restrita de audições realizadas pelas comissões mostra bem a que ponto a AR abdicou das suas competências.»

Questão da máxima importância é a das consequências de Schengen para a nossa soberania e, desde logo, a conformidade da Convenção com a Constituição da República. O texto da Convenção da Aplicação de Schengen é muito explícito: «A Convenção não pode ser objecto de reservas, à excepção das referidas no artº 60º (relação entre duas partes contratantes das quais uma não é parte na convenção europeia de extradição) (art. 137º).

Ou seja, segundo a Convenção os textos de Schengen têm mais valor do que a CRP. E é o próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros que expressamente o reconhece, adiantando que: «O "acquis Schengen" que os novos membros terão que respeitar ultrapassa os dois textos referidos, incluindo outros instrumentos e bem assim as consequência práticas que deles forem sendo retiradas» (Nota 6638/SMI-DGCE-MNE-27/6/91).

Por seu lado, a Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais interroga-se, no seu relatório de Março de 92, sobre eventuais «restrições inconstitucionais de poderes soberanos», adiantando várias recomendações que «... relevam para o pleno respeito pelos objectivos aos quais a República Portuguesa adere, nos termos, e dentro do quadro decorrente da Constituição.»

## Esclarecer e lutar

É sem dúvida inquietante todo este quadro e todos os seus desenvolvimentos. O espírito de Schengen continua a enformar a legislação comunitária e nacional dos vários países, os diversos protocolos em fase de negociação, as estruturas que vão sendo implementadas.

É preciso contrariar este processo que, sem ter em conta a vontade dos povos, mais não visa que transformar em Europa federal a Europa de nações soberanas.

Este caminho não serve os interesses de Portugal e dos portugueses e põe em causa a nossa soberania.

É por isso imperioso continuar a batalha do esclarecimento dos cidadãos. E continuar a luta nos vários domínios exigindo debate público, transparências, controlo democrático pelo Parlamento e outros órgãos de fiscalização independentes.

O PCP prosseguirá essa luta, coerentemente, por um Portugal democrático numa Europa de nações livres e iguais, de progresso, paz e cooperação.

## Artes e manhas

O Infante D. Henrique, do alto da sua estátua, em plena zona ribeirinha do Porto, deve estar muito envergonhado. Uma fundação com o seu nome, ligando um conjunto de pessoas julgadas protagonistas únicas dos interesses do Norte (ou do Porto, eu sei lá!), acaba de se finar, a meio caminho entre o projecto inicial e a primeira prova de fogo.

Presidentes de Câmara, deputados, ex-governantes, representantes de instituições como a Associação Industrial Portuguesa ou a Universidade Católica, colunáveis e líderes de opinião, todos juntos numa ideia interprofissional e num projecto de afirmação regional, confessam por fim não serem capazes de arrostar as primeiras dificuldades. É claro que não reconhecem ausência de capacidade ou insuficiente adesão pública aos seus propósitos, não senhor, mas sim, pasme-se, uma proclamada falta de apoios económicos nortenhos, distantes de uns desejados 1,5 milhões de contos, impedem-nos de assistir às realizações práticas da dita fundação. Se outrora o sonho comandava a vida, agora o dinheiro onnipotente tudo decide.

A Fundação desistiu, incapaz de ultrapassar o seu Cabo Bojador. Perante a crise económica e a deterioração do tecido industrial nortenho, fonte das divisas a utilizar, o núcleo duro da Fundação amoleceu, naufragou. Os seus patrocinadores regressaram ao porto de abrigo, ao discurso regionalista e complacente, à crítica genética e impotente de macrocefalia lisboeta, ao espectáculo caseiro de fados e ilusões eleitorais. O que

faltou foi a consciência viva e vivida de uma necessidade de crescimento e de superação de uma região, identificando aliados e adversários, objectivos e etapas, recursos e debilidades. Mas não, tal era possível. O grupo nortenho, liberal e elitista só se dinamiza com fundos, dádivas, lantejoulas e créditos.

Ignora por exemplo que o Distrito do Porto é o maior distrito do país com mais incidência de acidentes de trabalho. Motivo de reflexão, libelo acusatório a empresários e organismos oficiais, constitui também linha de acção de programa de desenvolvimento regional. Também em relação à tuberculose, doença eminentemente social, ligada às condições de vida da população, o distrito do Porto mantém das situações piores do país e da Europa, quantificada na estatística de novos casos registados nos últimos anos.

A gesta das descobertas envolveu as 3 classes da altura, a nobreza, o clero e o povo. Associou o esforço e a contribuição de carpinteiros e cartógrafos, marinheiros e aventureiros, missionários e fidalgos. Enfrentou medos e doenças, ventos e marés. Deixou marcas indeléveis na História e na consciência dos habitantes.

Os marinheiros de água doce da Fundação do Infante, refugiados nos salões da Bolsa, entrincheirados nos corredores poeirentos dos vários poderes, podiam ter evitado este sobressalto póstumo ao Infante.

■ Cristiano Ribeiro

II  
Guerra  
Mundial

Mas a capital da Polónia era

■ Manoel de Lencastre

## Uma cidade morta

O dia 13 de Janeiro de 1945 foi aquele em que a mais poderosa máquina militar jamais constituída para servir a causa da paz entrou em acção. O seu plano, como sabemos, consistia no conjunto de operações que levariam o exército vermelho ao coração de Berlim, à destruição do nazismo e à vitória final dos povos amantes da paz, do trabalho e do progresso. Mas não podemos deixar de mencionar, ainda que de passagem, e enquanto a marcha imparável sobre Berlim ganha momento, a libertação dos povos que a Alemanha hitleriana havia subjogado e o Exército Vermelho ajudaria, em 1944 e 1945, a reconquistarem a sua dignidade nacional. Duas gigantescas operações militares tinham sido organizadas para a expulsão dos nazis da Roménia e da Jugoslávia. Malinovski assumiria o comando da 2.ª Frente Ucraniana. Tolbukin, como já se disse, era o general no comando da 3.ª Frente. Estes dois generais veriam os seus esforços e o seu heroísmo reconhecidos quando, a 10 e 12 de Setembro, respectivamente, foram elevados à categoria de Marechais da União Soviética.

## Liberdade para os povos subjogados

A 24 de Agosto, o 6.º exército de Tanques (Kravchenko) (1) combatia na zona de Bucareste e Ploiesti onde os operários das refinarias de petróleo agiam de armas nas mãos para impedir os nazis de destruírem essas instalações. Comunistas libertavam o escritor Gheorghiu-Dej (2) e muitos outros patriotas romenos que enchiam as prisões. Bucareste recebeu os seus heróis Soviéticos a 31. E após a libertação da Bulgária pelas forças de Tolbukin, em princípios de Setembro, o Comandante Supremo, Stalin, ordenava a preparação da invasão da Jugoslávia, a pedido do marechal Tito, comandante supremo do Exército de Libertação Nacional.

Unidades da 2.ª Frente Ucraniana chegavam à margem oriental do Danúbio. O 26.º exército, de Gagen, ocupava Vidin. E o romântico rio, inspirador de músicos e poetas, tornava-se amigo do soldado soviético. Eram numerosas entretanto as forças nazis estacionadas nestes sectores. O marechal de campo, Maximilian von Weichs, no campo do «Grupo F» da «Wehrmacht», ocupava a Croácia, a Bósnia e Herzegovina, o Monte Negro, a Albânia. O «Grupo E» comandado pelo coronel-general Lohr, ocupava a Grécia. O exército do general Folber operava na Sérvia.

A 20 de Outubro, os tanques de Zhdanov e o 1.º Corpo do exército jugoslavo entravam em Belgrado onde extensas multidões os aclamaram e Tolbukin recebia as saudações oficiais e de combate do marechal Tito. Em Novembro, a 17, o Exército Nacional de Libertação da Albânia libertava Tirana. A Frente de exércitos de Tolbukin preparava-se para operar na Hungria onde o regente Nicholas Horthy se havia tornado no mais submisso vassalo de Hitler. Também o 40.º exército (Zmachenko) e o 7.º exército (Guardas), de Chumilov (3), se aprestavam para tomar parte na libertação da Hungria que se achava ocupada pelos alemães desde Março.

## União Soviética: sempre!

Como resultado das operações das forças de Malinovski e da entrada em acção da 4ª Frente Ucraniana (Petrov), as formações nazis desestabilizaram-se. A 29 de Outubro de 1944, Malinovski pedia a Stalin que lhe concedesse um prazo de cinco dias para iniciar o ataque a Budapeste. A resposta, peremptória, foi esta: «Amanhã, camarada! A sua ofensiva inicia-se amanhã!» A 3 de Novembro, tropas soviéticas estão a 15 quilómetros de Budapeste. As manobras políticas nos bastidores são intensas. O governo inglês intriga constantemente. Combateu-se impetuosamente nas

vizinhanças de Budapeste durante todo o mês de Dezembro. Tolbukin, entretanto, recebia ordens para não desviar tropas na direcção de Viena. Mas, a 20 de Dezembro, as 2.ª e 3.ª Frentes retomam a ofensiva partindo de direcções diferentes e, depois de mais seis dias de sangrentas batalhas, as respectivas tropas encontram-se e fecham o cerco a Budapeste, finalmente.

Mas o comando nazi, a 2 de Janeiro de 1945, lançava vigorosos ataques contra as forças sitiadas, do Exército Vermelho. A batalha de Budapeste não cessaria senão a 13 de Fevereiro. Malinovski, agora, era encarregado de avançar sobre Viena e recebia para reforço das suas formações o 9.º exército (Guardas), de Glagolev. Os alemães dirigiam consideráveis forças contra a 2ª Frente Ucraniana, e o 7.º exército (Guardas), de Chumilov, sofria perdas. Uma das principais unidades nazis combatendo contra Chumilov era o 5.º exército «SS-Banzer», comandado pelo fanático Sepp Dietrich, um dos favoritos do Führer. O exército em questão possuía tanques «Panther», «Tiger» e «Royal Tiger». Os nazis pretendiam garantir a defesa dos últimos campos de petróleo em território húngaro ainda ocupado e a região industrial de Viena. Mas Tobulkin (4), agora envolvido, finalmente, nas operações em direcção à capital austríaca, dispunha de 400.000 homens, 400 tanques e canhões de assalto, 7.000 peças de artilharia e morteiros e 700 aviões de combate.

A 4ª Frente (Petrov) recebera ordens para operar nos montes Cárpatos (5). Mas o 38.º exército (Moskalenko), pertencente à 1ª Frente Ucraniana (Koniev), em colaboração com Malinovski, planeava um ataque frontal a Krosno para ganhar a direcção de

to Vermelho, a 3ª Frente de Tolbukin, venciam e ocupavam Viena.

Como se vê, a entrada das tropas soviéticas na Bulgária, na Roménia, na Jugoslávia, Na Hungria, na Eslováquia, na Áustria, era a liberdade desses países. A grande ofensiva para Berlim que se desdobraria para desenhar o ataque a Praga e a libertação dos checos, estava em pleno curso. Onde acabaria o histórico encontro entre a URSS e a Europa? A Inglaterra e a América tinham pressa, muita pressa, agora, em libertar o nosso velho continente do despotismo nazi, mas não das grillhetas do capitalista. Apesar do seu enorme potencial, só em Junho de 1944 haviam realizado a tão prometida e sempre evitada abertura da segunda frente anti-nazi. Para os aliados ocidentais, era essencial defender as cidades da classe média europeia onde viviam e vivem as pessoas que não querem saber de nada ou de ninguém e só respondem à chamada dos seus interesses individuais. Mas o Exército Vermelho e o seu glorioso avanço excitavam a imaginação e a alma das grandes massas que viam nele o aproximar de uma hora única de vitórias.

A 17 de Janeiro de 1945, o 3.º exército de tanques (Guardas), de Ribalko, e o 5.º exército (Guardas) de Zhadov (6), apareciam a norte de Zrakow. O avanço em direcção ao Oder acelerava. O general alemão K. Tippelskirch comentaria, assim:

«Ao anoitecer do dia 16, já não existia uma frente contínua ou organicamente relacionada entre as nossas tropas. Unidades do 8.º exército (general barão Emile von Luetwitz) (7), aguentando-se, ainda, no Vístula, achavam-se em greve de perigo.

Varsóvia caía, a 18 de Janeiro, para o 1.º exército do «Wojsko Polakic», de Stanislaw Poplawski, e para os 47.º e 61.º exércitos (Perkorovitch e Belov) da 1ª Frente Bielorrussa, puniu os generais encarregados de defender Varsóvia e, assim, o comando do «Grupo A» passou de Harpe para Schörner enquanto Luetwitz cedia o 9.º exército ao general de infantaria Theodor Busse. A divisão «Panzer» conhecida como «Gross Deutschland» (8) e outras estacionadas a ocidente, foram transferidas para Lódz. Mas esta cidade capitularia a 19 e, a 23, as forças de Jukov estavam em Bydgoszcz. O 1.º exército de Tanques (Guardas), de Katukov, aproximava-se de Poznán para onde avançavam, igualmente, o 8.º exército (Guardas) de Chuikov, e o 69.º, de Kalpatchki. A batalha de Poznán, onde a guarnição nazi excedia os 60.000 homens, prolongar-se-ia de 26 de Janeiro a 23 de Fevereiro.

Mas Varsóvia, arrasada pelos nazis no seguimento de acontecimentos que já notámos, fazia doer o coração do perplexo soldado soviético e conduzia às lágrimas o homem polaco que da sua capital só via ruínas. Eis o texto do telegrama enviado a Stalin pelo comando da 1ª Frente Ucraniana:

«Os bárbaros fascistas destruíram Varsóvia. Com a mais sórdida crueldade, demoliram blocos de prédios, um após outro. As maiores empresas industriais foram totalmente arrasadas. Áreas residenciais, completamente consumidas pelo fogo e pelas explosões. Milhares e milhares de pessoas foram exterminadas. Varsóvia é uma cidade morta.»

## «Cidadãos de Viena, ajudem-nos!»

O 6.º exército de Tanques (Guardas), de Kravchenko, passara para o sector de Tolbukin e os seus 600 tanques seriam preciosos para que a 3ª Frente atingisse a fronteira austríaca. «Cidadãos de Viena! Ajudem o Exército Vermelho a libertar a vossa cidade! Ofereçam a vossa colaboração à causa da liberdade da Áustria e do extermínio da hidra fascista hitleriana. A guerra é contra os agressores nazis e não contra o povo austríaco!» Assim propunha Tolbukin aos vienenses e a toda a Áustria a sua liberdade e a defesa dos monumentos históricos e culturais da capital. A 6 de Abril de 1945 (9), começou o ataque a Viena onde a resistência dos nazis forçou combates rua a rua, prédio a prédio. Mas, a 13, o Exérci-



- (1) Da Frente comandada por Malinovski;
- (2) Autor de «A 24ª Hora»;
- (3) Também pertencentes à Frente comandada pelo Marechal Malinovski;
- (4) 3ª Frente Ucraniana;
- (5) Cordilheira na Europa Central ao norte da planície eslovaca, da Hungria e do planalto da Transsilvânia;
- (6) Tomaram parte nesta operação os 4.º e 9.º exércitos e o 6.º exército de Tanques (ver a Ordem de Batalha (anexa));
- (7) Ambos pertencentes à 1ª Frente Ucraniana, do comando de Ivan Koniev;
- (8) Parte do anterior «Grupo A» e, por ordem de Hitler, nomeado como o novo «Grupo de Exércitos Centro»;
- (9) «Geschichte des Zweiten Weltkriegs», Athenäum-Verlag, Bonn 1951; (História da Segunda Guerra Mundial);
- (10) «Grande Alemanha»

# Curdistão

## A identidade negada

Entrevista com Ali Yigit e Zubeyir Aydar

Ali Yigit e Zubeyir Aydar, ex-deputados curdos, eleitos para o Parlamento turco pelo DEP, Partido da Democracia, dissolvido em 1994, estiveram recentemente entre nós.

Actualmente integram o Parlamento do Curdistão no exílio. Uma estrutura política cuja criação foi decidida em 12 de Janeiro de 1995 e que iniciou a sua actividade quarta-feira passada, 12 de Abril.

Na breve entrevista concedida ao "Avante!" por estes dois militantes dos direitos do povo curdo, esteve igualmente presente Yizmaz B. Delil, representante da Frente de Libertação Nacional do Curdistão em Espanha.



**Qual a relação entre o Partido para a Democracia e a Frente de Libertação?**

Zubeyir Aydar - Sob o ponto de vista orgânico, trata-se de duas organizações diferentes, utilizando formas de luta diversas. O nosso partido desenvolve sobretudo uma actividade ao nível parlamentar. O campo de actividade da Frente é muito mais amplo. É uma Frente de massas.

Há entretanto uma base comum.

No seio do Parlamento no exílio do Curdistão estão representados diferentes grupos, nomeadamente antigos deputados do DEP, representantes da Frente de Libertação, o Movimento assírio (uma comunidade cristã), o Movimento das mulheres livres, representantes da comunidade alauí, da União dos intelectuais.

**Qual o objectivo deste Parlamento?**

Aydar - O principal objectivo da criação desta Assembleia é afirmar-se como local de reunião do povo curdo, um centro de resistência e defesa dos direitos reivindicados pelo povo curdo. Trata-se, no fundo, de criar uma estrutura central de representação do nosso povo. E assim abrir caminho a uma solução política e democrática para a questão curda.

O Parlamento surge ainda como uma referência para a solidariedade internacional ao povo curdo. Os deputados são representantes do nosso povo na defesa dos seus interesses, e como tal interlocutores privilegiados no plano internacional.

**Como avaliam estes últimos acontecimentos, em particular a invasão do Curdistão do Iraque pelas tropas turcas?**

Ali Yigit - Pensamos que o Estado turco está hoje a tentar concretizar no sul o genocídio que antes levou a cabo no norte.

Nesta operação - iniciada a 19 de Março - já foram mortos dezenas de civis.

O ano passado, em Junho de 1994, cerca de 30.000 pessoas foram forçadas a refugiar-se no Curdistão do sul, na parte ira-

quiana. A maioria das vítimas da operação militar em curso - e hoje sujeitas aos bombardeamentos - contam-se entre estas dezenas de milhar de pessoas, antes expulsas das suas terras.

Agora são forçadas a regressar ao norte, e tememos pelas suas vidas.

Houve algumas pressões internacionais no sentido de as forças militares turcas se retirarem da região que estão a ocupar. Tal pressão está na origem da deslocação do ministro turco dos Negócios Estrangeiros, empenhado numa acção diplomática para a atenuar.

O povo curdo quer a paz e reivindica o direito de poder viver na sua terra, em condições dignas.

A resposta do Estado turco às reivindicações do povo curdo sempre foi a força militar, a violência.

Nos últimos três anos, cerca de três mil aldeias curdas foram arrasadas. A nossa natureza está a ser destruída todos os dias, as

nossas montanhas são bombardeadas, as estradas e os caminhos do Curdistão estão minados, o que já levou à morte de centenas de pessoas e à mutilação de outras tantas.

**Há alguma solidariedade da parte das forças progressistas da Turquia?**

Aydar - Contamos com o apoio dos socialistas, de muitos democratas e de intelectuais. Mas é uma oposição rela-

tiva. Um movimento que não está ainda muito desenvolvido.

O Estado turco herdou a política de extermínio já utilizada pelo império otomano. Desde o século IX da nossa era que os turcos estão na Anatólia. Hoje não existem quaisquer vestígios dos gregos ou dos arménios que aí viviam. E actualmente o povo curdo pode conhecer a mesma sorte que as populações de gregos e arménios, há séculos atrás.

Mas o povo curdo é um povo resistente e combativo, e conseguiu preservar a sua existência. O objectivo do Estado turco é desenraizar o nosso povo, exterminá-lo, apagá-lo do mapa da humanidade.

É nosso objectivo que a opinião pública internacional esteja a par de tudo isto.

Ali Yigit - Queríamos também exprimir o nosso reconhecimento ao Partido Comunista Português que, ao longo destes dias, nos facultou diversos encontros e nos deu a possibilidade de expor, junto da opinião pública portuguesa, a situação em que vive o nosso povo.

Pensamos ter contribuído para uma sensibilização quanto aos nossos problemas. E que assim se poderá vir a criar uma ponte de solidariedade entre o nosso povo e o povo português, que saudamos fraternalmente.

**Na Turquia, a língua curda está proibida. A existência dos curdos é ignorada ou mesmo negada. Não pode haver emissões de rádio ou televisão na nossa língua. Nem sequer podemos realizar teatro na língua curda. Os nomes das nossas cidades foram alterados, passando a nomes turcos. Não podemos dar nomes curdos aos nossos filhos.**

Lançamos entretanto um apelo à comunidade internacional para que esteja vigilante e assim contribua para evitar um extermínio das populações curdas.

**E qual a origem dos problemas que se estão a viver, a origem desta perseguição às populações curdas?**

Aydar - Penso que seria útil darmos alguma ideia sobre o povo curdo.

Os curdos são um dos mais antigos povos do Médio Oriente. A sua língua é de origem indo-europeia. Actualmente, são cerca de 40 milhões de pessoas.

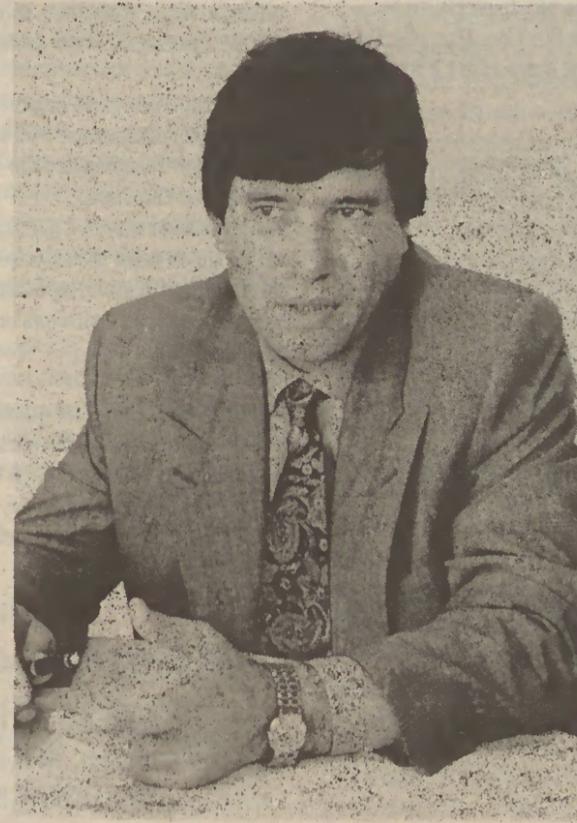
O Curdistão está dividido entre o Irão, o Iraque, a Síria e a Turquia. Mais de metade da população curda vive na Turquia. Em todos estes países são vítimas de políticas repressivas.

Na Turquia, a língua curda está proibida. A existência dos curdos é ignorada ou mesmo negada. Não pode haver emissões de rádio ou televisão na nossa língua. Nem sequer podemos realizar teatro na língua curda. Os nomes das nossas cidades foram alterados, passando a nomes turcos. Não podemos dar nomes curdos aos nossos filhos.

Os curdos sempre lutaram contra estas injustiças e pela liberdade.



Zubeyir Aydar



Ali Yigit

E aqui vão mais cartas que os leitores do nosso jornal vão enviando, que a falta de espaço nos tem impedido de referir, e dos quais publicamos alguns significativos excertos.

## ► «Provocações»...

O nosso leitor Vicente Costa enviou-nos alguns textos - quatro - que ele apelida de «pedaços de provocação, dirigidos a esses iluminados malandretes que tentam agredir-nos diariamente»...

Não os publicaremos todos. Mas sempre diremos que o primeiro se refere ainda ao Congresso do PSD, sobre o qual tanta tinta correu já; o segundo sobre alguns comentadores televisivos da nossa praça; outro ainda sobre as dificuldades e alegrias de se ser comunista (permita-nos o V. Costa interpretá-los assim) e por fim, o que segue, e que o nosso leitor intitulou de «Perguntas que pairam por aí...»

1. Afinal, A. Champalimaud faz tudo o que faz exclusivamente com o seu dinheiro, com ele afirmou «dirigindo-se» a Álvaro Cunhal diante das câmaras de televisão? Então os dinheiros que não quer gastar na OPA, isto é, os milhões que o Ministro das Finanças lhe «oferece» de mão beijada afinal também já eram dele? Não há quem diga que a arrogância e a perda de dignidade sempre andam de mãos dadas?
2. Os «gangsters» finamente trajados também existem em Portugal?
3. Os jornalistas são mesmo, todos, gente de bem? Se se arrogam como 4º poder - e quem o nega? - não deverão usar esse poder em defesa da verdade, da justiça, com seriedade e isenção? Quando não cumprem esse mínimo exigível, não será justo que sofram, tal como os outros poderes, as consequências pela deturpação, desinformação, manipulação, pela omissão?
4. Porque deixámos de ouvir falar da Polónia, Hungria, Lituânia, Bulgária, etc., etc? Será que deixaram de existir?
5. Há gente - e quanta com responsabilidades - que teimosamente confunde os Estados Unidos da América (país) com a América (continente). É teimosa ignorância? Ou é ordem que vem de lá?
6. Será que Carol Woytila iniciou já a colheita dos vendavais dos ventos que semeou? Será que «aquela angústia» nada significa comparada com as contas que ainda tem de prestar perante quem representa?...
7. Será que o MM/CDS-PP/NC-NB vai concorrer às eleições reais de Portugal para compensar a desleal concorrência da realza às eleições republicanas? Terá assim um futuro «reisonho»?
8. Já todos pensaram no tempo que vai levar para pormos este Portugal «levantado do chão»?

## ► Destruição do Património

O nosso leitor Humberto Ramos escreve-nos sobre o desrespeito que o Património Cultural tem merecido ao Governo - como tem sido o caso de Foz Côa. Mas não fica por aqui a sua crítica. E traz a lume outro caso e outras responsabilidades:

Outro aspecto grave que evidencia o desrespeito pelo património é a aprovação pela edilidade de um projecto que visa a instalação de um hotel do grupo Pestana nos terrenos do Palácio Valle Flor, situado no Alto de Santo Amaro. Este Palácio e o jardim envolvente datam do início do século e aguardavam a todo o momento a classificação de monumento nacional. Integram-se no plano de valorização da Ajuda-Belém do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, além de ser considerado zona verde no Plano Director Municipal de Lisboa.

Ao que parece, o dinheiro fala mais alto, e os interesses de índole económica sobrepõem-se à preservação e defesa do património.

É importante salientar e perceber-se que a cultura e a sociedade não são coisas momentâneas. Ambas saíram do passado, existem no presente e continuam no futuro. Jamais o presente, ou o futuro, poderão ser entendidos plenamente sem conhecimento do passado. Os responsáveis pela péssima gestão do património cultural não têm o direito de privar as gerações futuras do seu legado histórico.



## ► «Um grito de revolta»

Em extensa carta de que entregou cópia à Direcção do Partido, o nosso leitor João Augusto Coelho Nobre, do Barreiro, «um dos mais de 4 mil ex-aduaneiros» que se encontram do desemprego, faz-nos chegar «o grito de revolta de mais de duas mil pessoas que, pelo facto de terem tido mais de uma entidade patronal, embora sempre dentro do ramo de Despachantes, estão a ser prejudicados».

E conta:

Eu trabalhei 26 anos, fiz sempre os meus descontos para a Segurança Social e recebi apenas sobre os últimos 5, já que mudei de entidade patronal em 1988. Há trabalhadores com 20 e muitos anos de trabalho que receberam apenas 300 ou 400 contos na totalidade.

Um, com 34 anos de profissão, recebeu apenas um terço (um mês de indemnização) do Estado porque o patrão nem os dois terços lhe pagou, apenas e tão-só porque «se viu» obrigado a mudar de patrão em 1992, já que o Jorge Gonçalves, ex-presidente do Sporting, fechou a porta.

Quando o Estado tem dinheiro para dar boas indemnizações e boas reformas aos Estivadores, boas reformas aos funcionários das Alfândegas, tem 37 milhões para dar à Tertir, por que será que trata desta forma tão miserável e discriminatória os Aduaneiros?

Neste momento, e atendendo ao pouco que os Aduaneiros receberam, já há alguns a passarem fome, a pedirem, a arrumarem carros e nos cursos de formação do nosso Sindicato, alguns quotizam-se para ajudarem outros, pois os filhos vão para a cama por vezes sem comer. Simplesmente lamentável. Será este o paraíso do Cavaco que só ele vê?

## ► «Endurecei o estilo!»

É esse o convite que nos faz o nosso leitor Dinis Fernandes, da Portela, exortando-nos a usar uma linguagem mais forte e directa num momento em que «é urgente e indispensável fortalecer o poder do Trabalho, que só ele cria riqueza, contra a enorme força do imperialismo, que persiste em reprimir e matar o esforço dos povos que querem emancipar-se». Escreve o nosso leitor:

Eu penso que é preciso e mesmo indispensável que o «Avante!» agigante na luta que ora se trava na sociedade portuguesa. Penso que - sem nunca recorrer a um estilo chocarreiro - o «Avante!» deve tomar um estilo fortemente combatente, utilizando frases afirmativas, solidamente comprovadas, em vez de frases interrogativas que às vezes podem ser tomadas por tímidas.

Muitos dos leitores do «Avante!» são trabalhadores de «poucas letras». Ora é exactamente para estes que é necessário usar um estilo directo e simples, despido de metáforas, que alguns (muitos) não entenderão.

É indispensável um estilo que seja comum e entendível pelos trabalhadores, pelos pequenos e médios comerciantes e industriais, pelos jovens agricultores, pelos pequenos agricultores que da agricultura tiram apenas uns parcos meios de subsistência.

Depois de nos aconselhar quanto ao tratamento das notícias e de nos chamar a atenção para as lutas que se vão travando pelo país, o nosso camarada, a quem agradecemos a sua carta e o abraço que nos envia, exorta:

«Camaradas do «Avante!», endurecei o estilo!»

## ► Maiorias «absolutas»

Acompanhado de um texto - que consideramos para oportuna publicação - envia-nos o nosso leitor C. Machado Acabado uma carta que transcrevemos:

Na minha ignorada e modesta reflexão política (...) deparo frequentemente com a mistificada e mistificadora questão da «maioria absoluta» descaradamente pedida por um poder que se eterniza e, de resto, se enerva visível e palavrosamente em volta dela. Constato que alguns camaradas mais vulneráveis à «razão» da palavras diariamente repetidas começam, agora, a reivindicar, com alguma (evidente) ingenuidade... «compensatória», a maioria absoluta para os sectores guterristas que - acreditam esses camaradas por um sentimento de justiça «misplaced», que se enganou no caminho e nas pessoas - viriam agora mirificamente repor a verdade «total» da História ofendida pela desbunda neo-liberal continuada. É, dizem, o «voto útil». Até os meus alunos do 11º ano se me saem com essa...

Ora a questão a meu ver é outra - e tento sempre que esses camaradas e esses alunos a entendam claramente: o PS é um partido que, se tem comumente o nome de «esquerda» não tem desta consciência política nem sequer a consciência moral. O «voto útil» é pois o que permite constituir uma consciência organizada de esquerda capaz de desempenhar a função (a missão) cívica e histórica de agir como a consciência de esquerda de que o PS precisa para deixar minimamente de ser uma espécie sorridente e cordial de cavalo de Tróia dos neoliberais espavoridos - como o foi da direita caceteira e miguelista que, sob a sua égide, se reorganizou em 74 e 75. As atitudes progressistas estão, pois, não no jogar o «jogo das maiorias» e do toma-lá-dá-cá dos números e das prestidigitacões aritméticas eleitorais, mas no entender clara e lucidamente os mecanismos interiores da democracia e da História. Da luta de classes. É este debate e esta questão que, como cidadão e como comunista, gostaria de alargar a todos os nossos camaradas através do jornal do Partido.

## ► A Droga Mata

Escrevem-nos três pioneiros uma carta comovente. Todos da escola da Brandoa. O Ivo Guerreiro, de 10 anos, o Nuno Garganta, também de 10 anos, e o Nuno Marques, de 12. Com uma mensagem: «A Droga Mata!»

Nós somos três amigos muito amigos e moramos na Brandoa e todos os dias vamos para a escola, temos de atravessar o jardim 1º Maio logo de manhã, às 8,30, nós vemos jovens, rapazes e raparigas, com seringas nas mãos. Nós crianças queremos estudar e brincar e não gostávamos que houvesse droga. Dizem-nos que a droga mata. Nós quando formos grandes queremos trabalhar, queremos ser felizes para podermos ajudar os nossos pais. Não gostamos da droga e esperamos que todas as crianças como nós não se deixem enganar. Não aceitem essas coisas. Basta, vamos dizer não à droga. Fizemos esta notícia para alguns jornais, para as pessoas lerem que nós, crianças, estamos preocupados com a droga.

## ► Tarrafal

Dirigida ao nosso Director, recebemos uma longa carta do camarada Josué Martins Romão, que detalhadamente narra a sua recente visita ao Campo do Tarrafal, em Cabo Verde, onde passou 16 anos de prisão condenada em 1936 pelo Tribunal Militar Especial de Santa Clara, por haver participado na Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936. A carta, que circunstanciadamente conta as peripécias da visita, foi por nós enviada ao conhecimento da Direcção do Partido. Não sem que aqui deixemos registo de como viu o nosso camarada os locais onde passou 16 anos de trabalhos forçados.

A Achada Grande, que durante o tempo todo que lá estive foi um autêntico deserto, sem árvores nem verde de espécie alguma, tendo pelo contrário o sol inclemente de África em cima de nós desde que nascia até se pôr, hoje está irreconhecível. Em toda a Achada Grande o campo está rodeado de belas e frondosas acácias americanas, o que torna o sítio aprazível. Junto ao Chão Bom, a 800 metros do Campo, onde durante todo o tempo da sua existência nós íamos todos os dias buscar água para tudo - comer, lavar e beber - é hoje um colonato, com tudo o que diz respeito a horta, pecuária, etc. A água, dantes escassa e suja, corre agora no colonato por cano de 15 polegadas, vinda não sei donde, em quantidade abundante e límpida. Só a praia, dantes tão grande e bela, até mesmo junto ao Chão Bom, está hoje incapaz de ser utilizada. Tiraram toda a areia para construir casas, e são buracos enormes antes de atingirmos o mar. Junto ao colonato existe agora um aldeamento onde moram os trabalhadores e familiares.

# Insegurança pública, responsabilidades e desvarios

■ Carlos Gonçalves

As questões de insegurança das populações, conforme o comprova a realidade quotidiana nas áreas metropolitanas e de concentração urbana, vêm assumindo enorme gravidade e crescente relevância política, tal e qual o PCP previu quando caracterizou a situação, já em 1992, «à beira da insegurança generalizada».

Alguns inquéritos de opinião recentes são claros quanto à profunda preocupação do tecido social a este respeito, e o enorme apetite mediático, em certos casos sensacionalista e parco de escrúpulos, atesta e alimenta na sociedade um sentimento de perplexidade face à dimensão e complexidade dos fenómenos envolventes a esta situação.

## O Relatório de 1994

O Relatório de Segurança Interna recém-revelado pelo Ministério da Administração Interna (MAI) conclui por um aumento da criminalidade em 1994, relativamente ao ano anterior, de cerca de 12%. Trata-se dum cálculo nem devidamente ponderado, nem fiável, por falta de estudos e dados sistemáticos, e que revela quando muito a variação da criminalidade visível, deixando de fora toda a imensa massa de crimes não participados às autoridades, que segundo dados de 1992 era então de 74% (!).

Neste Relatório do MAI não foi entretanto possível repetir a manobra de 1993, que modificou «na secretaria» elementos anteriormente considerados no cálculo dos índices e, dessa forma, converteu um crescimento real da criminalidade provavelmente superior a 15% nuns irrisórios 0,8% oficiais.

Este ano, numa primeira leitura, a manipulação dos números parece menor e apenas a continuada subestimação do consumo de estupefacientes, que contrasta com o crescimento verificado no tráfico — mais 69,3% de processos nas estatísticas da GNR — e a metodologia de média percentual incorrectamente aplicada, permitem supor que o crescimento da criminalidade conhecida deve rondar mais uma vez os 15%.

Continuamos assim em números que, pelo menos desde o início da década de 90, estão situados num crescimento anual entre os 15 e os 20%.

## As responsabilidades do PSD

As responsabilidades por esta situação são inseparáveis da situação de regressão social que resulta destes anos de governação PSD.

A ideologia oficiosa da «competividade» tomada em categoria-moral e o «vale tudo» do herói yuppie neoliberal, combinados com a injustiça social e a desumanização do tecido urbano, a miséria, a marginalização e a exclusão, os guetos, o crescimento epidémico da toxicoddependência, as políticas anti-sociais, a lentidão da justiça e o fracasso das políticas de segurança das populações, eis o humus em que medra a criminalidade e se degrada a segurança e tranquilidade dos cidadãos.

O Governo do PSD procura desvalorizar a gravidade da situação, procura colocar os problemas da insegurança fora do terreno social, para assim desresponsabilizar o fracasso da sua política económica e respectivos vectores sociais de desenvolvimento e procura, numa inaceitável fuga às responsabilidades, passar culpabilidades e encargos para os ombros das famílias, das autarquias e da sociedade.

O Governo procura vender a ideia de que a sua política de Administração Interna, nomeadamente a chamada reestruturação das Forças de Segurança, é correcta e não, como realmente acontece, um factor de agravamento dos problemas.

Procura ainda, em correria pré-eleitoral, pôr a andar uma ou outra medida circunstancialmente admissível mas que devia ter sido tomada muito antes e no quadro de opções estruturais adequadas, é o caso da «policia ferroviária» ou da atribuição de competências específicas à PSP e GNR em matéria de combate ao pequeno tráfico de drogas.

Mas o Governo e nomeadamente o MAI não conseguem fazer esquecer o falhanço da sua «reforma das polícias», comprovada à exaustão pela generalizada degradação da tranquilidade dos cidadãos e condenada na rua pelas populações, não con-

seguem escamotear o respectivo carácter neoliberal, muito mais preocupado com a diminuição das despesas do que com a resolução dos problemas, como aliás já hoje autarcas e até deputados do próprio partido do Governo reconhecem.

## Desvarios à direita

O Governo do PSD e a direita em geral têm procurado cavalgar o desespero e impotência que se instalou em populações de zonas mais castigadas pela criminalidade para dar corda a «soluções», autoritárias e repressivas, pondo em causa direitos dos cidadãos.

Por isso se afadigam no reforço do SIS e na eficácia do seu funcionamento como quase polícia política, não lhe regateando meios, ou na implementação de estruturas de espionagem com ou sem rótulo de Schengen.

Por isso se empenham na policialização da sociedade e no reforço das estruturas europeias federalistas de polícia e dos corpos especiais e de intervenção da PSP e GNR.

Por isso promovem a «Europa fortaleza», inventam «bodes expiatórios» xenófobos e racistas, e alimentam o conceito fantasma de «inimigo interno» como cimento unificador para a «defesa da ordem pública».

Por isso não perdem uma ocasião para juntar novas medidas governamentalizadoras em detrimento da autonomia dos tribunais e das liberdades dos cidadãos, reverso da opacidade com que escondem a actividade de certos serviços do Estado e beneficiam a clientela.

É o desvario autoritário do Governo PSD a que se soma o desvario reaccionário em busca das pulsões mais primárias que se manifestam na sociedade, para daí colher, enredados, alguns votos embevecidos pela demagogia populista, ou iludidos pelo falar grosso e o dedo em riste.

As «novidades» deste discurso, a defesa do aumento substancial das penas, um destes dias eventualmente da pena de morte, e a teoria do «castigo exemplar» para resolver os problemas de insegurança pública, omite deliberadamente que, onde foram aplicadas, só agravaram a espiral de criminalidade e violência.

O novo Código Penal, que por outras razões teve o voto contra do PCP, viu justamente agravadas algumas das penas relativas aos crimes contra as pessoas mas mantém um certo equilíbrio penal e uma perspectiva correcta de ressocialização do delincente.

Por isso, nesta matéria, a questão não se coloca neste momento na alteração da política penal mas sim em fazer funcionar a justiça com celeridade e em dotar o sistema prisional de meios que tornem possível a reinserção social do detido, em vez de o devolver ao desemprego e à sociedade injusta e violenta, mais violento e anti-social.

## Desvarios em alternância

O PS fez os seus «Estados Gerais» e das conclusões, nesta matéria, regista-se com curiosidade a anexação de ideias e propostas antes preconizadas pelo PCP, não vem daí nenhum mal ao mundo, antes pelo contrário.

Mas o PS mostra-se mesmo assim incapaz de ultrapassar as limitações da sua política de alternância, que assumidamente se recusa a



ser alternativa. Daí a insistência na «política de solidariedade», evitando cuidadosamente qualquer referência a justiça social.

Daí a veneração atenta e obrigada do terceiro pilar de Maastricht e do «espaço Schengen» onde o PS costuma ser mais federalista que a direita sem complexos.

Daí que mesmo a revisão do dispositivo das superesquadradas, finalmente admitida, não venha acompanhada de nenhuma apreciação crítica de princípio ou menos ainda do compromisso de inverter o sentido da actual «reforma das polícias».

Daí que, embora com uma argumentação mais prudente, um papel central de toda a política do PS a este respeito caiba ao desvario das «polícias municipais» com competências de segurança e ordem pública, inconstitucionais e disfuncionais, fonte de encargos para o poder local e alibi para a ineficácia e irresponsabilidade deste ou de outro Governo. Daí que, rasgando compromissos anteriores, o PS nada adianta quanto à desmilitarização da GNR e ao reconhecimento dos direitos sindicais dos estatuidos.

E, finalmente, desvario dos desvarios, eis que o PS, talvez assustado com o «protagonismo» do CDS, vem aderir à campanha pelo aumento das penas e, com o destino piedoso da defesa de vítimas especialmente vulneráveis, vem preconizar «um agravamento sistemático da reacção punitiva nos crimes praticados com violência contra pessoas».

Ou seja, o PS, concorrendo como de costume em todos os tabuleiros da caça ao voto e pouco preocupado com o cumprimento de promessas — que em muitos casos se anulam mutuamente — adere à pressa às posições mais conservadoras do «castigo exemplar» ao arripio do «Contrato de Legislação».

Assim vão as responsabilidades e desvarios em matéria de segurança das populações, de direita ou de alternância. E também neste caso se torna dia a dia mais evidente a necessidade da contribuição do PCP, ao nível da definição das políticas do Estado, para a resolução dos problemas de insegurança das populações. O caminho está em políticas de desenvolvimento integrado que erradiquem as causas sociais da criminalidade, em políticas de segurança urbana que apostem no policiamento preventivo, entrosado com as populações e dotado de meios suficientes, em políticas de investigação criminal com meios e vontade política para o combate à corrupção e à alta criminalidade, em políticas de justiça que assegurem a independência dos tribunais e a sua eficácia, em políticas penais modernas, eficazes e ressocializantes e, sempre, no respeito e aprofundamento dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

# PONTOS CARDEAIS

## Desilusões

O eurodeputado socialista António Campos está desiludido com a política e com o país. Em recente entrevista a um semanário, critica tudo e todos, excepto Guterres e os Estados Gerais, garante que não fará parte de um hipotético futuro Governo socialista e queixa-se de falta de discussão em Portugal. Começando pelo tema que lhe é mais caro - a discussão -, António Campos diz não conhecer "nenhuma democracia, mesmo rasca, onde o primeiro-ministro tenha estado tanto tempo no poder sem participar em debates públicos", para logo gabar os Estados Gerais do PS, onde "personalidades importantes" terão discutido, mas em que não participou por considerar que pessoas como ele, envolvidas em actividades partidárias, não deveriam participar em tais movimentos. A ideia, presume-se, é deixar as "personalidades importantes" a discutir sozinhas. É ainda por causa da discussão,

ou falta dela, que António Campos não quer fazer parte do Governo, se o PS ganhar as eleições. Na sua opinião, "só se vai para o Governo quando se acha que há no país apetência de mudança coincidente com a nossa". Como o país, mesmo com um PS ganhador, não estará coincidente com a mudança mas "só está interessado em discutir especulação financeira, em criar dicotomias entre a política, a sociedade civil e a informação", Campos desiste.

Foi por isso, confessa, que se mudou para Bruxelas. Aí, como se sabe, as discussões não são de molde a desiludir ninguém.

## Reisública

O casamento de D. Duarte Pio João Miguel Gabriel Rafael de Bragança, duque de Bragança, marquês de Vila Viçosa e conde de Arraiolos, Ourém, Barcelos, Faria, Neiva e Guimarães, com Isabel Inês de Castro Curvello de Herédia, no próximo dia 13 de Maio na Cova da Iria, perdão, no Mosteiro dos Jerónimos, está a

agitar o *jete sete* nacional. Mário Soares já tem cadeirinha marcada na primeira fila, assim como Cavaco Silva; o cardeal patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, estará em destaque a celebrar o enlace; e as primeiras presenças reais confirmadas são as dos monarcas da Suazilândia e de Cabinda, ou não fosse vocação da realeza portuguesa ser de alguém e de além-mar. Como D. Duarte, para abreviar, apesar do nome sonante de emissora nacional, não tem fortuna pessoal de vulto, à notícia do casório logo se formou uma cadeia nacional de solidariedade para suportar os custos de tão dispendiosa cerimónia, que um aspirante a rei, mesmo sem trono, nem reino, nem fortuna de vulto, não se pode casar como qualquer mortal, com boda na paróquia da freguesia e copo de água no restaurante do bairro. Ele são empresas a fornecer

papel para cartas, convites e fotocópias; a tirar fotografias dos noivos; a emprestar linhas e telefones; a arquivar recortes de imprensa; a garantir a cobertura televisiva; a produzir serviços de mesa e cristais; a lançar um Porto especial; artistas a acotovelarem-se para animar a festa, etc., etc., etc. Mas o mais comovente é ver a Presidência da República e o Governo a enterrarem o machado de guerra e a darem-se as mãos para permitir ao real nó uma dignidade de Estado. Os custos, claro, suporta-os o erário público. E para que ninguém fique esquecido, até haverá um espectáculo popular, na Praça do Império, como convém. Uma única, pequena, comezinha preocupação atormenta o gabinete do duque de Bragança: que o arraial popular não prejudique a pompa e circunstância da cerimónia. Lá por pagar a conta, não se pense

que o Zé Povinho é convidado de honra.

## Fé na estrada

Com menos circunstância mas com muita pompa, quem não dispensa uma ida até Fátima, no próprio dia do casamento real, é a direcção do PS. A fazer fé em notícias vindas a lume, 14 de Maio é a data marcada para o arranque da caravana socialista por esse Portugal fora, em visita ao país real, não o de D. Duarte mas o outro, o plebeu, e para que tudo corra bem nada melhor do que a benção preventiva no santuário, não vá o diabo tecê-las. Os jornalistas que não estiverem creditados nos Jerónimos e sigam as pisadas de Guterres poderão contar com um autocarro recheado de telemóveis e faxes, para que nada se perca deste mergulho socialista no país profundo. A organização promete "grande aparato". Consta que Guterres tem estado recolhido, a carregar as pilhas.

## FRASES da SEMANA

“Espero que o dr. Santana Lopes, que meteu a dra. Zita neste lugar, a leve com ele para o Sporting, a bem do cinema português e do Benfica.”

☞ (João Botelho, realizador - «Diário de Notícias», 09.04.95)

“Portugal Telecom, um negócio com futuro.”

☞ (slogan publicitário - «Expresso-Revista», 08.04.95)

“Quem quer brilhar, dar pão e circo, é Cavaco. Nogueira não está no Governo para capitalizar o possível. Está algures na Malcata.”

☞ (Nuno Brederode Santos - «Expresso-Revista», 08.04.95)

“Seja bem-vindo ao PS”

☞ (Jaime Gama a Fernando Nogueira, durante o debate na AR sobre a transparência da vida política - «Semário», 08.04.95)

“Trata-se de uma atitude de carácter pessoal que não pode ser explorada politicamente.”

☞ (Pacheco Pereira, em conferência de imprensa, sobre a sua demissão - «Semário», 08.04.95)

“Objectivamente, não recebi nenhum recado em tempo útil.”

☞ (idem)

“Foi-me enviada informação pela Direcção-Geral das Pescas. Falei com o meu colega espanhol, que não sabia do assunto, dei-lhe cópia dos faxes que recebi e ele prometeu que ia ver o que é que se passava.”

☞ (Duarte Silva, Ministro da Agricultura e das Pescas, sobre o seu “conhecimento” do apresamento de um barco português na Galiza - «Público», 07.04.95)

“Portugal continua a ser bom aluno.”

☞ (Jacques Delors - «Expresso-Revista», 08.04.95)

“Sempre me pareceu estranho que antigos militantes católicos, que entraram em dissidência com as estruturas centralizadas e fortemente hierarquizadas da Igreja de Roma, viessem a aderir aos partidos comunistas, igualmente centralizados e hierarquizados, embora não neste momento à escala mundial - mas que já o foram.”

☞ (Nuno Teotónio Pereira - «Público», 11.04.95)

“Declaro desde já que o meu conhecimento da Igreja decorre de uma experiência pessoal, vivida no seu interior e que o que sei do PCP é uma visão desde o exterior.”

☞ (idem)

“Há um problema de som no cinema português.”

☞ (Antoine Bonfanti, engenheiro de som francês - «Público», 07.04.95)

## PONTOS NATURAIS Observações

### O derrotista

O sol nasce quando um tal diz que não mais o verão os que o têm por ideal. Sim, o Sol nasce. Ele, não.

### Consciência

Eu é que te entendo, pá. Dizes que dás. Estou vendo. Quem faz o preço ao que dá diz que dá, mas está vendendo.

### Perfil

O que disse, contradiz e o que diz logo o dirá? Cá pra mim o que ele diz nem o está dizendo já.

### Dizer não

Com belas penas se enfeita para impor o seu ardil mas o povo não aceita e é aí que renasce Abril.

### Bancos

Quem já teve, outra vez tem como já teve, é que não. Não te assustes, coração águas vêm e águas vão...

### Actualidade

Vinte e cinco de Abril houve sem mentira e sem enganar. É isso que alguém descobre ao fim de vinte e um anos...

### Coisas deles

«Dele não estou nada perto. Ódio é tudo o que lhe dou. Mas pode ele estar bem certo de ter todo o meu apoio...»

### Visão

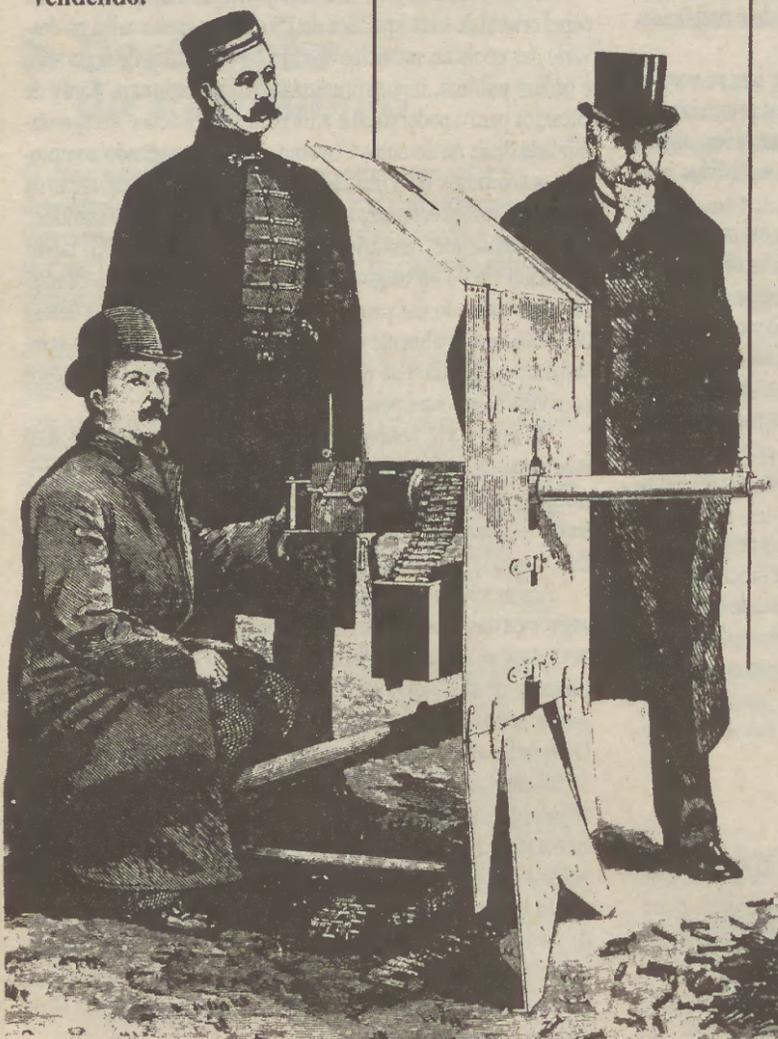
Dão todos a mesma imagem e à mesma fonte lá vão. É esta a grande vantagem de haver mais televisão...

### Dinheiro aos partidos

Donativos? Toma lá! Mas é preciso saber que o dinheiro não se dá. Dinheiro põe-se a render.

### A questão

Quem semeia primavera sempre uma flor lhe responde. Quem de amanhã nada espera viaja, afinal, para onde?



Mário  
Castro

## Reuniões e plenários

### LISBOA

Reunião de activistas da Juventude CDU da Cidade de Lisboa: segunda-feira, 17, às 19 h, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário da célula do Ministério da Educação: quarta-feira, 19, às 18 h, no CT Vitória

### PORTO

Reunião de militantes do Sector Intelectual do Porto, com a participação do camarada Vidal Pinto: terça-feira, 18 de Abril, às 21,30 h, no Centro de Trabalho da Boavista.

### AMADORA

Plenário de jovens comunistas: no Centro de Trabalho do PCP, hoje, quinta-feira, às 21,30 h.

Encontro de apoiantes e activistas da CDU nas empresas da Amadora: no salão da Junta de Freguesia de Falaqueira/Venda Nova, quarta-feira, 19, às 18,30 h.

### CASCAIS

Plenário de militantes que trabalham nas empresas da freguesia de S. Domingos de Rana, sobre a situação política e social, o 25 de Abril e 1º Maio: quinta-feira, 20, às 18 h, no CT de Tires.

Com idêntica ordem de trabalhos, plenários de militantes que trabalham nas empresas da freguesia de Alcabideche: quarta-feira, 19, às 17,30 h, no CT de Alcabideche.

### SINTRA

Plenário da Comissão Concelhia, sobre a situação política e social e tarefas imediatas do Partido, e preparatório da III Assembleia da Organização: segunda-feira, 17, às 21h, no CT de Rio de Mouro.

### Amizade Portugal-Cuba

## Visita de Abel Prieto

O Dr. Abel E. Prieto, presidente da União dos Escritores e Artistas de Cuba, deputado, membro do Conselho de Estado e da Comissão Política do Partido Comunista Cubano visita Portugal, de 18 a 25 de Abril, a convite da Associação de Amizade Portugal-Cuba.

Do programa da visita constam actos públicos, dos quais destacamos:

— no dia 18, terça-feira, pelas 18h30 no Palácio Galveias, encontro com a Associação de Amizade Portugal-Cuba;

— no dia 19, das 15 às 17h, encontro com jovens na Faculdade de Letras de Lisboa; às 18h, Abel Prieto profere uma palestra na Sociedade Portuguesa de Autores sobre "Cultura e Revolução em Cuba 1959-95";

— no dia 20, encontro na AR com o Grupo de Amizade Parlamentar Portugal-Cuba; e às 21.30, no CT Vitória, Encontro com o Sector Intelectual da DORL;

— sexta-feira, 21, em Coimbra, conferência na Casa Municipal da Cultura sob o tema "História e Ideologia - 35 Anos de Revolução".

Está ainda previsto que Abel Prieto possa estar presente em sessões públicas nas cidades de Porto e Setúbal.



**CARLOS CARVALHAS**

participa na 4ª feira, 19, a partir das 10 h no programa FORUM da TSF

## PAIO PIRES

Plenários de militantes da célula da SIDERURGIA NACIONAL no CT de Paio Pires

para discussão da situação política e social e de questões de Direcção e Organização:

- Serviços - terça, 18, às 17,45 h.
- Longos - quarta, 19, às 17,30 h.
- Planos - quinta, 20, às 17,30 h.

## Jornada de esclarecimento junto às empresas da Venda Nova

com a participação de dirigentes sindicais e activistas da CDU

Quinta-feira, 20, a partir das 12,30 h.

## O PENSAMENTO MARXISTA E O NEOMARXISMO

22 de Abril de 1995

17.00h

Com a participação de Aurélio Santos

(membro do Conselho de Redacção da Revista "Vértice")

Sede Nacional da JCP

(Rua Sousa Martins, N.º 8)

Organização do Ensino Superior de Lisboa



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

# 25 Abril

Por todo o país estão a ser anunciadas iniciativas comemorativas do 25 de Abril, nalguns casos e com relevo para os Municípios presididos pela CDU com vastíssimos programas de animação cultural e desportiva. É o caso do Barreiro, Vila Verde, Amadora ou Sines; é o caso de Loures, que deu início às comemorações no passado dia 1 de Abril abrindo no Museu Municipal uma exposição de pintura e que tem em curso neste fim-de-semana a segunda iniciativa programada — o *Workshop Loures Jazz* para alunos do Secundário.

Também o PCP e a CDU promovem iniciativas comemorativas. Anunciam-se hoje algumas das que têm "inscrições abertas": para participar é preciso decidir e comunicá-lo com alguma antecedência...

### LISBOA

● Jantar-convívio na Voz do Operário, promovido por trabalhadores de Empresas e Serviços de Lisboa, com a participação do Capitão de Abril Dinis de Almeida — 5ª feira, dia 20, às 19,30 h (Inscrições: tel. 01.528023)

● Almoço-convívio no Centro de Trabalho Vitória das freguesias de S. José, Pena, Coração de Jesus, S. Nicolau, Mártires - sábado, 22, 13,00 h (Inscrições: tel. 01.35627151617)

● Almoço-convívio na Feira Popular (Restaurante "Imperador dos Frangos") das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião - domingo, 23, 12,30 h

● Jantar comemorativo dos Trabalhadores de Seguros — 6ª feira, 21

● Jantar-convívio dos Trabalhadores da EDP no Salão do CT Vitória, com a participação de José Casanova — 5ª feira, 19, às 19,30 h

### SANTO TIRSO

● Vilarinho — Jantar comemorativo no salão da Pastelaria S. Miguel - 2ª feira, 24,20 h

● Guidões — Jantar comemorativo no Lugar da Igreja — 2ª feira, 24, 20,30 h

### S. DOMINGOS DE RANA

● Jantar comemorativo no Centro de Trabalho do PCP - 2ª feira, 24,20 h

### VEISEU

● Jantar comemorativo na Esc. Secundária Alves Martins - 3ª feira, 25, 19h30 (Inscrições: tel. 032.423285, fax 032.428731)

TEATRO

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto, Rua das Oliveiras. Tel. 2004540. De 3ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **LUZES DE PALCO**, encenação de Norberto Barroca, pelos Seiva Trupe.

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **AUTO DA ÍNDIA & COMPANHIA**, adaptação de textos de Gil Vicente, encenação de Acácio Carvalho, pelo Teatro Experimental do Porto.

COMUNA

Lisboa, Pç. Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **A PULGA ATRÁS DA ORELHA**, de George Feydeau, encenação de João Mota, pelo Teatro da Comuna. - Sábados e domingos, às 16h: **EU TU ELE NÓS VÓS ELES**, de Sérgio Godinho, encenação colectiva do grupo Eu Tu Ele.

CONVENTO DOS INGLESIINHOS

Lisboa, Tv. dos Inglesinhos (Bairro Alto). De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **COMÉDIA EUFRÓSINA**, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, encenação de Silvína Pereira, pelo Teatro Maizum.

MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES

Cascais. Marcações: tels. 4670320 e 4867933. De 3ª a dom. 21.30. **ESTÁ LÁ FORA UM INSPECTOR**, de J. B. Priestley, pelo Teatro Experimental de Cascais.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.30. **LORCA ESPANHA CUMPLICIDADES**, dramaturgia e encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7955822. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A MORTE E A DONZELA**, de Ariel Dorfman, encenação de Fernanda Lapa, pelo Novo Grupo.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **NÃO HÁ NADA QUE SE COMA**, de Francisco Pestana, encenação de Rui Luís Brás. - De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: **MARLY, A VAMPIRA DE OURINHOS**, de Carlos Queiroz Telles, encenação de Maria do Céu Guerra.

TEATRO IBÉRICO

Lisboa, Rua de Xabregas, 54. De 5ª a dom. às 21.30. **O VENENO DO TEATRO**, de Rodolf Sierra, encenação de José Blanco Gil, pela Companhia do Teatro Ibérico.

TEATRO MALAPOSTA

Olival Basto, R. Angola. Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A MORTE DE UM CAIXEIRO VIAJANTE**, de Arthur Miller, encenação de José Peixoto.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. **Sala Estúdio - 2ª** às 21.30: **EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!!**, de Mário Viegas.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Lg. da Trindade. Tel. 3420000. **Sala Estúdio - De 4ª a sáb.** às 19.45. **VALSA Nº 6**, de Nelson Rodrigues, encenação de Rodolfo Garcia Vasquez.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
6	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
7	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
8	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
9	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
10	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
11	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
12	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
13	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

**HORIZONTAIS:** 1 — Traficantes; desgraça; 2 — Aquelas que lêem; remedeie; 3 — Prep.; exclusivas; peças de vestuário para os pés e pernas; 4 — Corpo aeriforme; mulheres que criam filhos alheios; cortesã grega amante de Alexandre; 5 — Nome grego do Deus do Amor; duas de dois; parencas; centésimo quinto; 6 — Quadros; bruxa entre os romanos; solteirona; 7 — Parte do intestino delgado; inflexão de voz; aflição; 8 — Aparelho radioelétrico para localizar objectos no espaço; não frequentes; suspiros; 9 — Passados; poeira; dar ais; alternativa; 10 — Lamentos; camada gordurosa e lustrosa; peixe abundante no mar dos Açores; 11 — Sódio (s.q.); batalha travada entre os reis de Castela e Portugal e o formidável exército do emir de Marrocos; regar; 12 — Superfície equidistante em toda a sua extensão; campo; 13 — Relembra; repetição de som.

**VERTICAIS:** 1 — Vegetalista; 2 — Oportunidade; passa para outro dia; 3 — Art. árabe; consistentes; haste; 4 — Sem roupa; espécie de bandejos de metal; tio da América; 5 — Nome de uma cançonetista; ente; cicatrizes; 6 — Vocabulo que origina outro; descascam; 7 — Relativo à voz (pl.); peixe muito apreciado; 8 — Furores; fruto da ateira; rio polaco; 9 — Cont. prep. e art.; actualmente; panela; 10 — Art. enredo; viração; 11 — Mulheres com filhos; satanás; 12 — Meia dúzia; gelha na pele; 13 — Em maior quantidade; sirga; peixe acantopterígio; 14 — Nome de mulher; vela grande de cera; heroína e santa francesa; 15 — Prejudicava; transpirarão.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

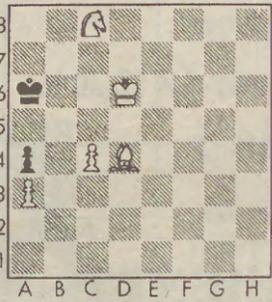
**HORIZONTAIS:** 1 — Uniformidades; 2 — Uterino; domínio; 3 — Goa; elo; até; 4 — Cãs; arula; aio; 5 — Vão; azo; era; 6 — Ana; rim; Set; sor; 7 — Tô; par; Lia; 8 — ETA; dotavam; lãs; 9 — Saúde; ali; óbice; 10 — Amiba; 11 — Ame; ido; iró; 12 — Mel; mesário; bis; 13 — Aliá; rasas; pano.

**VERTICAIS:** 1 — Ur; iates; uma; 2 — Ut; notas; el; 3 — Negava; au.; ali; 4 — Irosa; dom; 5 — Fia; orada; em; 6 — On; iró; Er.; 7 — Roeram; Tamisa; 8 — Luz; cálidas; 9 — Ídolos; víbora; 10 — Dó; ela; is; 11 — Ama; étimo; lo; 12 — Ditar; bar; 13 — Eneias; LI; oba; 14 — Si; opaco; in; 15 — Ou; frase; uso.

XADREZ

DVIII - 13 DE ABRIL DE 1995  
PROPOSIÇÃO Nº 1995X029  
Por: THEODORE HERLINB  
Le Palamède, 15.IV.1845

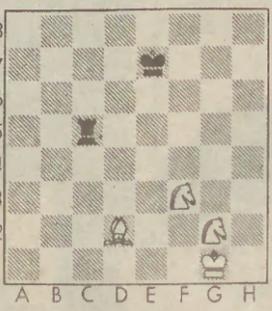
Pr: [2]: Pa4 - Ra6  
Br: [5]: Ps.a3, c4 - Cc8 - Bd4 - Rd6



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X030  
Por: HENRI RINCK  
La Stratégie, 1920

Pr: [2]: Tc5 - Re7  
Br: [4]: Cs.f3, g2 - Bd2 - Rg1



Branças jogam e ganham

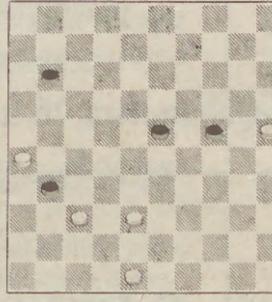
**SOLUÇÕES DO Nº DVIII**  
Nº 1995X029 [Th. H.]: 1. Rç7!, Ra5; 2. Bf6, Ra6; 3. Bd8, Ra5; 4. Rb7#  
Nº 1995X030 [H. R.]: 1. Bb4!, Rd6; 2. Cc5, Rd5; 3. Cf4+, Re5; 4. Cd3+, Rd4; 5. Cc5, Rc4; 6. Ba3 e g.  
Se: 3. ..., Rd4; 4. Cc6+ eg.

A. de M. M.

DAMAS

DVIII - 13 DE ABRIL DE 1995  
PROPOSIÇÃO Nº 1995D029  
Por: G. L. GORTMANS  
GB, 1938

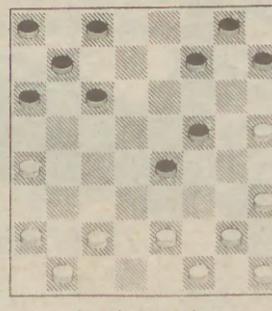
Pr: [4]: 11-23-24-31  
Br: [5]: 25-26-37-38-48



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D030  
GOLPE Nº 116  
Por: GUIDO BOCCALI  
Damasport Nº 7/8 18.XII.1959

1. 11-15, 22-18; 2. 10-13, 26-22; 3. 13-17, 30-26; 4. 6-11, 18-14; 5. 11-18, 21-14; 6. 12-16, 22-19; 7. 15-22, 27-18; 8. 3-6 Diagrama



Pretas jogam e ganham

**SOLUÇÕES DO Nº DVIII**  
Nº 1995D029 [G. L. G.]: 1. 25-20, (31-33); 2. 20-38, (23-29); 3. 38-33 (29x33); 4. 26-21 e 5. 21-17+  
Se: 2. ..., (11-17); 3. 26-21, (17x26); 4. 38-33 e 5. 48-42 e 6. 42-37+  
Nº 1995D030 [G. B.]: 8. ..., 18-13; 9. 9-18, 14-11; 10. -. 23-20; 11. 16-23, 28-3 = D+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 13

**O Cantor de St. Louis**  
«St. Louis Blues» (EUA/1958).  
Real.: Allen Reisner. Int.: Nat «King» Cole, Eartha Kitt, Cab Calloway, Ella Fitzgerald, Pearl Bailey. P/B, 90 min. **Biográfico / Musical.** (14.50, SIC)

**Sansão e Dalila**  
«Samson and Delilah» (EUA/1951). Real.: Cecil B. DeMille. Int.: Heddy Lamar, Victor Mature, George Sanders, Angela Lansbury. Cor, 128 min. **Bíblico.** (21.00, Quatro)

SEXTA, 14

**O Circo**  
«The Circus» (EUA/1928). Real.: Charles Chaplin. Int.: Charles Chaplin, Merna Kennedy, Allan Garcia, Betty Morrissey, Harry Crocker. P/B, 70 min. **Ver Destaque.** (14.50, SIC)

**O Rei dos Reis**  
«The King of Kings» (EUA/1927). Real.: Cecil B. DeMille. Int.: H. B. Warner, Joseph Schildkraut, Jacqueline Logan, Victor Varconi. P/B, Cor, 142 min. **Ver Destaque.** (23.40, TV 2)

**Alexandre, o Grande**  
«Alexander The Great» (EUA/1956). Real.: Robert Rossen. Int.: Richard Burton, Fredric March, Claire Bloom, Danièle Darrieux, Peter Cushing. Cor, 139 min. **Ver Destaque.** (01.25, Canal 1)

SÁBADO, 15

**Quo Vadis?**  
«Quo Vadis?» (EUA/1953). Real.: Mervyn LeRoy. Int.: Robert Taylor, Deborah Kerr, Leo Genn, Peter Ustinov, Finlay Currie. Cor, 155 min. **Ver Destaque.** (16.45, Quatro)

**O Anjo do Farol**  
«Captain January» (EUA/1936). Real.: David Butler. Int.: Shirley Temple, Guy Kibbee, Slim Summerville, June Lang. P/B, 76 min. **Musical / Dança.** (18.20, TV 2)

**Quando Danço Contigo**  
«Easter Parade» (EUA/1948). Real.: Charles Walters. Int.: Judy Garland, Fred Astaire, Peter Lawford, Ann Miller, Jules Munshin. Cor, 99 min. **Ver Destaque.** (01.00, Quatro)

**O Escorpião**  
«Scorpio» (EUA/1972). Real.: Michael Winner. Int.: Burt Lancaster, Alain Delon, Paul Scofield, John Colicos, Gayle Hunnicutt. Cor, 110 min. **Ver Destaque.** (01.20, Canal 1)

**Havana**  
«Havana» (EUA/1990). Real.: Sidney Pollack. Int.: Robert Redford, Lena Olin, Alan Arkin, Tomas Milian, Daniel Davis, Tony Plana. Cor, 135 min. **Ver Destaque.** (01.15, SIC)

DOMINGO, 16

**Fátima, Terra de Fé**  
(Port./1943). Real.: Jorge Brun do Canto. Int.: Barreto Poeira, Graça Maria, Oliveira Martins. P/B, 120 min. **Drama.** (16.50, SIC)

**Gorilas na Bruma**  
«Gorillas in the Mist» (EUA/1988). Real.: Michael Apted. Int.: Sigourney Weaver, Bryan Brown, Julie Harris, John Omirah Miluwi. Cor, 125 min. **Ver Destaque.** (16.55, Canal 1)

**Os Ricos e os Pobres**  
«Trading Places» (EUA/1983). Real.: John Landis. Int.: Eddie

Murphy, Dan Akyroyd, Ralph Bellamy, Don Ameche, Denholm Elliott. Cor, 112 min. **Ver Destaque.** (22.20, SIC)

**Acto da Primavera**  
(Port.). Real.: Manoel de Oliveira. Int.: Nicolau da Silva, Ermelinda Pires, Maria Madalena, Amélia Chaves, Luís de Sousa. Cor, 94 min. **Ver Destaque.** (a partir das 22.30, TV 2)

**Rei David**  
«King David» (EUA/1985). Real.: Bruce Beresford. Int.: Richard Gere, Edward Woodward, Alice Kroger, Denis Quilley. Cor, 110 min. **Bíblico.** (23.00, Canal 1)

SEGUNDA, 17

**Bandidos à Força**  
«The Great Missouri Raid» (EUA/1950). Real.: Gordon Douglas. Int.: Wendell Corey, MacDonald Carey, Ellen Drew. Cor, 80 min. **Biográfico / «Western».** (14.50, SIC)

**Duro de Roer**  
«Hard to Kill» (EUA/1990). Real.: Bruce Malmuth. Int.: Steven Seagal, Kelly LeBrock, Bill Sadler, Frederick Coffin, Bonnie Burroughs. Cor, 92 min. **«Thriller».** (22.20, SIC)

TERÇA, 18

**Camarada Princesa, Agente em Londres**  
«The Spy With a Cold Nose» (Gr.Br./1966). Real.: Daniel Petrie. Int.: Laurence Harvey, Daliah Lavi, Lionel Jeffries. Cor, 90 min. **Espionagem / Comédia.** (14.50, SIC)

**O Rapaz na Redoma**  
«The Boy in the Plastic Bubble» (EUA/1977). Real.: Randal Kleiser. Int.: John Travolta, Glynnis O'Connor, Robert Reed. Cor, 93 min. **Telefilme Dramático.** (21.30, Quatro)

**A Estratégia da Aranha**  
«La Strategie del Ragno» (It./1970). Real.: Bernardo Bertolucci. Int.: Giulio Brogi, Alida Vali, Tino Dcotti, Pippo Campanini. Cor, 93 min. **Ver Destaque.** (22.45, TV 2)

**Brincando com o Terror**  
«Silent Night, Deadly Night 5: The ToyMaker» (EUA/1991). Real.: Martin Kitrosser. Int.: Jane Higginson, William Thone, Tracy Frain. Cor, 90 min. **Terror.** (02.20, Canal 1)

QUARTA, 19

**O Pioneiro**  
«Night of the Grizzly» (EUA/1966). Real.: Joseph Pevney. Int.: Clint Walker, Martha Hyer, Keenan Wynn, Nancy Kulp, Ron Ely. Cor, 98 min. **«Western».** (14.50, SIC)

**Perfeição**  
«Perfect» (EUA/1985). Real.: James Bridges. Int.: John Travolta, Jamie Lee Curtis, Anne De Salvo, Marilu Henner, Laraine Newman. Cor, 120 min. **Drama.** (21.30, Quatro)

**Tchaikowsky, Delírio de Amor**  
«The Music Lovers» (Gr.-Br./1970). Real.: Ken Russell. Int.: Glenda Jackson, Richard Chamberlain, Max Adrian. Cor, 122 min. **«Biográfico / Musical».** (01.55, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Lançamento do livro de **Dias Lourenço** "Vila Franca de Xira um Concelho no País" no dia 20 de Abril de 1995, pelas 21.00 horas no Auditório da Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira

Associação de Amizade Portugal-Cuba  
**20 Anos a Viajar para Cuba**  
Venha conhecer a Revolução Cubana  
Os melhores programas Culturais e Turísticos  
**Páscoa - 14 a 24 de Abril**

Informações e marcações pelo ☎ 385 73 05 ou na sede R. Rodrigo da Fonseca, 107 r/c Esq.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 13

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Cinzas
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Férias Coloridas
15.55 Missão Impossível
16.45 Com a Verdade me Enganas
17.25 Jesus da Nazaré
19.05 Desencontros
20.00 Telegjornal
20.40 Futebol: Estrela da Amadora-Benfica
22.40 Isto Só Vídeo
23.10 74.5 Uma Onda no Ar
24.00 Coisas da Vida
01.00 24 Horas
01.40 Remate

Sexta, 14

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Cinzas
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Sol Sem Fronteiras
16.25 Jesus da Nazaré
18.05 Desencontros
18.45 Futebol - Camp. Mundo de Juniores: Honduras-Portugal
20.45 Telegjornal
21.15 74.5 Uma Onda no Ar
22.05 Desculpem Qualquer Coisinha
22.45 Concurso 1, 2, 3
00.30 24 Horas
01.10 Remate
01.25 Alexandre, o Grande (ver «Filmes na TV»)

Sábado, 15

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Coração Selvagem
14.00 Made in Portugal
14.30 Clube Disney
16.10 As Aventuras de Brisco County
16.45 Arca de Noé
17.55 Musical: Gonçalo da Câmara Pereira
18.50 Desencontros
19.55 Totoloto
20.00 Telegjornal
20.40 Futebol: Belenenses-Porto
22.40 Parabéns
00.15 Especial Desporto
01.00 24 Horas
01.20 Escorpião (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews

Domingo, 16

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.25 86-60-86
14.55 Kung Fu - A Lenda Continua
15.40 A Lei de Burke
16.25 A Grande Pirâmide
16.55 Gorilas na Bruma (ver «Filmes na TV»)
19.00 Casa Cheia
19.50 Joker
20.00 Telegjornal
22.40 Magia
21.55 Eu Tenho Dois Amores
23.00 Rei David (ver «Filmes na TV»)
01.20 No Calor da Noite

Segunda, 17

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.30 Férias Coloridas
16.20 Eu Tenho Dois Amores
17.40 Missão Impossível
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telegjornal
20.40 Futebol: Estrela da Amadora-Benfica
22.40 74.5 Uma Onda no Ar
23.30 Zona+Carlos Cruz
01.10 Caminhada sem Trêguas
02.00 24 Horas
02.35 Remate

- CANAL 2
16.00 Televidas
17.05 A Casa do Caçador
18.00 Escola Paraíso
18.30 Futebol (Camp. Mundo Juniores): Argentina-Portugal
19.00 Caderno Diário
20.45 Marcos da Ciência
21.10 Magazine - «Saúde»
21.00 Segunda Parte
21.45 Ver para Ler
21.50 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Bailado - «Coppelia»
00.30 Souvenirs

- SIC
11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Bandidos à Força (ver «Filmes na TV»)
15.45 Buéréré
16.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Ponto de Encontro
22.20 Duro de Roer (ver «Filmes na TV»)
00.15 Último Jornal
00.30 Flash Back

- QUATRO
10.30 Lumen 2000
11.00 Clube da Manhã

Terça, 18

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.30 Férias Coloridas
16.20 Com Peso e Medida
17.40 Missão Impossível
18.30 Com a Verdade me Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telegjornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 Nico d' Obra
21.55 A Mulher do Sr. Ministro
22.30 Cabaret
23.40 Prova Oral
01.25 24 Horas
02.05 Remate
02.20 Brincando com o Terror (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
16.00 Televidas
17.05 A Vida Continua
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Rotações
21.10 Magazine - «Cinema»
21.40 RTP/Financial-Time
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 A Estratégia da Aranha (ver «Filmes na TV»)
00.20 Alta Frequência - «Eric Clapton»
01.20 Souvenirs

- SIC
11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
14.50 Camarada Princesa, Agente em Londres (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 Futebol: Borússia-Juventus
22.15 Irmãos Coragem
23.15 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
00.45 Casos de Polícia
01.45 Último Jornal
00.30 Sybill

Quarta, 19

- CANAL 1
08.05 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.30 Cabaret
16.40 Viva a Avonlea
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.00 Desencontros
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telegjornal
20.25 Futebol: Milão-PSG
22.30 74.5 Uma Onda no Ar
23.20 Operação Thor (ver «Filmes na TV»)
01.00 24 Horas
01.40 Remate
01.55 Tchaikovsky - Delírio de Amor (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
12.00 Televidas
17.05 A Sombra da Dúvida
18.05 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Universo Interior
21.05 Paletas e Pincéis
21.35 Ver para Ler
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Fogo Cruzado
23.50 Liga dos Campeões
00.50 O Som do Silêncio
01.45 Souvenirs

- SIC
11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 O Pioneiro (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.45 All You Need Is Love
22.45 Minas e Armadilhas
00.05 Último Jornal
00.20 Tostões e Milhões



Jorge Palma: hoje na TV2



Eric Clapton: terça na TV2

- CANAL 2
16.00 Televidas
17.05 Perigo nas Montanhas
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.15 O Museu d' Orsay
21.10 Histórias de Cá e Lá
21.40 RTP/Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Guerras da Droga
23.35 Musical: Jorge Palma
00.25 Souvenirs

- SIC
11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 O Cantor de St. Louis (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Os Trapalhões
22.40 A Máquina da Verdade
23.40 A Noite da Má-Língua
00.45 Último Jornal
01.00 Internacional SIC

- QUATRO
09.00 Shopping Center
09.30 Momentos Musicais
10.00 Missa
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Missa
19.25 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
20.50 Fora de Jogo
21.00 Sansão e Dalila (ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Protagonistas
00.45 O 8º Dia

- CANAL 2
16.00 Televidas
17.05 Uma Família Feliz
18.00 Escola Paraíso
18.25 Rua Sésamo
19.10 Os Windsor
20.15 À Roda do Mundo
20.55 Ver Para Ler
21.10 Via Sacra (do Coliseu de Roma)
22.30 TV2 Jornal
23.00 Acontece
23.15 Histórias que o Tempo Apagou
23.40 O Rei dos Reis (ver «Filmes na TV»)
02.10 Souvenirs

- SIC
11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 O Circo (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.45 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Mini Chuva de Estrelas
22.40 Só para Inteligentes
00.15 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
01.30 Playboy

- QUATRO
10.30 Sexta-feira Santa (transmissão da Sé de Lisboa)
13.00 Jornal da Uma
13.30 A Criação (telefilme)
14.00 Éramos Seis
15.00 A Paixão (transmissão da Sé de Lisboa)
17.45 Tempo de Milagres (longa-metragem)
19.25 Novo Jornal
20.25 Fora de Jogo
21.15 Via Sacra (transmissão de Roma)
21.30 Jacob (ver «Filmes na TV»)
00.10 TVI Jornal

- 13.00 Parlamento
14.00 TV2 Desporto
17.45 Para Além do Ano 2000
18.20 O Anjo do Farol (ver «Filmes na TV»)
19.40 Forum Musical
20.35 Praia da China
21.25 Músicas dos Outros
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 Vigília Pascal

- SIC
11.00 Buéréré
13.00 Portugal Radical
14.00 Quatro por Quatro
15.00 Dra. Quinn
16.00 Os Imortais II
17.00 Muita Lôco
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite + A Semana
21.15 Irmãos Coragem
22.15 Cenas de um Casamento
23.00 Sábado Mágico
01.05 Último Jornal
01.15 Havana (ver «Filmes na TV»)
02.10 Souvenirs

- QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 O Céu Como Horizonte
16.45 Quo Vadis (ver «Filmes na TV»)
19.30 Telegjornal
20.05 O Irresistível Forasteiro (ver «Filmes na TV»)
21.30 Vigília Pascal
00.30 Últimas Notícias
00.50 Quando Danço Contigo (ver «Filmes na TV»)
01.00 Clube da Manhã
11.00 Informação Religiosa - Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.30 Mini Gladiadores
16.00 Babylon 5
17.00 Adultos à Força
18.00 O Poder da Lei
18.50 Trocado em Miúdos
19.30 Telegjornal
20.00 Bang Bang
20.35 O Agente Especial
21.30 Não te Enerves
22.00 Cluedo
23.00 Barbra Streisand
01.00 Últimas Notícias
00.15 Jornal do Mundo

- CANAL 2
09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.25 Missa
12.30 Regiões
13.15 Euronews
14.00 TV2 Desporto
17.45 Um País de Floresta
18.35 Circo
19.25 Os Vingadores
20.10 Música ao Domingo: «Músicas do Cinema Europeu»
21.10 Gente Remota - «Brasil - III»
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo (Inclui o filme «Acto de Primavera», de Manoel de Oliveira (ver «Filmes na TV»))

- SIC
11.00 Buéréré
13.00 National Geographic
14.00 Walker, o Ranger do Texas
14.50 Big Show
16.50 Fátima, Terra de Fé (ver «Filmes na TV»)
19.00 Assuntos de Família
20.00 Jornal da Noite
21.20 Médicos Sem Fronteiras
22.20 Os Ricos e os Pobres (ver «Filmes na TV»)
00.30 O Senhor que se Segue
01.30 Já para Fora Cá Dentro
01.45 Último Jornal
02.00 No Fim do Mundo

- QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.00 Informação Religiosa - Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.30 Mini Gladiadores
16.00 Babylon 5
17.00 Adultos à Força
18.00 O Poder da Lei
18.50 Trocado em Miúdos
19.30 Telegjornal
20.00 Bang Bang
20.35 O Agente Especial
21.30 Não te Enerves
22.00 Cluedo
23.00 Barbra Streisand
01.00 Últimas Notícias
00.15 Jornal do Mundo



«O Som do Silêncio», série inspirada na vida de Bell, o inventor do telefone: quarta na TV2



Barbra Streisand em concerto: domingo à noite na TVI

- QUATRO
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.30 Beija-me... e Adeus (ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Prolongamento
01.00 Brasil 500
01.30 Novos Ventos

- QUATRO
10.30 Lumen 2000
11.00 Clube da Manhã
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.15 Fora de Jogo
21.30 O Rapaz na Redoma (ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Jornal de Negócios
01.00 Brasil 500
01.30 Caixa de Perguntas

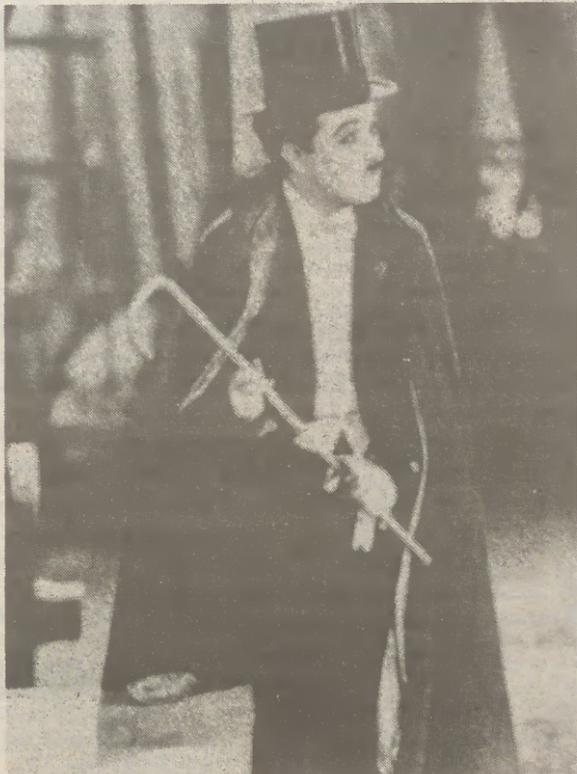
- QUATRO
10.30 Lumen 2000
11.00 Clube da Manhã
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.25 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.00 Fora de Jogo
21.30 Perfeição (ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Prós e Contras
00.45 Brasil 500

## Por isto e por aquilo...

### O Circo

(Sexta, 14.50, SIC)

«É natural que *O Circo* vá agradar intensamente àqueles que esperavam mais de *A Quimera do Ouro*, mas, ao mesmo tempo, poderá desapontar um pouco aqueles que se regalaram com a poesia, o *pathos* e o fino humor desta sua anterior aventura. Os filmes de Chaplin lembram-nos aquele escocês que dizia que todo o *whisky* é bom mas que algumas marcas são melhores que outras. Chaplin nunca falha em espicaçar a fantasia de cada um. Ele faz saltar as máscaras dos deprimidos ou dos cínicos e acaba por lhes mostrar os rostos transformados pela alegria.» Assim rezava o *New York Times* à época da estreia de *O Circo*, um filme em que vamos encontrar o vagabundo Charlot, vítima de uma falsa acusação, a ser perseguido pela polícia no interior de um circo ambulante, e, finalmente ilibado, ser ali acolhido como um dos seus membros. O leitor facilmente adivinha a série de arriscadas aventuras em que ele se mete, as paixões e as desilusões amorosas em que se envolve, até que é despedido «por indecente e má figura», não sem que, antes, nos espante com um hilariante e fabuloso número na «corda bamba». Um filme que, repleto de situações hilariantes (que o autor não deixa de compensar com a habitual dose de seqüências comoventes), foi contemplado, no primeiro ano em que a Academia de Hollywood atribuiu os seus prémios, com um Oscar especial, «pela versatilidade e o génio da escrita, da representação, da direcção e da produção».



Um fotograma de «O Circo», de Charles Chaplin

### O Rei dos Reis

(Sexta, 23.40, TV 2)

Sendo, como se compreende, inevitável a escolha de pelo menos um filme de DeMille, para melhor observar o recolhimento da Páscoa, sem dúvida que este clássico do tempo do mudo é uma opção muitíssimo mais acertada do que o risível *Sansão e Dalila* que a Quatro transmite na véspera! Diga-se, mesmo, que é notável para a época o talento deste encenador do espectáculo cinematográfico, ultrapassando as dificuldades do «mudo» através da escolha criteriosa dos episódios mais «visualizáveis» da vida de Cristo. Atenção, por exemplo, à seqüência da conversão de Maria Madalena, em que o realizador (utilizando a sobreposição de imagens veladas) faz sair do seu corpo os sete pecados mortais representados por formas humanas; e, ainda, à introdução da cor (em 1927!) na seqüência da Ressurreição.

### Alexandre, o Grande

(Sexta, 01.25, Canal 1)

As intenções iniciais do realizador Robert Rossen eram mostrar o inevitável fracasso do idealismo político quando vítima da corrupção do poder e das fraquezas humanas - mas o necessário sentido de espectáculo que foi necessário imprimir à encenação, embora esforçadamente depurado de efeitos artificiais, como que roubaram o significado dessas originais intenções. Filmado em Espanha, esperemos que formato do ecrã não atraia a grandeza do *Cinemascope*.



Dan Aykroyd e Eddie Murphy, intérpretes principais de «Os Ricos e os Pobres», de John Landis



Sigourney Weaver, uma excelente interpretação em «Gorilas na Bruma», de Michael Apted

### Quo Vadis?

(Sábado, 16.45, Quatro)

E a Páscoa cinematográfica continua aqui, na Quatro, com um filme à medida de Hollywood, encenado com aturado profissionalismo por Mervyn LeRoy, e de que não podemos deixar de recordar, com um frémito de emoção, as pernas hirsutas do Robert Taylor, as vestes esvoaçantes da Deborah Kerr, a partitura *pastiche* do inefável Miklos Rosa e esse heróico e nunca de mais exaltado acto imortalizado no celulóide, a despertar-nos ardores de indelével orgulho patriótico - a «pega de caras» (e em pontas!) de um garraio, por um Lusitano com L grande: Nuno Salvação Barreto...



Alida Valli, intérprete de «A Estratégia da Aranha», um filme de Bernardo Bertolucci



### Quando Danço Contigo

(Sábado, 01.00, Quatro)

Com um Fred Astaire a regressar aos estúdios e à dança após uma quase retirada de cena, esta comédia musical esteve para ser realizada por mestre Minnelli e protagonizada por Gene Kelly (se não fora uma perna partida). Talvez estes contratempores tenham obscurecido, de certa maneira, o potencial brilho do filme. Mas as canções de Irving Berlin, na voz de Judy Garland, e a excelência de Astaire, coreografado por Gene Kelly, fazem o resto.

### O Escorpião

(Sábado, 01.20, Canal 1)

Um agente da CIA (Burt Lancaster) é suspeito de actuar como agente duplo em favor dos soviéticos, pelo que a agência o manda executar por um colaborador (Alain Delon), durante um encontro em Viena. Pelo efeito de «autenticidade» de que se reveste (tendo chegado algumas cenas a ser rodadas, segundo as referências, nas próprias instalações da CIA), este filme de espionagem parece atingir os seus objectivos e, pelo menos, não esconde os da própria espionagem... assim resumidos numa frase da personagem interpretada por Lancaster: «A finalidade não é a de ganhar mas a de não perder, sem sair do jogo.»

### Havana

(Sábado, 01.15, SIC)

Nas noites dos néons e dos casinos de uma Havana corrupta e mafiosa à beira do colapso, um jogador profissional (Robert Red-

ford) apaixona-se por uma mulher (Lena Olin) casada com um revolucionário (Raul Julia). Mas a ditadura de Baptista está a chegar ao fim, as portas da capital cubana estão prestes a chegar os combatentes das fileiras de Castro, e a aventura entre Jack Weil e Roberta Duran tem de ceder o passo à revolução e à separação. Este filme de Sidney Pollack surge-nos nitidamente inspirado em *Casablanca*. Muitas são as semelhanças que encontramos nos dois filmes: a mesma firmeza de princípios nas figuras do resistente e do revolucionário; o mesmo triângulo amoroso tendo como pano de fundo acontecimentos políticos incontornáveis; o mesmo confronto entre a fidelidade e o respeito pela verticalidade e o fogo das paixões conjunturais, que divide as heroínas femininas; a mesma consciência dos valores que, em última análise, vem iluminar o egoísmo e o cinismo dos intrómissores protagonistas masculinos. E, no entanto, *Havana* não consegue ligar-se ao espectador de forma tão mágica como *Casablanca*. Talvez porque algumas das suas seqüências fundamentais (como a busca que Jack empreende nos redutos dos revolucionários para «salvar» Roberta) não apenas são totalmente inverosímeis como deixam transparecer uma talvez involuntária mas real superficialidade *exótica* e *folclórica* quanto à compreensão do que historicamente nesses gloriosos tempos se decidia.

### Gorilas na Bruma

(Domingo, 16.55, Canal 1)

Inspirada em episódios da vida da investigadora Dian Fossey que, no Ruanda, levou a cabo importantes estudos e investigações sobre a vida dos gorilas, esta reconstrução do realizador Michael Apted é competente que basta - e, nas cenas da progressiva aproximação da cientista aos animais, por vezes comovente - embora a banda sonora de Maurice Jarre aqui e ali acentue o risco de tudo resultar um bocadinho *piegas*, o que é frequentemente evitado pela boa interpretação de Sigourney Weaver, num papel cheio de vigor.

### Os Ricos e os Pobres

(Domingo, 22.20, SIC)

Um dos melhores filmes protagonizados por Eddie Murphy, habitualmente entregue a idiotices sem nome. Além do mais, a história é um «achado», na forma como se constitui em verrinosa crítica ao mundo da alta finança norte-americana. John Landis (o realizador cuja carreira ficou em definitivo marcada por esse espantoso *Blues Brothers*), faz aqui uma curiosa paródia às comédias de Frank Capra ou de Preston Sturges, mas invertendo as habituais coordenadas morais. E atenção: não percam a primeira aparição de Murphy, a interpretação de Denholm Elliott no papel do mordomo, as *T-Shirts* de Jamie Lee Curtis durante todo o filme e, no fim, o gorila-gay!

### Acto da Primavera

(Domingo, a partir das 22.30, TV 2)

Começando a sua brilhante carreira como documentarista, Manoel de Oliveira, o mais renomado realizador português, assina aqui um dos seus melhores e mais originais trabalhos, dos primeiros a chamar a atenção da crítica internacional. O filme capta, com um notável rigor documental, a representação popular do *Auto da Paixão* na povoação da Curalha e é, ao mesmo tempo, um cuidado ensaio cinematográfico sobre os bastidores da representação e da própria rodagem do filme.

### A Estratégia da Aranha

(Terça, 22.45, TV 2)

Trinta anos após a morte do seu pai (um lendário lutador antifascista), Athos Magnani investiga o passado. E acaba por tragicamente concluir - sem que isso o leve exteriormente a deixar trair um forte abalo nas suas convicções - que, ao contrário da lenda que à superfície se construiu em volta da memória do pai, a real natureza e motivações do seu assassinato haviam permanecido na bruma para que, à volta da sua aura, não deixassem de ser mobilizados para a luta milhares e milhares de resistentes. Um filme cru e amargo realizado para a RAI por Bernardo Bertolucci, adaptado de um conto de Jorge Luis Borges e esplendorosamente fotografado por Vittorio Storaro.

# O «Ranking» em tempos de náusea

■ Correia da Fonseca

Dizem-me que a emissão de estreia de «A Máquina da Verdade» levou a SIC aos píncaros das audiências, e eu acredito piamente: a trilogia Sexo, Violência e Morte é uma receita de eficácia assegurada e, para mais, o padre Frederico da Cunha já havia sido transformado em supervetada mediática quando do seu julgamento, seguido avidamente pela Imprensa, pela Rádio e pela TV, com o senhor doutor juiz a ler a sentença condenatória em directo e via satélite, suponho, para os telespectadores do Continente. Faço alguma questão em lembrar isto porque, ainda que não me mova nenhuma particular estima pela SIC e por Emídio Rangel, seu incomparável director, cai-me pessimamente que ande por aí tanta gente, agora, a sugerir que só a SIC se serve do tristemente famoso padre para alargar auditório. Quanto ao resto, e já que o assunto veio à conversa, sempre acrescento que a emissão primeira de «A Máquina da Verdade» produziu ecos que me espantaram. Foi o ministro Laborinho Lúcio, aparentemente desvairado a comparar a voluntária submissão ao polígrafo (que é o nome erudito da velha engenhoca a que dantes se chamava «detector de mentiras») com a aplicação da tortura a quem, obviamente, não a deseja. Foi o deputado Narana a afirmar que nunca na TV portuguesa houvera coisa pior, o que claramente prova que vê pouca ou nenhuma TV. Foi a rara unanimidade de um Parlamento cuja maioria tem feito vista grossa a enormíssimas infâmias na TV ou fora dela.

Mas deixemos isso e voltemos a falar das audiências. Com «A Máquina da Verdade», a SIC terá batido um recorde, e eu não duvido: um «share» (isto é, uma quota) de 47.2, quase a maioria absoluta. Se isto continua assim, um dia destes pode formar governo sozinha. Quanto ao Canal 1 da RTP, futebol à parte, o seu forte é o «Nico d'Obra», pelos vistos mais apetitoso ainda que o Telejornal e que «Parabéns». Convém dizer que me faço eco dos números fornecidos pela AGB Portugal e obtidos, como a própria anuncia, com o sistema *people meter* e um suporte constituído por um painel de 600 lares portugueses. Há outros números e outra fonte, mas entre uns e outros não é fácil encontrar diferenças relevantes, pelo que por aqui me fico.

O que me satisfaz pouco, porém, é a próxima audiometria com as consequências e conclusões dela habitualmente extraídas. Já não falo da baladíssima «ditadura de audiências» e do atentado anticultural e anti-social que dela decorre: é sabido que do seu acatamento resulta a faca de dois gumes, ambos sinistros, um dos quais consubstancia a suposta legitimidade da estupidificação das populações enquanto o outro estimula o consumismo cego de teleprodutos de qualidade sempre em queda e rendabilidade sempre em alta para os produtores privados. Falo, isso sim, do presumível conforço que a divulgação de elevados «shares» suscita nos anunciantes, compreensivelmente atraídos pela perspectiva de a publicidade dos seus produtos atingir um elevadíssimo número de potenciais consumidores. Imagino facilmente que

uma empresa empenhada na conquista do mercado ou na colocação de um seu novo produto se sinta atraída por uma estação que atinge elevados índices de audiência. Fico a pensar, contudo, se esta expectativa não será, afinal, o resultado de um embuste, involuntário ou não.

A questão é simples. O que um «share» de 47.2 (por exemplo) indica é que determinada rubrica é muito olhada entre as 600 famílias portuguesas que, por contrato, têm em suas casas um aparelhinho para medir audiências. É inte-

cada vez menos os que, mal chegam a casa, correm a ligar o televisor, saudosos de um convívio que haviam interrompido de manhã, ao partirem para o trabalho. Diversos indícios convergem para um diagnóstico: está a haver um menor e menos ávido consumo de TV. E isto ocorre, com maior ou menor intensidade, um pouco por todo o País.

Um pouco por todo o País, mas não, ia apostar, nos 600 lares que têm como hóspede um certo aparelhinho: o tal que serve para avaliar audiências. Julgo adivinhar que os seus anfitriões se sentem como agentes de um importante serviço de utilidade pública e mantêm o zelo de sempre.

## Quem vê taxas não vê multidões

Isto significa que o auditório nacional de Televisão está em processo de contracção, mas que o retrato que dela fazem as audiometrias não reflecte essa mudança. Por consequência, o empresário-anunciante que consulta o «ranking» de audiência e por ele se orienta está a ser enganado: mostram-lhe percentagens, mas ele vende para números absolutos. Os seus potenciais compradores que são motivados pela TV podem ser cada vez menos, mas o índice de público atento a determinado programa ou, por hipótese, fidelizado a uma estação, até pode subir. Aliás, de qualquer modo, a mera regra-de-três da velha aritmética até reforça a hipótese de que assim aconteça: basta que o número de espectadores de uma rubrica decresça menos que o dos telespectadores globalmente considerados para que o «share» suba animadoramente enquanto o efeito publicitário está na verdade em queda.

Não direi que esta hipótese, altamente plausível em face de auscultações concretas, me seja triste ou alegre: não estou no mercado como produtor, nem como vendedor, nem como anunciante, nem como publicitário. Sei que me impengem, telespectador indefeso, uma Televisão que me provoca amarguras, quando não náuseas, a pretexto de que assim é que as maiorias gostam, que as estações privadas podem sobreviver, que o *trading* se intensifica. Simultaneamente, acrescentam que não me vale a pena desatar a invocar valores éticos, culturais, velharias anacrónicas a que não são sensíveis os universos negociais frios, objectivos, exactos. E sei também, ou no mínimo julgo aperceber-me de que os universos negociais estão em

vias de enfiar aquilo que em linguagem não exageradamente negocial se chama um grande barrete. Isto é: que estão a fazer apodrecer o instrumento potencialmente precioso que é a Televisão a troco de uma contrapartida que talvez não exista, que pelo menos se mostra cada vez mais duvidosa.

Fico entre a melancolia e a esperança. É um progresso: até há pouco, nesta matéria, estava enalhado no que parecia ser uma sólida lógica de putrefacção televisual. Agora, talvez haja quem comece a pensar que a mediocridade também cansa até um telepúblico longamente treinado para a consentir. Ou que, também quanto a isto, como diz o povo, o que é de mais enjoa.

	PROGRAMA	CANAL	AUDIÊNC. MÁXIMA	EMISSIONES	SHARE
1	A Máquina da Verdade	SIC	29,4	1	70,7
2	Futebol Directo	Canal 1	26,7	3	60,1
3	Os Trapalhões em Portugal	SIC	22,5	1	50,4
4	Irmãos Coragem	SIC	20,7	6	45,3
5	Ponto de Encontro	SIC	20,6	1	50,4
6	Isto... Só Vídeo!	Canal 1	18,6	1	41,1
7	A Mulher do Sr. Ministro	Canal 1	17,9	1	43,1
8	Telejornal	Canal 1	17,8	8	48,2
9	Um, Dois, Três	Canal 1	17,7	1	46,6
10	Nico d'Obra	Canal 1	17,6	1	43,1
11	Mini-Chuva de Estrelas	SIC	17,4	1	41,0
12	Eu Tenho Dois Amores	Canal 1	16,7	2	52,3
13	Noite de Estrela	SIC	16,2	1	53,6
14	74.5 Uma Onda no Ar	Canal 1	15,6	5	38,7
15	Noite Mágica	Canal 1	14,9	2	42,0
16	All You Need	Canal 1	14,9	1	35,0
17	Noite	Canal 1	14,0	1	35,0



ressante, mas parece-me pouco. Julgo saber, por variados testemunhos que me chegam, por verificações que eu próprio faço directamente, que anda por aí um grande cansaço, alguma náusea, provocados pela Televisão que está a ser-nos fornecida. Que são cada vez mais os que estão supersaciados de telenovelas, os que já não podem com concursos. Que são

## de FOICE Querer ou não querer

“Se a Igreja quer cumprir a sua missão, tem de ser vermelha, controversa e de esquerda.” Estas desassombradas palavras são de D. Manuel Martins, bispo de Setúbal, um servidor de Deus que à luz dos mandamentos de Roma deveria há muito ter a cabeça (ou melhor dizendo, no caso vertente, a alma) a prêmio.

Se para os não crentes é consolador constatar a existência no seio da Igreja de vozes que, lá por lidarem com os mistérios divinos, ou justamente por isso, não perderam de vista a humana condição, com todo o seu imenso rol de fraquezas e dores, justas e injustas, já não será fácil para os crentes conciliar os discursos contraditórios com que a Igreja continua a alimentar o seu projecto de expansão mundial. Num momento em que, por todo o planeta, milhões de seres humanos sofrem as consequências do capitalismo selvagem, agonizam nas engrenagens da economia de mercado, vivem o desespero do desemprego, são submergidos pelo flagelo da fome, da guerra e da repressão, são marginalizados sem recurso pelas crescentes injustiças sociais, num momento destes, repete-se, não se percebe como é possível que de Roma se façam soprar ventos que trazem no bojo resquícios inquisitoriais e abrem portas a novos (?) fundamentalismos.

Agitando a excomunhão qual espada de Demóstenes, a encíclica papal “O Evangelho da Vida” não só ameaça expulsar da Igreja os fiéis que cometam o “pecado” de usar anticonceptivos ou praticar o aborto, não só lança o anátema a todos os que, católicos ou não católicos, possam contribuir para tais fins, sejam médicos, farmacêuticos ou jornalistas, como ainda apela declaradamente à desobediência civil ao incitar todos os cidadãos “a não prestar a sua colaboração formal em acções que, apesar de admitidas pela legislação civil, estão em contraste com a lei de Deus”.

Inevitável se torna perguntar o que distingue esta doutrina - que, dizendo-se defensora intransigente da vida, admite, no entanto, a pena de morte - de outras que, em nome do mesmo Deus, ou de outro qualquer, instigam os seus fiéis a abalar os fundamentos de estados de direito.

O passado da Igreja católica, tão cheio de vítimas condenadas em nome de Deus, tem no presente um paralelo terrível com os fundamentalismos que, em nome de Deus, não hesitam em matar.

Nunca, como agora - e pouco importa que pareça preciosismo dizê-lo - a tolerância foi tão necessária, a compreensão tão indispensável, a solidariedade tão urgente.

A Igreja católica, que tanto se reivindica da defesa da pessoa humana - e não serão todas as pessoas humanas? -, tem à sua volta um imenso, lamentavelmente imenso, campo de intervenção. É olhar para as cidades e para os que nelas habitam; é ver a miséria e o rosto que tem; é confrontar a injustiça e reconhecer-lhe as causas e as consequências; é ouvir os aflitos e descobrir o remédio eficaz que dará descanso ao corpo e à alma.

Na cloaca em que se está a transformar a civilização, abortos são os sistemas económicos, sociais e políticos em que a dignidade humana deixou de ter direito de cidadania. E a esses não basta excomungá-los, há que combatê-los e destruí-los.

Por isso mesmo é que D. Manuel Martins tem razão. Se a Igreja quer cumprir a sua missão, tem de ser vermelha, controversa e de esquerda. Querer ou não querer, eis a questão.

■ AF

## Universitários de todo o país reunidos com direcção do PCP

Os problemas da educação, nos seus mais diversos aspectos, foram o tema de debate ocorrido no encontro realizado no na terça-feira entre representantes de 25 Associações de Estudantes do Ensino Superior de todo o país e uma delegação do PCP que integrou o secretário-geral, Carlos Carvalhas, os membros da Comissão Política, Edgar Correia e Francisco Lopes e Ricardo Oliveira, do Executivo da JCP. Um encontro, feito a pedido dos estudantes, realizado no Centro Vitória em Lisboa onde as coincidências de posições entre o PCP e os estudantes foi manifesta, em matérias como Acção Social Escolar, acesso, avaliação das universidades, propinas, etc.

Num intervalo da reunião, Tiago Magalhães, da Associação de Coimbra, disse que estes encontros com os partidos têm como objectivo conseguir que nos programas de Governo que as formações políticas vão apresentar ao eleitorado durante a próxima campanha, exista um maior investimento financeiro e maior empenhamento na resolução dos problemas da educação.

Dizendo que recebeu do PCP «garantias da sua preocupação com a Educação», Tiago Magalhães disse que o mais importante é que a educação não seja encarada pelo próximo Governo da forma como tem sido nos últimos anos. «O que queremos é o avanço para coisas concretas e para uma política educativa diferente», disse.

Durante as declarações aos jornalistas foi referido o facto de até agora só o PS e PCP terem recebido os estudantes, apesar do pedido de audiências ter sido feito já há um mês, e enquanto o CDS diz estar a estudar a forma da sua concretização, o PSD, até à data, não deu qualquer resposta.

Carlos Carvalhas, por seu lado, começou por sublinhar a grande coincidência nas preocupações e nas medidas a aplicar entre os comunistas e os estudantes. Para

o PCP a resolução dos problemas do sector exige diálogo e medidas globais que encarem «as despesas da educação como um investimento altamente reprodutivo», disse o secretário-geral do PCP.

Carvalhas lembrou que projectos que encaram a expansão do Ensino Superior já mereceram por parte dos comunistas a tradução em projectos-lei apresentados na Assembleia da República onde estão medidas que, caso fossem aprovadas, permitiriam a abolição do *numerus clausus* em três anos lectivos.

Durante a reunião, o PCP entregou às delegações estudantis documentação sobre as orientações fundamentais do Partido na matéria. Carvalhas diria não se tratar de posições fechadas dos comunistas, que se manifestam interessados no diálogo e na contribuição de todos os participantes no processo educativo, incluindo os estudantes, mas revelam uma reflexão aprofundada dos comunistas sobre a matéria.



O PCP ouviu as opiniões dos estudantes universitários sobre os problemas da Educação

## Quando volta o vidro à Manuel Pereira Roldão?

Os vidreiros da empresa Manuel Pereira Roldão, ocuparam na tarde de terça-feira as instalações da repartição de Finanças de Marinha Grande, durante algumas horas e ontem estiveram reunidos em plenário com os restantes trabalhadores da empresa tendo agendado para esse dia a chamada “sangria dos fornos” da empresa (retirada de todo o vidro do interior dos fornos para evitar que solidifique).

A hipótese de “sangria” dos fornos estava à hora de fecho da edição do «Avante!» a ser encarada e implica a retirada de dez toneladas de vidro que se encontram no seu interior, por forma a que este não solidifique, quando o combustível terminar e a temperatura subir. O combustível existente na empresa só garantia o funcionamento dos fornos até as 10 horas de ontem e não existem verbas para o reabastecimento.

Caso o vidro solidifique, os fornos abrirão brechas e ficarão irre recuperáveis.

Com a decisão de “sangrar” os fornos, que deverá ser decidida no plenário, os operários, criam as condições para que, no futuro, a fábrica possa recomeçar a laboração a qualquer momento.

Entretanto, não surgiram resultados concretos da reunião que juntou durante toda a tarde de terça-feira, na Câmara da

Marinha Grande, responsáveis da Associação Industrial de Cristalaria (AIC) e empresários do sector vidreiro.

A empresa não tem qualquer gestor desde sexta-feira passada, na sequência da demissão de Mário Sousa, que ocupou aquele lugar desde 12 de Janeiro último, no rescaldo dos conflitos que opuseram então os vidreiros à administração da empresa.

### PCP denuncia acção intimidatória

O PCP considerou entretanto que a audição, pela Polícia Judi-

ciária, de dirigentes do sindicato vidreiro e trabalhadores da Manuel Pereira Roldão (MPR) constitui “uma acção intimidatória” para evitar iniciativas de protesto da parte dos operários.

Em comunicado, a Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP salienta que a audição de sindicalistas e trabalhadores ocorre quando já passaram três meses sobre os incidentes de Dezembro e “no preciso momento em que se agudizou de forma dramática a situação da empresa”, o que, no entender dos comunistas, é uma “estranha coincidência”.

O PCP realça ainda o facto dos interrogatórios da PJ se terem iniciado um dia depois de o sindicato ter anunciado a possibilidade de novas formas de luta e denunciado “graves irregularidades” do administrador da empresa Carlos Antero.

O PCP considera ainda “lamentável que até hoje não se conheça qualquer iniciativa com o objectivo de apurar as responsabilidades da gestão do sr. Carlos Antero e dos seus novos e ilegais desvios e sejam mais uma vez os trabalhadores e as suas organizações o objecto de inquirição policial”.

## Intervenção Democrática quer uma nova política

O Conselho Geral da Associação Intervenção Democrática reuniu em Lisboa, sob a presidência de Luís Catarino, e aprovou uma declaração política onde se defende para Portugal uma nova política que se alicer-se na afirmação «dos direitos, liberdades e garantias, no plano da justiça, da expressão e do pensamento, e da informação» e que elimine os «défices democráticos da sociedade portuguesa nos planos político, económico, social e cultural», valorizando a democracia participativa.

Nesse documento defende-se a promoção num quadro cooperativo da União Europeia de um tipo de desenvolvimento económico «auto-sustentá-

vel» que «vença os desequilíbrios regionais», assegure «pleno emprego» melhore a qualidade de vida, faça uma justa repartição do rendimento nacional e promova a valorização de Portugal na Europa e no mundo.

Defesa do meio ambiente, uma política de paz e cooperação e «valorização dos princípios e ideais da democracia para a construção de uma sociedade socialista» são outras ideias expostas nesta declaração onde a ID afirma ser a CDU o «garante desta nova política», apelando aos seus apoiantes «empenho e criatividade nas várias fases do processo eleitoral» para afastar o PSD e «garantir uma maioria democrática com forte presença da CDU».